



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***CAMPUS DE CHAPECÓ***  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**MARCIO SERPA**

**Exigências morais da resistência ao governo civil e a  
razoabilidade do Estado em Thoreau**

**CHAPECÓ**

**2025**

**MARCIO SERPA**

**Exigências morais da resistência ao governo civil e a razoabilidade do Estado em  
Thoreau**

Dissertação apresentada à banca de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFFS, como requisito para obtenção do grau de mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Giora

CHAPECÓ

2025

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado,  
108 E Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Serpa, Marcio  
Exigências morais da resistência ao governo civil e a  
razoabilidade do Estado em Thoreau / Marcio Serpa. --  
2025.  
102 f.

Orientador: Dr Gustavo Giora

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,  
Chapecó, SC, 2025.

1. Resistência Civil. 2. Desobediência. 3. Henry  
David Thoreau. I. Giora, Gustavo, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Marcio Serpa**

**Exigências morais da resistência ao governo civil e a  
razoabilidade do Estado em Thoreau**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em  
Filosofia, defendido em banca examinadora em 04/12/2025.

Aprovado em: 04/12/2025

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gustavo Giora – UFFS  
Presidente da banca/orientador

---

Prof. Dr. Eduardo Vicentini de Mederiso – UFSM  
Membro titular externo

---

Prof. Dr. Alcione Roberto Roani – UFFS  
Membro titular interno

Chapecó/SC, dezembro de 2025

## RESUMO

Esta dissertação investiga as exigências morais para a resistência ao governo civil em Henry David Thoreau, partindo de seu ensaio *Resistência ao Governo Civil* e de suas vivências filosóficas. O estudo analisa como a consciência individual, guiada por princípios inalienáveis, fundamenta o direito de resistir a um Estado considerado injusto, especialmente em contextos como a escravidão e a guerra contra o México. Além disso, explora a noção de um *Estado razoável* em Thoreau, e como este mesmo Estado pode tornar-se moralmente aceitável ao respeitar a integridade e a autonomia do indivíduo. A pesquisa dialoga com interpretações de autores do século XIX e contemporâneos, posicionando Thoreau como um pensador essencial para a filosofia política e os movimentos de desobediência civil.

**Palavras-chave:** Resistência ao governo; desobediência civil; Henry David Thoreau.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the moral requirements for resistance to civil government in Henry David Thoreau, based on his essay *Civil Disobedience* and his philosophical experiences. The study analyzes how individual conscience, guided by inalienable principles, underpins the right to resist a state considered unjust, especially in contexts such as slavery and the war against Mexico. Furthermore, it explores the notion of a reasonable state in Thoreau, and how this same state can become morally acceptable by respecting the integrity and autonomy of the individual. The research engages with interpretations by 19th-century and contemporary authors, positioning Thoreau as an essential thinker for political philosophy and civil disobedience movements.

**Keywords:** Resistance to government; civil disobedience; Henry David Thoreau.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1. THOREAU E A VIVÊNCIA FILOSÓFICA NO CONTEXTO DA MORALIDADE</b>	
1.2 A América de Thoreau no olhar de Tocqueville.....	12
1.3 O ambiente de vivências de Thoreau.....	16
1.4 O Romantismo contido na pauta democrática em Thoreau.....	19
1.5 Viva: Thoreau no verbo imperativo.....	22
<b>2. TRANSCENDENTALISTAS, LAGO WALDEN E DEMOCRACIA</b>	
2.1.No contexto dos Transcendentalistas.....	25
2.2 Filosofia nas margens do Lago Walden.....	29
2.3 Democracia e questionamento moral do sistema .....	34
<b>3. DESOBEDIÊNCIA NOS ESCRITOS FILOSÓFICOS.....</b>	<b>48</b>
3.1 Definição e conceito em Norberto Bobbio.....	49
3.2 A desobediência Civil em Hannah Arendt .....	53
3.3 John Rawls, Jürgen Habermas e Ronald Dworkin e o ponto de convergência da desobediência civil.....	56
<b>4. RESISTIR AO GOVERNO INCONVENIENTE</b>	
4.1 A natureza como plataforma de resistências.....	63
4.2 Thoreau e o Capitão John Brown contra a Lei do Escravo Fugitivo.....	66
4.3 Estado, Governo, Instituições e ações injustas.....	72
4.4 Martin Luther King e Mahatma Gandhi .....	77
<b>5. A RAZOABILIDADE DO ESTADO</b>	
5.1 O caminho para um Estado Razoável.....	82
5.2 Conveniências como marcas de governos ruins.....	84
5.3 A resistência como método de construção do governo razoável.....	86
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

O empreendimento neste trabalho é amplo, pois a filosofia política e ética de Thoreau não está contida em uma obra específica. Mais ainda, em Thoreau a vida do autor se mescla com seu pensamento. E em decorrência disso, adentrar no tema das *exigências morais para a resistência*, é além de estudar a obra, pensar na vida do autor.

Para tal, recorrer à cena de uma prisão em 1846 que ecoou através da história como referência para movimentos políticos e sociais, é de fundamental importância neste projeto. A recusa em pagar a *poll tax*, um imposto local, fez Henry David Thoreau passar uma noite na prisão. O fato foi uma ação política premeditada por parte do prisioneiro, que teve a oportunidade de evitar a noite no cárcere, mas que estava decidido a tornar seu ato de recusa ao pagamento de impostos uma forma de resistência ao governo e suas instituições.

É nesse sentido que, ao longo deste trabalho, recorro à conduta de Thoreau para além de sua obra escrita, uma vez que sua filosofia se manifesta de forma indissociável de sua experiência vivida, fazendo de sua própria existência um campo de realização e experimentação de suas ideias.

Thoreau recusou sujeição ao governo americano por dois motivos principais: a invasão dos Estados Unidos ao México e a escravidão nos Estados do sul. O argumento era, evidentemente, retórico, pois o imposto estadual não financiava diretamente a guerra com o México e, tampouco dava sustentação aos estados escravistas. Cabe notar que no momento da publicação de seu famoso ensaio *Resistência ao Governo Civil*, a guerra com o México já havia findado. No entanto, foi a maneira específica pela qual Henry David Thoreau escolheu enfrentar o governo americano que marcou o tema como fundamental para o pensamento político até os dias de hoje.

No momento de sua prisão, o fato não ganhou notoriedade política. A prisão de Thoreau somente se efetivou como projeto de resistência nos atos públicos alguns anos

depois, quando ele escreveu o *ensaio Resistência ao Governo Civil* e proferiu palestras na pequena cidade de Concord, Massachusetts.

Na época da prisão, Thoreau morava em uma cabana na margem do lago Walden. Ele estava na cidade para consertar um sapato quando foi abordado por Sam Staples, o cobrador de impostos. Sam até se prontificou a emprestar a quantia devida (US\$ 1,50), mas Thoreau recusou veementemente. Na mesma noite em que foi preso, alguém pagou a taxa e Thoreau foi liberado na manhã seguinte, com queixas da intervenção em seu ato de *resistência*.

Foi em 1848 que Thoreau proferiu duas palestras, transformando o fato de sua prisão em um ato público que influenciaria movimentos de resistência ao longo de séculos. *A relação do indivíduo com o estado* foi o título da primeira palestra, proferida em 26 de janeiro de 1848; em 16 de fevereiro, em uma segunda palestra, o título foi ajustado para *Os Direitos e Deveres do Indivíduo em Relação ao Estado*. Em janeiro de 1849, Thoreau publicou o ensaio em uma revista literária com o título de *Resistência ao Governo Civil*.

A recusa em pagar o imposto não foi uma ação que representou novidade no campo das manifestações políticas em Concord. Anos antes, um amigo de Thoreau havia deixado de pagar os impostos e foi preso por tal motivo. Contudo, foi com Thoreau que a recusa ao pagamento de imposto e a prisão ganharam notoriedade pública. Na reedição do ensaio, já com o título de *Desobediência Civil*, Thoreau passou a ser mais notado, embora sua fama, na época, não tenha se estendido muito além de Massachusetts.

Foi com as lutas de Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr. que o ensaio de Thoreau ganhou projeção internacional. Até então, Thoreau era amplamente lido e estudado naquilo que podemos chamar de *estudos americanos*, principalmente através de sua obra *Walden, a vida nos bosques*. Com o filósofo Stanley Cavell é que Thoreau passa a ser percebido como pensador político, sendo notável, inclusive, o caráter de *Walden* como uma obra com tons de filosofia política.

A filosofia contemporânea, o pensamento jurídico e as lutas sociais tornaram o pensamento de Thoreau em relação à *desobediência civil* um tema fundamental.

É importante esclarecermos previamente o uso, neste trabalho, dos termos *resistência* e *desobediência*. Na obra de Henry David Thoreau, o título original foi *Resistência ao governo Civil*, publicado em 1849. Somente quatro anos após sua morte, Sophia Thoreau, irmã de Henry, republicou o ensaio com o título *Desobediência Civil*.

Neste trabalho, adoto o termo *resistência* por considerar que ele expressa com maior precisão o caráter moral da reflexão de Thoreau. Embora o conceito tenha adquirido diferentes significados ao longo da história, no campo do direito, da filosofia e da teoria política, em Thoreau ele se fundamenta primordialmente em uma exigência moral, anterior a suas posteriores formulações jurídicas ou políticas. O uso do termo *resistência* permite, assim, situar sua obra em seu contexto de origem, preservando sua dimensão ética fundamental.

Não é de hoje que a *desobediência* é um conceito em disputa. A tradução feita por Gandhi do ensaio de Thoreau conduz à *desobediência* por um caminho adaptado a determinada realidade em seu próprio campo de luta. O mesmo aconteceu com a pauta de King, nos Estados Unidos, e assim sucessivamente em diversas situações, pelo viés jurídico, político e filosófico. Deste modo, manter o título da publicação original de Thoreau é fundamental para o propósito deste trabalho. Porém, em diversas passagens menciono o título amplamente divulgado do ensaio e utilizo o termo *desobediência*.<sup>1</sup>

Ao esclarecer a questão terminológica, cabe ressaltar que o estudo da moralidade em Thoreau é ponto fundamental para que eu possa entrar no assunto sobre *resistência*. A vivência filosófica no contexto da moralidade é ponto crucial na conduta de *resistência* em Thoreau. A consciência inalienável do indivíduo e suas relações com o Estado é o primeiro passo neste trabalho para seguir em busca do que seria um *Estado razoável* no pensamento thoreauviano, uma vez que o filósofo norte-americano sustenta que todos os governos são inconvenientes, mas, com muito esforço, o Estado poderia se tornar *razoável*, mesmo não chegando a ser conveniente<sup>2</sup>.

Neste sentido, o empenho ficará em torno da busca por um espectro no qual se possa analisar a gama de possibilidades de um *Estado ser razoável*. Ou seja, a *resistência* como questão moral e a busca pelo *Estado razoável* norteará este trabalho de ponta a ponta. A

---

<sup>1</sup>Eduardo Vicentini de Medeiros, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, publicou um artigo intitulado “Thoreau: resistência ou desobediência”, que nos serviu de referência para utilizar o termo “resistência”. Para este trabalho, também utilizo o termo *resistência* como um posicionamento moral mais abrangente, como uma postura de vida, e *desobediência*, como um ato determinado e específico.

<sup>2</sup>Conveniência é um termo que utilizarei em dois sentidos: o primeiro para ilustrar situações próximas do que chamarei de *Estado razoável*, fazendo um contraponto com questões de inconveniência ou *Estados inconvenientes*; de outra forma, e sendo mais thoreauviano, o termo conveniência será usado para mostrar a negatividade do governo, no qual ser conveniente é apenas prover os arranjos necessários para o funcionamento da máquina pública sem considerar questões morais ou justas, como por exemplo, a ordenação da condução em uma rodovia com o tráfego do lado direito ou esquerdo, sendo um acordo de conveniência sem pertinência moral. De qualquer forma, ao longo do trabalho será abordado o tema *conveniência* e abordo todos os aspectos necessários ao propósito deste projeto.

questão específica que orienta esta investigação é: em que medida a resistência moral do indivíduo, conforme Thoreau, pode fundar um modelo de Estado razoável?

Entre o tema *moralidade e estado razoável* na obra de Thoreau, tratarei, de modo ilustrativo os estudos sobre *desobediência*, principalmente interpretações contemporâneas que consideram a obra de Henry David Thoreau, tendo-o como referencial em algum momento. A amplitude do tema exige a delimitação de objetivos específicos e de um conjunto de situações, a fim de evitar desvios.

A atualidade de Thoreau evidencia-se em contextos similares aos do século XIX, quando Thoreau resistia ao governo devido, principalmente, à escravidão e a invasão americana no México. Ações como as do presidente Donald Trump no Golfo do México e a política de imigração dos Estados Unidos mostram a urgência de repensar a obra de Thoreau, demonstrando como pautas separadas por séculos podem se aproximar devido a semelhanças.

Inicialmente, abordarei *a vivência filosófica no contexto da moralidade*. Para esta parte, trago brevemente a cena *Walden, Caminhando, A vida sem princípio, A escravidão em Massachusetts e Um Apelo ao Capitão John Brown*. Na sequência, faço um apanhado geral sobre *a desobediência nos escritos políticos, jurídicos e filosóficos*. Sigo na esteira de Norberto Bobbio, de modo breve, para compreender o uso do termo *resistência* e *desobediência* na filosofia e no cenário político ao longo da história. Do mesmo modo entro na questão da desobediência em Arendt, Rawls, Habermas e Dworkin. Com estes autores, abordo questões que oscilam pelo viés jurídico, político e social; também de modo breve, nas relações entre *resistência* e *democracia*, tendo em vista a importância do tema para o debate político contemporâneo. Esta parte do trabalho tende a mostrar cenários semelhantes entre posicionamentos de governos desde a primeira metade do século XIX até agora, e a desobediência civil como ferramenta social e jurídica nas relações entre indivíduos e governos.

Assim, nos capítulos quatro e cinco, *Resistir ao governo inconveniente e Razoabilidade do Estado*, trato especificamente da obra de Thoreau considerando seus escritos e os de comentadores que abordam o assunto aqui proposto. Por delimitação de tema, não serão construídos pontos de convergências ou contrastes entre os assuntos aqui abordados e autores contemporâneos que se debruçaram no tema ao longo da história<sup>3</sup>. Busco

---

<sup>3</sup>O propósito é não entrar em temas em disputa, como o que sugere que Thoreau é um egoísta que apela para sua própria consciência e não se preocupa com a questão pública, o que lhe tira o caráter de exemplo de

compreender a moralidade em Thoreau como base para a ação politizada de resistência; proponho, como síntese, caminhos que Thoreau seguiria na interpretação do espectro de *razoabilidade do Estado*, sempre tendo em vista as *exigências morais* para fundamento da relação Estado/Cidadão.

Começo o trabalho trazendo uma imagem da América vista por Tocqueville. Neste autor, é nítida a visão de uma América que promete ser a nação porta-voz da liberdade, destacando a peculiaridade de um povo com ímpeto singular para cultivar a democracia e as liberdades individuais.

No entanto, Tocqueville não deixa de pontuar situações urgentes como a escravidão, que deixa sequelas profundas na jovem nação, bem como os históricos massacres contra os povos originários americanos.

Essa visão de nação em Tocqueville não é exatamente a mesma visão de Thoreau, no entanto, é, em boa medida, a plataforma social e política na qual Thoreau vive e escreve.

Adotei neste trabalho uma abordagem metodológica fundamentalmente qualitativa e teórica, subsidiada por um procedimento de pesquisa hermenêutico e histórico conceitual.

Minha justificativa pela hermenêutica deve-se a necessidade de uma interpretação contextualizada das obras de Henry David Thoreau, em especial o ensaio *Resistência ao Governo Civil*. Este trabalho não tratará apenas de uma leitura literal, mas de uma compreensão do todo a partir das partes, situando o pensamento de Thoreau dentro de seu projeto intelectual mais amplo, que articulava ética, política e uma crítica ferrenha à autoridade estatal.

Também utilizei o método histórico conceitual. Neste método percorro dois caminhos: reconstituir a gênese e a transformação dos conceitos-chave de *moralidade e resistência ao governo* no contexto intelectual e político do século XIX nos Estados Unidos, com a guerra contra o México e a instituição da escravidão; segundo, este procedimento permite o diálogo crítico entre Thoreau e as diversas referências bibliográficas mobilizadas, de autores nacionais e internacionais, mapeando como esses conceitos foram apropriados, ressignificados e criticados ao longo da tradição filosófica e política, e como a pauta de Thoreau é atual ao considerarmos a plataforma política contemporânea.

# 1. THOREAU E A VIVÊNCIA FILOSÓFICA NO CONTEXTO DA MORALIDADE

## 1.2 A América de Thoreau no olhar de Tocqueville

A primeira metade do século XIX revelou a jovem nação americana com potencial democrático singular. Mesmo diante de um povo dividido entre norte abolicionista e sul escravista, as propostas de *liberdades e garantias* tornavam os Estados Unidos um empreendimento singular a construção social, econômica e política. Além da escravidão, os empreendimentos bélicos e ocupação de territórios vizinhos se colocavam como pautas desafiadoras dentro do contexto de democracia jovem, com menos de um século.

Alexis de Tocqueville, em sua viagem aos Estados Unidos em 1831, pontuou questões de grande relevância para a nação americana. Entre elas, a ausência de uma nobreza, como na Europa, representava possibilidades de uma organização política singular, com potencial para algo grandioso.

O olhar de Tocqueville é otimista, com perspectivas de superação dos grandes problemas políticos, e percebe o potencial de desenvolvimento econômico e social da América do Norte. Ele não viveu o suficiente para presenciar o sangrento conflito da Guerra Civil, mas que culminou com a unificação do país.

Escapar do espírito de sistema, do jugo dos costumes, das máximas familiares, das opiniões de classe e, até certo ponto, dos preconceitos nacionais; não tomar a tradição mais que como uma informação e os fatos presentes como um estudo útil para fazer de outro modo e melhor; procurar por si mesmo e em si mesmo a razão das coisas, tender o resultado sem se deixar acorrentar ao meio e visar o fundo através da forma: são estes os traços principais que caracterizam o que chamarei de método filosófico dos americanos (TOCQUEVILLE. 2004.p3).

A independência Americana em 1776 rompeu com os vínculos britânicos, tanto na política, com sistemas e lideranças, quanto em tradições em geral. No olhar de Tocqueville, a emancipação Americana carregou consigo anseios singulares, que tornariam os Estados Unidos uma nação próspera e com um sistema político-democrático com potencial de se tornar referência.

O ímpeto de vida individual, não individualista como egoísmo<sup>4</sup>, mas voltado ao empreendimento particular da vida, foi notável na percepção de Tocqueville sobre os americanos. Esta individualidade não descaracterizava a organização social americana com suas instituições, como o judiciário e o sistema eleitoral, ao contrário, as instituições legitimavam, em certa medida, a democracia liberal com seus ímpetos de individualismos. Ao observar esta peculiaridade em 1831, Tocqueville analisa os americanos considerando sempre a comparação com os europeus. A centralidade política na Europa, fundamentada pela nobreza pós-napoleônica, e a fragilidade institucional do sistema político fazem com que os americanos se tornem referência para o que Tocqueville chama de potencialidades da democracia liberal.

O indivíduo norte-americano, segundo Tocqueville, tem o ímpeto “de buscar em si mesmo a regra de seu juízo, conduz seu espírito a outros costumes (TOCQUEVILLE. 2004. p3)”. Este conduzir a outros costumes é construir uma diferenciação da conduta dos Europeus. É edificar uma plataforma social e política que torna os americanos do século XIX uma nação singular do ponto de vista de suas potencialidades.

A visão de Tecqueville que ilustra o povo americano como repleto de potencialidades singular em sua comparação com os povos europeus, deve-se, em grande medida, ao fato de que o engessamento de uma sociedade com democracias limitadas ou com uma aristocracia como governo, faz com que os indivíduos possam até melhorar, mas sem perspectivas de mudanças estruturais. Diferentemente desta limitação, as liberdades individuais e garantias conforme vivências do povo Americano observado por ele, não estão encerradas dentro de limites estruturais em uma sociedade de castas.

Mudanças contínuas ocorrem então a cada instante ante os olhos de cada indivíduo. Uns pioram sua posição, e ele compreende perfeitamente que um povo, ou um indivíduo, por mais esclarecido que seja, não é infalível. Outros melhoram sua sorte, e ele conclui que o homem, em geral, é dotado da faculdade indefinida de aperfeiçoar. Seus reveses lhe fazem ver que ninguém pode gabar-se de ter descoberto o bem absoluto; seus sucessos estimulam-no a persegui-lo sem trégua. Assim, sempre buscando, caindo, tornando a se levantar, muitas vezes decepcionado, nunca desanimado, tende incessantemente a essa grandeza imensa que entreve confusamente ao fim do longo trajeto que a humanidade ainda deve percorrer (TOCQUEVILLE 2004.p38).

---

<sup>4</sup>Egoísmo aqui é a busca por privilégios, o ato de tirar vantagens e ter privilégios em relação aos demais, enquanto que individualismo aqui se refere a direitos individuais, o que é fundamental para o sistema democrático.

Alexis de Tocqueville narra a busca pela perfeição, ou o ato de se empreender nesta busca por parte do povo Americano, e traça um paralelo com o engessamento dos europeus, que por mais que buscassem se aperfeiçoar, seriam difíceis as mudanças devido a manutenção de sistemas tradicionais políticos e sociais.

Tocqueville ilustra um típico pensamento americano ao narrar o encontro com um marinheiro, que, segundo ele, apesar de rude e até mesmo grosseiro, tem em si o ímpeto de progredir ou, ao menos, de reconhecer as mudanças que o progresso traz consigo. Quando questionado sobre o porquê de se produzir navios com pouca durabilidade, o marinheiro responde que os avanços tecnológicos, a um ritmo desenfreado, tornam-lhe obsoleto em pouco tempo, surgindo assim a necessidade de mudança.

O navio que em pouco tempo se torna inútil devido ao avanço das tecnologias por parte da engenharia americana que busca por um caminho de perfectibilidade, assim como o povo em geral, conforme diz Tocqueville, e em contra partida o povo europeu que tende a não buscar esta perfectibilidade parece que estão em dois extremos. Para ele, estreitar a perfectibilidade, como fazem as aristocracias, ou estendê-la demasiadamente como fazem os americanos, pode não ser o melhor caminho. Um *justo meio* parece ser o que Tocqueville quis dizer mas não escreveu.

A grandiosidade da nação, no olhar de Tocqueville, tanto no ímpeto do povo quanto na extensão territorial americana, não exclui o fato de existirem situações urgentes e demandas grandiosas na pauta. A extensão territorial com uma divisão de terras que prioriza um número pequeno de pessoas é algo que necessita, segundo ele, de medidas para construir outras possibilidades e fomentar o desenvolvimento. O conflito entre Estados do Norte e Estados do Sul no centro da pauta da escravidão é outra urgência para o povo.

As imperfeições e as necessidades de mudanças apontadas por Tocqueville na democracia americana, fazem dela uma possibilidade de tornar-se referência, acompanhado da ânsia do povo americano por liberdade e participação democrática.

A liberdade e o pensamento livre, desprendido de escolas, com o indivíduo como protagonista de sua conduta diante de um mundo de possibilidades, são a síntese do pensamento de Tocqueville diante da América que viverá Thoreau. Pois, para ele, a sociedade civil não é uma abstração, mas uma realidade visível. Esta sociedade é composta por associações voluntárias que os cidadãos criam para lidar com praticamente todos os aspectos da vida. A igualdade de condições tende a isolar os indivíduos, fazendo com que o foco

recaia apenas sobre seus interesses privados, como referido anteriormente, ao que Tocqueville chama de *individualismo*. Neste sentido, as associações são a cura para esse direcionamento puramente privado que resulta no isolamento, pois tais associações forçam as pessoas a saírem de sua esfera privada, cooperarem e pensarem no bem comum.

Segundo Tocqueville, participar de uma associação é uma forma de educação cívica, pois é nela que os cidadãos aprendem sobre o autogoverno, o compromisso e a cooperação, a liberdade na prática. Tudo isso se soma ao fato principal da necessidade de tomar decisões coletivas.

A constatação de Tocqueville sobre o ímpeto americano está no fato de a sociedade se antecipar ao próprio governo. Em vez de esperar passivamente que o governo resolva todos os problemas, as associações são criadas como mecanismos para ação. Isso cria uma rede de poderes intermediários entre o indivíduo isolado e o Estado centralizado. Essas associações impedem que o governo se torne a central do poder, pois a sociedade é forte e organizada o suficiente para cuidar de si mesma.

Tocqueville percebe os americanos como povo não movidos por um altruísmo puro e abstrato, mas por um cálculo racional. Segundo ele, os americanos entendem que, no longo prazo, servir ao interesse da comunidade também serve ao seu próprio interesse, e essa noção prática e não idealista é o que torna a liberdade e a participação cívica sustentáveis e diferencia este povo dos demais.

Porém, ao olhar de Tocqueville, o otimismo quanto à sociedade americana tinha limites. Uma das questões levantadas por ele diz respeito ao cidadão, que absorvido pela busca das conquistas materiais, pode abrir mão de sua liberdade e de sua participação política, em troca de um poder paternalista que garanta sua segurança e conforto. Essa ressalva de Tocqueville parece estar contida na pauta filosófica de Thoreau e ambientar seu ímpeto de *resistência*.

### 1.3 O ambiente de vivências de Thoreau

A jovem nação americana, cujos princípios de liberdade cada um trazia consigo como um preceito de conduta, instigou Henry David Thoreau a viver intensamente essa condição. Ele leva ao extremo o imperativo da liberdade e justifica sua conduta alegando que a América é uma promessa de vidas livres e soberanas. O fato de ele considerar que tal promessa não foi cumprida ou não se efetivou constitui grande parte de seu empreendimento filosófico e de sua conduta pessoal que, em Thoreau, são uma só coisa. Tratar de vivência filosófica é tratar da vida em si em Thoreau, e o contexto da moralidade são os princípios do qual ele não abre mão, adotando uma obrigação de conduta enquanto pessoa e depois enquanto cidadão.

Essa conduta, que coloca a pessoa em primeiro plano e o cidadão apenas após a efetivação da plenitude da individualidade da vida, é um preceito moral que Thoreau defendeu por toda a vida.

Não há, propriamente, uma obra de Thoreau que trate sistematicamente de sua filosofia, diferentemente da tradição filosófica. Neste autor, os escritos autobiográficos e sua própria conduta diária são fundamentos daquilo que ele escreve. As conferências e ensaios são relatos profundos de vivências e posicionamentos morais de uma conduta onde as questões de filosofia, política e natureza, estão na pauta de suas vivências.

Para situar o pensamento moral e político deste autor é fundamental compreender como ele viveu e se comportou na pequena Concord do século XIX, bem como entender como seus escritos ainda motivam movimentos sociais e políticos por todo o mundo.

O modo pelo qual se observa a tradição filosófica, com suas delimitações por segmentos, não se enquadra a Thoreau. O autor de Walden foi o norte-americano mais lido no mundo, com sua obra-prima que eterniza o nome de um lago, mas sua filosofia não foi um achado óbvio no meio acadêmico.

(...) não havia lugar algum para Thoreau no meio filosófico acadêmico norte-americano. Ele tinha um lugar nos currículos de Estudos Americanos e Literatura Americana. (É claro que naqueles dias quase não havia lugar para Hegel, Marx, Nietzsche ou Heidegger nesse meio filosófico acadêmico norte-americano). O livro de Cavell, *The Senses of Walden*, mudou isso. Ele foi o primeiro naquela época nos Estados Unidos a ver a obra de Thoreau, e a partir disso, de forma natural, a obra de Emerson, como reagindo profundamente à grande crise da filosofia europeia na era

pós-kantiana e pós-hegeliana. Pensadores tão diferentes como Schopenhauer, Marx, Kierkegaard, Nietzsche, estavam todos respondendo a esta crise – de modos muito diferentes, é claro. Quando lemos Walden é, agora, impossível esquecer que ele é um exemplo de “filosofia como forma de vida”. E a razão pela qual é impossível esquecer que deve-se a Cavell e a uma (pequena) geração de filósofos que têm sido influenciada por ele e que tem explorado Thoreau como um filósofo (BATES. 2027. p 31-32).

Henry David Thoreau nasceu em 1817 e morreu aos 44 anos, em 1862, na pequena cidade de Concord, no estado de Massachusetts. Ele foi o terceiro de quatro filhos de John Thoreau e Cinthya Dunbar. Tinha um irmão chamado John Jr. e duas irmãs: Helen e Sophia. Eram o que podemos chamar de classe média modesta, descendente de franceses huguenotes pelo lado paterno.

Formado em Harvard, no que hoje chamaríamos de “humanidades”, Thoreau trabalhou como professor, fabricante de lápis e agrimensor. Abriu uma pequena escola com seu irmão John, A Concord Academy, onde aplicava métodos pedagógicos avançados para a época, abolindo castigos físicos para estudantes e abrindo espaço para observações da natureza com aulas ao ar livre. O trabalho como fabricante de lápis foi uma interferência notável no empreendimento familiar. Evidentemente, havia adquirido em Harvard conhecimentos gerais e, posteriormente, ampliou seus estudos, o que lhe permitiu criar um grafite altamente resistente. Tal invento foi responsável por alavancar as vendas e a fábrica cresceu de forma notável.

Como agrimensor, Thoreau se realizava profissionalmente. Difícil aqui ter que mencionar uma profissão em detrimento das diversas atividades que ele realizava, como investigações no campo da biologia<sup>5</sup> e seus estudos sobre maçãs selvagens. Mas era como agrimensor que ele interagiu profissionalmente e com maior intensidade diante de seus vizinhos. Nestes trabalhos era remunerado por fazer o que gostava: andar por pântanos, campos e pradarias.

Thoreau viveu a prática filosófica buscando leituras nos clássicos gregos e romanos, dos pré-socráticos até as escrituras antigas das várias tradições asiáticas. Conhecia a filosofia de Descartes e Locke, os platônicos de Cambridge, os idealistas alemães além de Coleridge e Emerson.

---

<sup>5</sup>O termo, evidentemente, é um anacronismo cujo objetivo é meramente ilustrativo.

Discutiu as suas próprias descobertas empíricas com os principais naturalistas da época e leu os últimos trabalhos de Humboldt e Darwin com interesse e admiração. As suas explorações filosóficas do eu e do mundo levaram-no a desenvolver uma epistemologia da percepção incorporada e uma descrição não dualista da vida mental e material. Para além do seu enfoque na ética num espírito existencial, Thoreau dá também contribuições únicas para a ontologia, a filosofia da ciência e o pensamento político radical. Embora os seus ensaios políticos se tenham tornado justamente famosos, as suas obras sobre ciências naturais só foram publicadas no final do século XX e ajudam a dar-nos uma imagem mais completa do seu pensamento (FURTAK. 2023).<sup>6</sup>

Para seus contemporâneos, o grupo dos transcendentalistas<sup>7</sup> norte-americanos, Thoreau era mais uma figura amigável que um intelectual de prestígio, como foi o caso da interpretação de Emerson acerca de sua vida.

Ralph Waldo Emerson, amplamente conhecido pelo seu famoso ensaio *Nature*, foi um dos mais notáveis intelectuais americanos. Ao mudar-se por acaso para uma residência próxima da família de Thoreau, tornou a pequena Concord da época um reduto de erudição.

É fundamental notar a relação estreita entre Thoreau, Emerson e o grupo dos transcendentalistas. O pensar de Thoreau e sua ação cotidiana se embrenhavam em uma visão transcendental de filosofia. Uma importante ilustração deste fato está no ensaio *Vida Sem Princípio* que para Jaime Becera Costa, da Universidade de Minho, Portugal, neste ensaio Thoreau esclarece questões de grande relevância filosófica e nos diz muito sobre sua vida: “o valor adequado das coisas, em relação à nossa própria natureza de seres humanos, aquilo que os gregos denominavam *oikeon*, termo etimologicamente ligado à palavra economia e que não será outra coisa senão a gestão daquilo que é essencial à vida do dia a dia (AGORA. 2015 p.92)”.

A relação com Emerson que trago aqui de relance foi fundamental para o pensamento de Thoreau. Seria uma dificuldade superlativa, ou um caminho impossível de se trilhar, deixar

---

<sup>6</sup> He discussed his own empirical findings with leading naturalists of the day, and read the latest work of Humboldt and Darwin with interest and admiration. His philosophical explorations of self and world led him to develop an epistemology of embodied perception and a non-dualistic account of mental and material life. In addition to his focus on ethics in an existential spirit, Thoreau also makes unique contributions to ontology, the philosophy of science, and radical political thought. Although his political essays have become justly famous, his works on natural science were not even published until the late twentieth century, and they help to give us a more complete picture of him as a thinker.

<sup>7</sup>Na sequência do trabalho retomo o tema do Transcendentalismo com a especificidade para falar sobre o movimento. Neste momento, apenas faço uso do termo como ilustração para o argumento do ambiente ao qual Thoreau está inserido.

de considerar a relação entre esses dois pensadores.

Se Emerson foi um autor de prestígio e chegou mais longe que Thoreau em números de leitores quando vivo, Thoreau viveu a filosofia com maior intensidade. Afinal de contas, para a maioria das pessoas, uma coisa é pensar, outra é viver intensamente o que se pensa. E para Thoreau, pensar e viver fizeram parte de uma mesma proposta de conduta.

A casa de Emerson era um reduto intelectual. Thoreau aproveitava a biblioteca do mestre e se tornou amigo da família, sendo muitas vezes, um auxiliar para todo tipo de serviços, como jardinagem e pequenas reformas. Tudo isso, em síntese, além da amizade com a família, visava ao acesso aos vastos títulos que estavam à disposição na casa de Emerson.

#### **1.4 O Romantismo contido na pauta democrática em Thoreau**

O termo *resistência ao governo* pode soar, à primeira vista, como um distanciamento da questão *democrática*. Mas, em Thoreau, isso não ocorre. Resistir, para ele, é condição fundamental para pensar a vida em sociedade.<sup>8</sup> Mesmo em situações em que esbraveja um distanciamento social, Thoreau tem uma conduta *romântica*, a qual era amplamente compartilhada em meados do século XIX: “onde quer que um homem vá, os homens vão persegui-lo e atacá-lo com suas instituições (THOREAU. 2019. p57”.

É necessária esta observação prévia para demonstrar que mesmo sugerindo um distanciamento social, Thoreau encontra na democracia as melhores condições da vida em sociedade, como demonstra Nancy L. Roseblum, no artigo *Thoreau e a*

---

<sup>8</sup>Convém iniciar o trabalho desta forma para deixar claro que resistir ao governo em uma democracia não é ser contra ela, mas torná-la melhor em muitos aspectos. Tratarei deste assunto apontando acerca das afirmações de Thoreau quanto a democracia como melhor forma de potencialidades coletivas. Não cabe neste estudo trazer ao debate os autores que discordam da contribuição de Thoreau para a democracia, porém, é importante ressaltar a gama de estudiosos que pensam de modo diverso da linha que segue meu trabalho.

*Democracia*, editado por Jack Turner:

As litâneas de descontentamento de Thoreau com o prosaico, as manifestações de ridículo e desdém e os gestos desafiadores de isolamento e recuo são familiares a qualquer estudante do romantismo — inglês, continental ou americano. Ele compartilha a agenda crítica romântica geral, que implica contrastar a experiência intensificada e o insuportavelmente mundano (ROSEMBLUM. 2009. p16)<sup>9</sup>.

O *romantismo* que pauta a conduta de Thoreau consolidou-se no final do século XVIII, com o posicionamento de poetas, artistas e filósofos tornando público o descontentamento com os arranjos da sociedade e as organizações políticas. A abnegação ao modo de vida burguês e o desprendimento da vida material eram condutas justificadas pela arte e pela filosofia, com posicionamentos políticos que ganhavam força na juventude de Thoreau. Esperança, beleza e criatividade se opunham a práticas engessadas do cotidiano capitalista. A vida prática se mostrava encerrada dentro de limites que o *romantismo* entendia como inaceitável. O individualismo dentro de uma potencialidade infinita de vivências dava o tom da conduta romântica.

A definição de democracia tradicional que justifica a participação popular com educação e justiça distributiva ganha um ajuste na filosofia de Thoreau e passa a significar uma ordem política com possibilidade infinita. A vergonha de uma nação democrática que escraviza constitui ponto central para moldar o pensamento democrático de Thoreau, que, ao reconhecer os limites e defeitos do sistema político, romanticamente propõe pensar além das convenções sociais que estabelecem o funcionamento da sociedade.

A natureza também é vista no romantismo de forma diversa que a provedora humana. Para o romântico, a vida selvagem carrega consigo uma estética sublime. Ela continua sendo caótica e misteriosa, mas passa também a ser venerada em sua diversidade — florestas, desertos, campos, rios e mares.

É no romantismo que a relação entre o ser humano e a natureza passa a ser questionada. O homem, enquanto senhor dos animais, já não é algo que se possa afirmar com segurança. A sociedade passa a considerar a natureza e as relações humanas com uma sensibilidade diversa da tradicional. Subjugar é um verbo em desuso para os românticos.

---

<sup>9</sup>Thoreau's litanies of discontent with the prosaic, outpourings of ridicule and disdain, and defiant gestures of isolation and retreat are familiar to any student of romanticism—English, continental, or American. He shares the general romantic critical agenda, which entails contrasting heightened experience and the insufferably mundane.

Além de um estilo cultural, o romantismo marcou profundamente a vida de Thoreau e sua relação com a natureza, cujo sentido não é prover ao ser humano, mas estabelecer relações de convivência e reciprocidade. Tais relações, centrais ao romantismo, conferiram um sentido filosófico profundo ao pensamento de Thoreau: a primazia da consciência pessoal como alicerce da vida social.

Entender a vida como o cumprimento de um desejo, e considerar a natureza como parte intrínseca de nossas vidas, é o fundamento das vivências artísticas do final do século XVIII e século XIX. Poesia, filosofia e arte em geral, consideram no movimento romântico um homem idealizado, cuja viabilidade de se tornar real é anseio de muitas vozes americanas de expressão na época. Porém, a distância entre o real e o ideal não é um caminho que afugente os que caminham. Há que se considerar inclusive o desejo de não se importar com tal distância. A idealização é preceito e o real é plataforma. O questionamento de Thoreau se não haveria como avançar mais um passo além da democracia pode ilustrar o ímpeto romântico. Se há algo além da democracia para onde se possa avançar é uma boa pergunta, mesmo que Thoreau não se envolva de imediato ou tampouco se angustie por falta de resposta.

Essa ligação de Thoreau com o romantismo é profunda. O ensaio *Resistência ao Governo Civil* está repleto de questões relevantes para a pauta romântica. O jeito retórico de conduzir as conversas não é algo técnico, mas, romântico. Qual é o limite de agir de acordo com sua própria consciência? Esse questionamento Thoreau não vai responder. No entanto, há um clamor em sua obra para que a emoção, a imaginação, o indivíduo e a natureza ganhem espaço e não sejam sufocados pelas relações formais de trabalho e convivências comerciais.

Viver intensamente a natureza selvagem e levar ao extremo uma questão, mesmo não obtendo uma resposta satisfatória, é um modo romântico de se agir. E é neste contexto do *romantismo* em que Thoreau pauta suas ações e deixa seu legado enquanto filósofo.

## 1.5 Viva: Thoreau no verbo imperativo

Em *Resistência ao Governo Civil*, Henry David Thoreau ilustra amplamente sua filosofia política e seu posicionamento moral por meio de um recurso que lhe é peculiar: a retórica. Trazer para a pauta questões que em um dado momento de sarcasmo parece um elogio ao governo americano e sua constituição: “Analisada de um ponto de vista inferior, a Constituição, com todos os seus defeitos, é muito boa; a lei e os tribunais são muito respeitáveis; mesmo este Estado e este Governo Americano são, sob muitos aspectos, bastante raros e admiráveis, como muitos já o descreveram, e podemos ser gratos a eles (THOREAU. 2011. p50)”.

Em outro momento, já ausente de sarcasmo, Thoreau observa a relação individual com o Estado e o governo e nos instiga a *resistência*: “Porém, analisados de um ponto de vista um pouco mais elevado, eles são exatamente aquilo que descrevi, e, vistos de um lugar ainda mais alto, do topo mesmo, quem poderá dizer o que eles são ou se merecem ser apreciados e constituir objeto de nossos pensamentos? (Idem. P55)”. Nesta passagem Thoreau questiona se realmente o Estado deveria ter um lugar em nossos pensamentos. Esta colocação é compreensível na medida em que, exposto a importância do Estado, este deixa de cumprir o seu papel em muitas situações, e se torna indigno até mesmo do pensamento dos homens. A referência é, principalmente, devido a escravidão, a promoção de guerras e ocupação de territórios estrangeiros.

É nessa medida que impera a moralidade no pensamento de Thoreau. Há uma relação estreita entre assumir uma *admiração* ao Estado e ao governo (americano), e observar a vida de um ponto um pouco mais elevado, e perceber a necessidade de resistir aos diversos fatos que tornam esse mesmo governo relapso e indesejável, ou, na linguagem de Thoreau, inconveniente.

Assim, o elogio ao Estado e sua Constituição não passam de um olhar vago e de um ponto de vista superficial. Para Thoreau, os *operadores* do Estado e seu governo estão envolvidos com os procedimentos da administração política e da operacionalização da justiça que não conseguem perceber com nitidez o que se passa institucionalmente.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>Esta passagem mostra, segundo Thoreau, as limitações do Estado.

O elogio ao Estado Americano está condicionado a uma esperança de que, se fosse melhor gerido, a nação Americana com sua constituição poderia ser singular e representar algo grandioso. A Constituição Americana seria, ao olhar de Thoreau, uma referência. Ou melhor, o Estado Americano foi uma promessa de nação com uma constituição favorável a um estado razoável. Mas, segundo Thoreau, não passou disso.

Falam de uma sociedade em movimento, mas fora dela não têm nenhum lugar para descansar. Podem ser homens de certa experiência e discernimento, e sem dúvidas inventaram sistemas engenhosos e mesmo úteis, pelos quais sinceramente lhes agradecemos. Mas todo seu engenho e utilidade situam-se dentro de limites não muito amplos (THOREAU. 2011. p51).

Estes limites estreitos, ou como na citação, limites não muito amplos, a referência é clara a um modo de vida conivente, em que ser cidadão se torna o principal objetivo de vida. Para Thoreau, isso está próximo do deplorável. Pois a submissão ao Estado é uma forma de vida miserável, uma vez que implica aceitar as aberrações e atrocidades cometidas por ele. Evidentemente que ao se posicionar desta forma, Thoreau tem em alto preço o massacre dos povos originários americanos, bem como o ímpeto do governo em invadir e saquear territórios de outras nações.

Viver, para ele, é tomar posição. E tal posição não está encerrada dentro dos limites da conveniência. Embora a conveniência, como tratarei adiante, possa, em certa medida, ser útil ao funcionamento social, ela não está no patamar da moralidade. E a vida, para Thoreau, é a conduta moral desimpedida de amarras.

A visão de mundo e as interações nele construídas, apesar de não ser uma função inerente a natureza da pessoa, é uma obrigação a tomada de posição. Se por ação ou omissão se faz ou deixa de fazer, tanto uma quanto outra são necessárias ao viver humano.

Reconhecer a grandiosidade da nação americana sem levar em conta o massacre dos povos ancestrais, não é uma proposta de civilidade. Para Thoreau, a vida deve conter o mais genuíno anseio de plenitude.

Este viver moral de Thoreau é um empreendimento singular e um tanto arriscado, pois ao atingir extremos de condutas, como é o caso de reconhecer no indivíduo um poder superior e independente, do qual todos os outros poderes derivam, ele apela para uma visão cujo otimismo dificilmente pode ser vislumbrado.

Sua postura de conduta que despreza o trabalho em fábricas cujos objetivos são puramente geração de lucros materiais, e a exploração da natureza para fins descontrolados de ganhos financeiros, e, por outro lado, o Thoreau que traz elementos significativos para se pensar a política e a sociedade com suas relações de governos, são fatores com um certo grau de dificuldade para se considerar. No entanto, não há outro caminho a não ser estas peculiaridades, para a compreensão que, em Thoreau, viver, é um princípio de filosofia contido em um contexto moral.

E é neste patamar que Thoreau constrói sua crítica e firma sua *resistência* em relação ao governo. O proceder nesta situação é certamente singular. Para ele, é um abismo a limitação da maior parte dos homens, que lhes impossibilitam de cuidarem do Estado. Mas não é somente uma questão de má gestão. O ponto aqui é de maior amplitude: a moralidade determina a ação e a interação de modo complexo e, para compreender o posicionamento de Thoreau em relação à resistência ao Estado e seu governo, é necessário observar o modo de vida singular a que o autor de *Walden* se propôs e sua filosofia, moldada em grande medida, junto ao movimento transcendentalista.

## 2. Transcendentalistas, Lago Walden e Democracia

### 2.1 No contexto dos Transcendentalistas

A riqueza do movimento transcendentalista, segundo Eduardo Vicentini de Medeiros, é incontestável. As amplas possibilidades de temas que permearam o movimento, desde filosofia política, literatura e educação, fizeram do *Clube Transcendental* um referencial que perpassa o tempo. Emerson é figura central neste movimento; Thoreau, mesmo não ocupando o centro, é peça notória dentro do contexto de pautas dos Transcendentalistas.

Experimentos como a estadia na cabana do lago Walden são expressões de grande valor simbólico, representando a natureza como manifestação do divino e a busca por uma essência espiritual compartilhada entre todos os seres, humanos e não humanos. E nesta estreita relação do cultivar a si mesmo, considerando-se parte da natureza e com ela compartilhando a vida, é onde pautas como abolição, educação e direitos em geral se tornam temas incontornáveis.

Nessa mesma linha do transcendentalismo, a vida e a filosofia de Thoreau, tendo Emerson, em certo sentido, como referencial, são destacadas por Kelly Dean Jolley:

Para Emerson e Thoreau, o que o Velho Mundo estava oferecendo havia se tornado, a seu modo, inepto, vazio. Foi apresentado, ou apresentou-se, como aquilo ao qual a realidade tem que corresponder. Tornou-se meramente um dogma. Se fosse para promover um segundo nascimento, haveria de reapresentar-se, tornar-se um objeto de comparação, um modelo, para assim aquela vida poder voltar a habitá-lo. Agora, não quero ser mal compreendido. Não quero dizer com isso que algum desses homens desejou que a primeira palavra do Velho Mundo terminasse, renascesse, como a última palavra do Novo Mundo – que isso foi uma estratégia para revigorar a Cristandade –, mas eu penso que eles desejaram desafiar o dogmatismo das formas mortas, e ver o que poderia ser trazido à vida novamente. De certo modo, seus objetivos foram similares aos de Kierkegaard – não podemos ver a Cristandade como ela é a não ser que vejamos alternativas, outros modelos, outros objetos de comparação.(JOLLEY. 2017. p. 41)

Thoreau constrói sua vida tendo a natureza como principal referencial. É com Emerson e os transcendentalistas que ele mergulha no âmago da existência. A natureza selvagem, como refere constantemente em sua obra, é a casa da vida. Viver intensamente

significa estar presente e sentir o pulsar do selvagem, do intocável, daquilo que é raiz. O natural para ele é despir-se de artificialidades e repousar nos braços do intocável, de uma natureza que está posta para acolher todos os seres, e com eles compartilhar a magia da vida, que, em síntese, é a expressão de Deus.

Perceber que a natureza selvagem é a expressão da própria vida e fundamentar na teoria e na prática, foi um ato que tornou Thoreau um dos fundadores do pensamento Americano. Junto de Emerson, os *transcendentalistas* construíram um novo ângulo pelo qual se pode observar o mundo e as interações humanas. A religiosidade, ou melhor, o sentimento do divino, não está contido dentro de amarras institucionais da igreja formal. Por mais próximos que estivessem os *transcendentalistas* das formas institucionais religiosas, uma nova forma de expressão religiosa descaracterizava a igreja institucional como peça necessária para a ligação entre homem e Deus.

A vida prática, para os integrantes do *Clube Transcendental*, tinha relevância em patamar de paridade com a vida filosófica. Cuidar dos afazeres do dia a dia era algo tão necessário e importante para a vida quanto reflexões de alto cunho filosófico ou poético.

É neste contexto que Thoreau conduz suas vivências filosóficas e as traduz em caminhadas e serviços pontuais que fundamentam sua vida. Andar por caminhos estreitos dentro de florestas ou prados, interagindo com a natureza e observando as relações entre plantas e animais, foram fundamentos de vivências.

O idealismo alemão, mesclado ao romantismo europeu, constitui o alicerce argumentativo da vida intelectual na Nova Inglaterra entre 1830 e 1850. O *Transcendentalismo*, movimento que se opunha as formas enrijecidas da religiosidade puritana e unitarista para uma leitura ampla dos conceitos de espiritualidade oriental, conduz o grupo liderado por Emerson a novas considerações filosóficas e políticas. Os *Transcendentais* buscavam ainda um distanciamento do racionalismo como modo de ampliar as possibilidades de se pensar e viver. Também o materialismo crescente após a revolução industrial é questionado pelo grupo dos *Transcendentais*.

O argumento de que todo ser humano tem uma parte divina em si, é a base do raciocínio de Thoreau em relação ao dever de sempre se fazer o que é certo, ou ao menos se questionar constantemente sobre o que é certo.

Os transcendentalistas acreditavam na possibilidade de conectar-se ao divino sem a mediação de instituições religiosas<sup>11</sup>, onde a natureza carrega parte desta divindade.

Para Thoreau, a natureza tem em seu fundamento leis que regem a vida, e, qualquer um que consiga decifrar essa leitura, estará com a conduta embasada nos mais altos princípios morais. Somente reconhecendo a lei superior da natureza, onde seus códigos estão por ser lidos por quem entende sua linguagem, é que o cidadão pode reconhecer-se diante de suas obrigações. Nada, absolutamente nada, na filosofia moral de Thoreau pode justificar a obrigação de cumprir preceitos e deveres que contrariem as mais altas leis da vida, expressas na natureza. Esta é a afirmação de Thoreau quando se refere a agir segundo sua consciência. Pois, não haveria possibilidade de um indivíduo consciente, que observa as leis de sua própria natureza, agir de outra forma senão a considerar seus princípios.

Para Thoreau, viver de modo transcendental implicava abandonar o caminho reto, a estrada construída como instrumento do desenvolvimento econômico, e seguir outro rumo. Seguir adiante por uma estrada improvisada, por carreiros estreitos, entre pântanos que pulsavam vidas em faunas esplendorosas e flora exuberante. Ali a vida ganha sentido. Era nestes caminhos que a prática diária da caminhada, que ocupava mais da metade do dia de Thoreau, se expressava como o verdadeiro contato com Deus. Pois neste viver preconizado pelos *transcendentalistas*, Deus fazia parte do mundo como manifestação poética, dentro de uma natureza que acolhia o ser humano e estabelecia relações fundamentais para a vida.

Esse modo de compreender a religiosidade, com ressalvas à Igreja institucional, não representa um rompimento total com a religião convencional. O cristianismo ganha com o movimento *transcendentalista* uma nova interpretação. Esta nova interpretação considera a espiritualidade e a conduta como caminhos para o sagrado, interpretação esta que não faz parte da compreensão do povo em sua maioria. O Cristo torna-se referência para a vida prática, de ações benevolentes, com palavras sábias. O grupo dos *Transcendentalistas* traz esta nova visão, ou nova possibilidade de se ver e pensar sobre o sagrado e sobre o cristianismo. Entretanto, não havia plena unidade no grupo em relação a tais visões. É provável que Thoreau, embora afinado com o movimento, divergisse pontualmente em matéria de religiosidade.

---

<sup>11</sup>Adiante retomo o assunto da religião institucional e pontuo diferenças com a religião que cultivava a espiritualidade, questão chave para o movimento Transcendentalista.

Não creio que Thoreau tenha concordado com vários aspectos, nem mesmo a maioria deles, dessa visão de um novo milênio proposta em *New Views*<sup>12</sup>. Mas alguns traços da experiência religiosa de Thoreau parecem estar em sintonia com esta antítese. A vivência do sentimento religioso é amplificada em Thoreau por meio do reconhecimento de Deus na natureza e pelo interesse dessa vida em detrimento a de possíveis recompensas em uma vida eterna (MEDEIROS. 2015. p85).

A publicação *New Views*, de Orestes Brownson, ilustra bem os contrastes e aproximações em relação a religiosidade como possibilidade de ver em Cristo um manual de ações divinas, entre outros temas que pautaram o grupo e suas relações com Thoreau.

Os reflexos desse modo de pensar dos transcendentalistas resultaram em contribuições originais e significativas para a poesia, a filosofia e a política, entre outros campos. Na educação, por exemplo, Thoreau deixou de dar aulas logo após sua formação em Harvard, pelo fato de que não concordava com os métodos tradicionais de ensino que utilizavam castigos físicos nos estudantes.

A intuição tem valor fundamental para Thoreau. Para além da lógica, o conhecimento, para Emerson, Thoreau e seus pares, é a experiência que transcende a realidade, o qual está acima da razão. E essa *intuição*, que é também uma filosofia *transcendental*, é a expressão que reflete o *divino* na consciência de cada um e na natureza. Essa natureza passa a ser, ao entender dos *Transcendentalistas*, um lugar sagrado, de autoconhecimento e elevação espiritual, e não uma mera fonte de subsistência humana.

Para essa relação transcendental com a natureza, é de suma importância o caráter individual. É na individualidade que se fundamenta a sabedoria. E, neste sentido, a conduta individual que contrapõe uma ação coletiva, quando é ditada pelas leis maiores, da natureza e da consciência que estão interligadas, é a mais profunda expressão de vida plena.

Opor-se às instituições e ao sistema gestor de uma coletividade que desconsidera as individualidades é preceito fundamental no pensamento dos *transcendentalistas*.

Além de Emerson, Thoreau e outros do grupo que compõe os *Transcendentalistas* Americanos, está Margaret Fuller, feminista, escritora e editora da revista *The Dial*. Margaret foi fundamental para o grupo dos *Transcendentalistas* e seu trabalho foi uma contribuição imensurável, principalmente com *Woman in the Nineteenth Century (1845)* – uma das primeiras obras feministas americanas.

---

<sup>12</sup>*New Views*, de Orestes Brownson, é uma das publicações que expressam e ilustram o movimento *Transcendentalista*, e a passagem que trago na citação, segundo o professor Eduardo Vicentini de Medeiros, é um ponto de divergência dentro de muitos de convergência que Thoreau cultivou nas relações com os protagonistas do movimento.

O papel do indivíduo na sociedade e suas relações com a natureza foi uma filosofia *Transcendental* cujo fruto abriu caminho para o modernismo americano. A forma de pensar e agir foram profundamente afetadas pela filosofia *transcendental* cuja linguagem moldou a literatura e filosofia americana do século XIX.

As atitudes de Thoreau em relação às suas pautas políticas e filosóficas ilustram a influência dos transcendentalistas, especialmente de Emerson.

## 2.2 Filosofia nas margens do Lago Walden

Sua mudança, em 1845, para a floresta, onde construiu uma cabana à beira do lago Walden, evidencia sua relação com a natureza e sua forma singular de compreender o mundo. Essa forma o torna singular, sendo difícil traçar paralelos com outros pensadores. Tal singularidade nos coloca na posição de observar sua postura diante do mundo para melhor compreender sua obra.

Ninguém gosta de ficar recebendo sermão, mas Thoreau não é um moralista inveterado, a não ser em suas aguerridas polêmicas políticas – digamos em sua defesa de John Brown. Em escritos como Walden ele fica muito mais perto da postura reflexiva e, no mais das vezes, gentil de Rousseau em Devaneios de um Caminhante Solitário. A senhora Schultz não está sozinha ao apresentar grande dificuldade para ouvir os devaneios e as reflexões de Thoreau, suas ironias, gracejos e hipérboles. As excursões bem elaboradas de Walden pela paródia, hipérbole e devaneio (e semelhantes) não são feitas para anunciar doutrinas ou para empurrar dogmas goela abaixo. Thoreau é um mestre do exagero engenhoso e da caricatura perversa (MOONEY. 2017. p. 47).

No ambiente à beira do lago, Thoreau mergulha em profunda reflexão sobre a própria vida e registra em seus diários o esforço afim de não sucumbir a um desespero silencioso. É deste contexto que nasce sua obra-prima.

O propósito filosófico de *Walden*, que, em linhas gerais, retrata sua estadia à beira do lago, segundo Bob Pepperman Taylor (2020, p. 5), segue dois caminhos: o primeiro é a marcante preocupação de Thoreau com o caráter de seus vizinhos, o que o vincula à antiga tradição sobre a natureza humana e suas relações políticas democráticas; o segundo consiste em refletir sobre a relação das pessoas com a natureza. Ambos os caminhos permanecem pertinentes ainda hoje. Essas duas vias inter-relacionadas, de acordo com Taylor, são fundamentais para se compreender a estadia de Thoreau na floresta.

Enquanto reflete sobre o caráter de seus vizinhos e suas relações com a natureza, Thoreau nos oferece reflexões acerca de modos mais satisfatórios de viver. As relações entre as pessoas e a compreensão da ordem natural que as cerca constituem elementos fundamentais para a existência de sociedades democráticas.

Taylor também considera as crises atuais de governos e os possíveis colapsos na preservação ambiental, justificando *Walden* como elemento fundamental para compreendermos a estreita ligação e a dependência do ser humano em relação à natureza e suas implicações morais.

A satisfação pessoal e o bem público são questões que orientam o afastamento tanto do desespero privado quanto da irresponsabilidade pública (Taylor 2020).

Segundo intérpretes contemporâneos, especialmente após Stanley Cavell, a escrita autobiográfica de *Walden* é permeada por um forte senso político e moral. É uma obra que sintetiza a filosofia prática de Thoreau e justifica o imperativo do dever contido em *Resistência ao Governo Civil*.

Walden foi admirado por um público mundial maior que qualquer outro livro escrito por um autor norte-americano e independentemente de ser chamado de filosofia, contém uma quantidade substancial de conteúdo filosófico, que merece ser mais apreciado do que tem sido. Stanley Cavell argumentou que Thoreau é um embaraço para “o que aprendemos chamar de filosofia” uma vez que sua obra emerge de “um modo de precisão conceitual” que é “baseado em uma ideia de rigor” um tanto estranho ao estabelecimento acadêmico (Cavell, 1988. 14). No entanto, como Cavell também observa, os autores filosóficos tem mais de uma maneira de fazer seu trabalho, e Thoreau, assim como Descartes nas *Meditações*, começa seu argumento explicando como ele chegou a acreditar que certas questões precisam ser abordadas. Em outras palavras, seu método se baseia na crença de que vale a pena, do ponto de vista filosófico, esclarecer a base de sua própria perplexidade e inquietação. E essa é apenas uma maneira de explicar como uma parte significativa do desafio de se chegar a um acordo com Thoreau é que sua filosofia, assim como a de Nietzsche, tem uma qualidade literária e poética (FURTAK. P. 2023).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>*Walden* has been admired by a larger world audience than any other book written by an American author, and

A observação de Stanley Cavell contida na citação acima sobre a explicação de Thoreau em relação a questões que, segundo ele, precisavam ser abordadas, é ponto crucial para compreendermos o fundamento da *resistência*, e seu posicionamento moral em relação ao governo. Não é possível dissociar o autor de sua prática de vida. E é em relação a vida que Thoreau responde com sua consciência inalienável sobre fatos fundamentais, mas com pouca ou nenhuma atenção por parte de seus contemporâneos. O artigo de Thomas L. Dumm sobre *A solidão de Thoreau*, nos permite ver a amplitude e o compromisso moral de Thoreau em relação a sua obra e a prática diária da vida:

As perguntas dos habitantes da cidade a Thoreau dizem respeito à fome, à solidão, ao medo e a outros fenômenos que podem estar relacionados com eles de uma forma ou de outra. Suas perguntas estimulam seu teste de experiência, que é o que ele chama de experimento de vida. O próprio livro constitui o núcleo da sua resposta aos cidadãos de Concord, uma cidade que ele considera um dos lugares mais importantes do mundo e, na verdade, um substituto do próprio mundo. Se Thoreau responder com sucesso às perguntas de seus concidadãos, ele fornecerá uma resposta para todos aqueles que desejam viver (DUMM. 2012. p321)<sup>14</sup>.

Além da resposta aos habitantes de Concord acerca de fome, solidão e medo, Thoreau busca na beira do lago fazer uma conta: quanto custa viver. À primeira vista a conta parece não ter fundamento. Porém, ao calcularmos, nos embrenhamos em um problema fundamental que perpassa o tempo, uma simples conta pode ser apenas o começo para uma questão imprescindível a vida individual e coletiva. Onde pode terminar a busca quantitativa por riquezas? Em que consiste a riqueza verdadeiramente? Quais as reais necessidades para a vida humana?

---

—whether or not it ought to be called a work of philosophy—it contains a substantial amount of philosophical content, which deserves to be better appreciated than it has been. Stanley Cavell has argued that Thoreau is an embarrassment to “what we have learned to call philosophy,” since his work embodies “a mode of conceptual accuracy” that is “based on an idea of rigor” somewhat foreign to the academic establishment (Cavell 1988, 14). Yet, as Cavell also notes, philosophical authors have more than one way to go about their business, and Thoreau—like Descartes in the *Meditations*—begins his argument by accounting for how he has come to believe that certain questions need to be addressed. In other words, his method is predicated on the belief that it is philosophically worthwhile to clarify the basis of your own perplexity and unrest (see Reid 2012, 46). And this is only one way of explaining how a significant part of the challenge in coming to terms with Thoreau is that his philosophy, like Nietzsche’s, has a literary and poetic quality.

<sup>14</sup>The townspeople’s questions to Thoreau concern hunger, lonesomeness, fear, and other phenomena that may be related to them in one way or another. Their questions prompt his test of experience, which is what he calls his experiment in living. The book itself forms the core of his response to the citizens of Concord, a town he considers one of the most important places in the world and, in fact, a surrogate for the world itself. If Thoreau successfully answers the questions of his townsmen, he will provide an answer for all those who wish to live.

Estes questionamentos nos conduzem a pensar sobre o posicionamento moral e social dos indivíduos. Quando Thoreau compra um casebre para retirar madeiras e reaproveitá-las na sua cabana, ou, quando pede a um vizinho um machado emprestado para cortar madeiras estruturais para seu empreendimento, ele mostra um caminho a seguir e viável para uma das coisas mais fundamentais ao ser humano: a construção de um abrigo. No caso do empréstimo do machado, a justificativa de Thoreau é inusitada: pedir o machado ao vizinho é dar-lhe a oportunidade para, de alguma forma, contribuir com a edificação de um plano e tornar a proposta pública.

Muito em Thoreau pode ser sintetizado em *cálculo e simplicidade*. Ao calcularmos quanto custa viver teremos números de nossa própria subsistência, números que fundamentam a vida das pessoas e justificam os modos de funcionamento da sociedade.

A busca por riquezas, o acúmulo de propriedades, o ritmo de trabalho, são contas em abertas que necessitam de atenção.

O envolvimento com esse cálculo para Thoreau foi uma forma de abrir sua contabilidade para os habitantes de Concord e mostrar outros rumos possíveis para se viver. Não foi apenas a construção de uma cabana, uma plantação de feijões, um observar o lago em diferentes estações. Foi, antes de tudo, uma vivência que questionou a conduta de cada ser humano, partindo de sua própria conduta, e contabilizou o empreendimento de sua ausência da cidade em um manual de vida.

O feito da mudança para a cabana considerou a interpretação de que as pessoas vivem com liberdades restritas, mesmo diante de um sistema democrático que poderia ser visto como referência. Ele percebe o desespero silencioso das pessoas, mergulhadas profundamente em trabalhos, escravas de um sistema de produção que reverencia o tempo como referência para acúmulo de inutilidades, e propõe uma conta diferente para a vida. Thoreau mostra sua contabilidade para o mundo. O mundo, neste caso, é a pequena Concord. No entanto, da pequena vila de onde ele fala, o eco ressoa para o mundo. Sua contabilidade mostra números e modos de ajustarmos as contas com a vida; mostra que a desigualdade que assola o sistema, com alguns tendo muito e outros vivendo na indigência, pode ser uma questão de ajustes de cálculos.

Esses cálculos servem a muitos propósitos, mas um em específico é melhor trabalhado em Walden<sup>15</sup>. O cálculo econômico, o custo de vida e o tempo despendido na busca

---

<sup>15</sup>Não é exagero lembrar que Walden é a obra fruto de sua aventura nos dois anos que esteve em sua cabana na

pelos meios de sobrevivência. “Economia” é o título do primeiro capítulo de *Walden*, que ocupa quase um quarto de todo o livro e que nos conduz a pensar sobre *simplicidade*.

Simplicidade é o termo adotado pelo autor para ilustrar sua experiência de vida. Tal termo não se restringe apenas a economia doméstica, a consumir com responsabilidade e se desfazer dos exageros. Simplicidade em *Walden* é um preceito para viver. É uma forma de exercer a vida com dignidade não se sobrecarregando de coisas desnecessárias. É também uma das formas de amenizar o desespero silencioso em que as pessoas vivem.

Thoreau considera a *simplicidade* um contraponto ao ritmo frenético de trabalho incansável e desolador de uma sociedade que acumula desnecessariamente. Para ele, riqueza é mensurável em valores, mas não em moedas. Tais valores podem significar quantidades de tempo e vida. Mais rico é a pessoa que pode abrir mão de uma quantidade maior de coisas. Quanto menos dependente de bens e materiais, maior é a liberdade. E esta liberdade está contida dentro de uma vida de simplicidade, de desapego e de percepções reais do valor da natureza enquanto promotora de vida.

A famosa e ainda usada frase “ganhar a vida”, para Thoreau, não passa de um “perder a vida”. A busca por bens materiais é, em muitos casos, um perder-se no caminho. Quanto tempo uma pessoa precisa trabalhar para conseguir viver uma vida simples? Nos cálculos de *Walden*, apenas algumas semanas por ano. Ou seja, viver com simplicidade é estar mais próximo da liberdade e a sobrevivência passa também a ser um passar tempo.

De outra forma, o ritmo do trabalho na busca por capital é uma ação contrária à vida. Para Thoreau, a riqueza é supérflua e, com ela, só podemos comprar coisas supérfluas. Buscar riqueza é um desperdício de tempo, algo trivial e em desacordo com a natureza das coisas.

A crítica ao trabalho e à produção de riqueza, presente em *Walden*, também se fundamenta no ensaio *Desobediência Civil*, onde são vistos como modos de gerar desigualdades e injustiças sociais.

A busca por riquezas é inerente ao envolvimento institucional, e, por decorrência disso, uma alienação junto ao Estado.<sup>16</sup>

---

beira do Lago Walden. O nome do lago lhe serviu de título a obra, que conta sua experiência de viver com simplicidade e com apenas o essencial para a sobrevivência.

<sup>16</sup>É interessante pensar que Thoreau traz em sua pauta questões que Marx discorre de um modo diferente mas com relevância semelhante. O termo *alienação* que utilizei aqui não está em Thoreau, mas se encaixa perfeitamente no contexto.

Fazer sua contabilidade privada, como é o caso da experiência do lago Walden, é dar exemplo ao público. A reforma privada é o pré-requisito para uma reforma pública. Se a conta não fechar na vida particular, tampouco fechará na vida social.

Assim, a contabilidade da vida proposta por Thoreau no experimento da cabana foi, à primeira vista, empreendimento particular, porém, que legou um fruto filosófico dos mais estimáveis. Ao pensar a individualidade da vida privada, Thoreau fundamenta a reforma da vida coletiva e do sistema social, e, a partir disso, pensa através de questionamentos a própria democracia.

Ao construir a cabana na beira do lago e morar lá durante dois anos, dois meses e dois dias, Thoreau não se ausentou do mundo civilizado, até pelo fato de que sua cabana estava relativamente próxima da cidade. As visitas eram constantes e suas idas para a vila aconteciam corriqueiramente. No entanto, morar a beira do lago lhe permitiu experimentar uma conduta com alto teor moral que a democracia vivida na América não lhe permitia.

### **2.3 Democracia e questionamento moral do sistema**

Thoreau, longe de ser antidemocrático, sabia que a democracia na forma em que se apresentava aos americanos, tinha defeitos estruturais que se chocavam com seu modo de viver e pensar. Viver a democracia no início do século XIX, considerando a guerra no México e a Escravidão, era entrar em choque consigo mesmo. Aceitar este choque seria como esquecer a individualidade moral; abandonar os próprios princípios em razão de condutas contraditórias entre liberdades e sociedade americana escravista.

A vida moralmente viável em Thoreau pressupõe questionar veementemente a democracia americana e seu sistema institucional. A convivência política seria, para Thoreau, um abandono de princípios inaceitável a qualquer cidadão.

Se a democracia americana cria seus princípios com ênfase no sistema escravista e mantém uma postura ativa de guerra contra vizinhos, então confrontar este sistema é um

princípio moral. Virar as costas para a cidade não resolve o problema da relação indivíduo com o estado, mas é um ponto fundamental para mostrar deslealdade ao governo.

A postura de Thoreau refletida em *Walden* nos instiga a continuar refletir mais de um século depois. Os valores liberais que simbolizam a liberdade de expressão, a consciência, a possibilidade de desobediência aos governos, em contrastes com a prática democrática são pautas de relevância contemporânea.

E para Thoreau tais pautas não custaram pouco. Ao morar na cabana a beira do lago Thoreau pensa sobre política, economia e consciência. Estabelece relações diversas e questiona sobre a conduta humana: até mesmo os doze trabalhos de Hércules tiveram fim, mas o trabalhador de sua época, denunciava Thoreau, vivia para o trabalho que sequer conseguia justificar com fundamento. Até que ponto os mais altos valores de liberdade e de consciência conseguem sobreviver neste sistema democrático, é uma questão de relevância em Thoreau.

Dois pontos são cruciais no posicionamento moral de Thoreau em relação a democracia que ainda nos instigam a pensar: o consentimento do cidadão em relação ao governo e a sua capacidade (inadequada)<sup>17</sup> de representar o povo, priorizando cargos e instituições em detrimento das pessoas.

A visão crítica de Thoreau em relação à democracia, considerando como campo de ação a postura moral, nos serve de base para repensar a democracia na conjuntura atual. Embora não seja o foco central deste trabalho, convém ressaltar que muitos de seus questionamentos permanecem pertinentes e carentes de respostas.

Como apontado por Jenco, Thoreau formula uma pergunta sobre “qual o melhor tipo de política que possa considerar a manutenção dos compromissos morais dos cidadãos (JENCO. 2009. p.70)”. A pauta moral em Thoreau ganha proporções alarmante e atemporal ao pontuar a impossibilidade de se viver sem considerar o que é certo para sua própria consciência. Fazer o que é certo não é uma alternativa disposta ao cidadão, mas um dever, como um imperativo moral.

Jack Turner em, *Na companhia política de Thoreau*, faz menção ao famoso artigo de George Kateb, de 1984, no qual se afirma que Thoreau, junto de Emerson e Whitman, são representantes de uma nova forma de pensar a democracia, “uma excelência centrada na

---

<sup>17</sup> A Crítica da Democracia de Thoreau, de Leigh Kathryn Jenco, na edição de Jack Tunner nas referências. Neste ponto do trabalho sigo na interpretação de Jenco acerca do tem.

liberação das energias humanas, na transcendência de status, aceitação dos perigos e oportunidades de sermos criaturas autoconscientes, capazes de ver a nós mesmos (TUNER. 2012. p 3)”.<sup>18</sup>

Thoreau ilustra essas leis da natureza em diversas situações, tanto na *Resistência ao Governo Civil* quanto em *Walden*. O exemplo mais notável é quando ele faz referência a duas sementes que caem próximas uma da outra, e que, não haveria possibilidade de uma buscar a luz ao se sujeitar a sombra da outra. A natureza exige através de suas leis que cada qual busque por seu ambiente mais favorável, assim como se exige do ser humano.

Este exemplo que adaptei para ilustrar o pensamento de Thoreau mostra que o ser humano político é uma extensão do ser humano moral, forjado por princípios ditados pela natureza. Um ser humano não viveria plenamente se violasse seus fundamentos morais, assim como uma planta, em uma condição de desenvolvimento, não sobreviveria ao abrir mão da luz em prol de uma outra que disputa por espaço.

O papel do indivíduo na sociedade e suas relações com a natureza foi uma filosofia *Transcendental* cujo fruto abriu caminho para o modernismo americano. A forma de pensar e agir foram profundamente afetadas pela filosofia *transcendental* cuja linguagem moldou a literatura e filosofia americana do século XIX.

Mesmo ao partir de um ponto um tanto obscuro, como é o caso do argumento de Emerson, o qual afirma que todo pensamento moral deriva de uma lei superior da natureza, onde esta ditaria as referências, como mandamentos a serem seguidos pelos indivíduos, Thoreau conduz sua vida inquestionavelmente seguindo princípios de sua consciência. Esta complexidade é uma interpretação de Leigh Kathryn Jenco acerca do argumento de Emerson que fundamenta o *Transcendentalismo*. “Todas as coisas são morais e, em seus limites, as mudanças têm uma referência incessante à natureza espiritual. . . . [cada mudança] deve sugerir ou tropejar para o homem as leis do certo e do errado e ecoar os Dez Mandamentos.”<sup>19</sup> (TURNER. 2009.p70)”.<sup>19</sup>

É nesta esteira que Thoreau pauta sua moralidade, a partir de sua consciência que estaria, segundo o pensamento *transcendental* conectado com a natureza. E que deste modo,

---

<sup>18</sup>An excellence centered on the liberation of human energies, the transcendence of status, and the acceptance of the dangers and opportunities of being self-conscious creatures, able to see ourselves, see through and around ourselves.

<sup>19</sup>All things are moral, and in their boundaries changes have an unceasing reference to spiritual nature. . . . [every change] shall hint or thunder to man the laws of right and wrong, and echo the Ten Commandments.

sua compreensão moral e sua conduta são inalienáveis, pois são baseados em princípios superiores.

Thoreau contrapõe sua conduta moral aos órgãos que dão legitimidade ao governo e compreende que, como indivíduo, ele é um fragmento do divino e que sua conduta está de acordo com sua consciência. Esta ligação, segundo o transcendentalismo, é ponto de partida para o argumento de *resistir ao governo*, preceito do ensaio de Thoreau<sup>20</sup>.

Em ensaio publicado na coletânea *Na companhia política de Thoreau*, Turner segue sua ilustração de como Nancy Rosenblum e George Kateb tratam da moralidade em Thoreau, uma vez que considera o ambiente no qual Thoreau faz parte, o romantismo e o transcendentalismo:

Kateb colocou maior ênfase do que Rosenblum fez nas restrições morais da individualidade democrática de Thoreau. O certo e o errado são objetivos, e não subjetivos, para o Thoreau de Kateb, o bom senso incorrupto é adequado ao seu discernimento. Tanto Rosenblum quanto Kateb viram a tensão entre as reivindicações da moralidade e as reivindicações da vida na ética de Thoreau, mas Rosenblum se concentrou naqueles momentos em que Thoreau exige a emancipação da vida dos ditames da moralidade (herdada), enquanto Kateb enfatizou como a fidelidade de Thoreau à vida em última análise, exige respeito pela igualdade de direitos e pela dignidade de cada ser humano (TUNER. 2012. p04)<sup>21</sup>.

Além de Kateb e Rosenblum, Staley Cavell em *The Senses of Walden*, estabeleceu novas formas de pensar Thoreau enquanto autor de filosofia política, com a peculiaridade da democracia e da individualidade, ressaltando os princípios morais da ação em Thoreau. Cavell foi o primeiro dos mais expressivos em Harvard a considerar a obra Walden com teor de escrito político. A mudança de foco fez com que, a partir de Cavell, a obra de Thoreau além de parte dos currículos de estudos americanos, estivesse na pauta dos estudos políticos.

A relevância de Staley Cavell está no fato de que ele é um dos pioneiros em Harvard a considerar a literatura, o teatro e o cinema como fontes de estudos da filosofia. E ao emparelhar textos clássicos de filosofia com literatura, teatro e cinema, Cavell se aproxima

---

<sup>20</sup> As referências que apresento aqui considerando fragmentos do transcendentalismo e do romantismo, formam uma síntese do que tratei anteriormente do assunto, e reforçam o que disse acerca de ir e vir em temas, pois, em Thoreau, esse é o ritmo da filosofia e da prática da vida.

<sup>21</sup> Kateb placed greater stress than Rosenblum did on the moral constraints of Thoreauvian democratic individuality. Right and wrong are objective, not subjective, for Kateb's Thoreau, and uncorrupted common sense is adequate to their discernment. Both Rosenblum and Kateb saw tension between the claims of morality and the claims of life in Thoreau's ethics, but Rosenblum focused on those moments when Thoreau demands the emancipation of life from the dictates of (inherited) morality, while Kateb emphasized how Thoreauvian faithfulness to life ultimately requires respect for the equal rights and dignity of every human being.

dos escritos de Thoreau. Neste sentido, a linguagem comum pode receber atenção filosófica e a consequência disso é que pode ser constatado que há filosofia no cotidiano.

Cavell aprofunda seus estudos de linguagem em Austin e Wittgenstein e traz novamente ao cenário dos estudos filosóficos Emerson e Thoreau, que eram amplamente estudados na condição de *escritores americanos*.

É a partir de Cavell que a academia volta o olhar para a filosofia de Thoreau e percebe, principalmente com Walden, a filosofia de vida nos princípios éticos, cuja mensagem é um apelo a transformações de vivências, assim como contido na obra de filósofos clássicos.

Em *Privatism and the Practice of Philosophy* (contido na obra *O Pensamento Político de Thoreau*), Jonathan McKenzie posiciona Thoreau como um filósofo emergente com uma teoria do privatismo. Para o autor, o *privatismo* seria uma espécie de forma para gerir efeitos indesejáveis e prejudiciais nas participações de uma vida democrática. A simplicidade, ou seja, reduzir a própria vida ao essencial, e buscar constantemente o cultivo de valores fundamentais a existência. Encerrar em si mesmo um mundo cujas demandas possam ser vitais ao ser humano, ou seja, em vez de reformar a sociedade como um todo e de uma só vez, o privatismo refere-se ao ato de transformar a si mesmo.

Podemos pensar que Thoreau, enquanto conduta de privatismo, tem como meta a prioridade do sujeito humano, com suas peculiaridades de vida individual e intimidades em detrimento de preocupações superlativas de questões públicas.

O problema que a conduta privatista gera, e não parece ser um problema em Thoreau, é a proporção disso tudo. Ao tempo deste recolhimento privativo enquanto conduta desmedida, como um lugar isolado para a filosofia, há uma despolitização do pensamento. Como mencionei, isto parece não ser um problema para Thoreau ao passo que suas reservas diante da coisa pública não lhe subtraem uma filosofia política contabilizada em alto valor.

Mckenzie conceitua a política como o envolvimento do *eu* com valores públicos constituídos “utilizando ferramentas discursivas para defender e compreender problemas públicos (MCKENZIE. 2016. p01)”.<sup>22</sup>

Jonathan Mackenzie percebe em Thoreau uma visão política diferenciada, moderna e descomplicada:

O meu argumento, dito de forma simples, é que o trabalho de Thoreau, particularmente o seu *Diário* e correspondência, demonstram exercícios repetidos de

---

<sup>22</sup> Using discursive tools to espouse and understand public problems.

amadurecimento filosófico semelhante aos encontrados nos escritos socráticos dos estóicos posteriores, e que Thoreau usa seus escritos para moldar uma personalidade filosófica que pode resistir às seduções da participação política democrática (Idem).<sup>23</sup>

Ainda que seja difícil conceber o *privatismo* enquanto ação democrática, segundo Mackenzie, é de fundamental importância compreender o posicionamento de Thoreau enquanto exigência moral para conduta pública. A personalidade filosófica de Thoreau busca constantemente o distanciamento como uma forma de isolar a influência pública. Assim, em Thoreau, de modo proposital e planejado<sup>24</sup> há uma postura filosófica um tanto difamada, como assinala MacKenzie, mas não é completamente singular:

Esta teoria política frequentemente difamada, defendo, é tão antiga como o pensamento político organizado no Ocidente e pode, de facto, ser rastreada até à *Apologia* de Platão e ao famoso ato de desafio político de Sócrates ao recusar prender Leão de Salamina: ‘Pois aquele governo, com todo o seu poder, não me assustou para fazer algo injusto, mas quando saímos da rotunda, os outros quatro foram para Salamina e prenderam Leon, mas eu simplesmente fui para casa’(MCKENZIE. 2016. p2).<sup>25</sup>

Uma possível interpretação desta passagem nos sugere que Sócrates seria menos desobediente do que indiferente no contexto da citação acima. E essa é uma aproximação ao modo de vida de Thoreau importante a considerar quando tratamos de moralidade. A indiferença política pela postura do *privatismo* pode ser entendida como uma virtude em Thoreau.

No estudo de MacKenzie, sugere-se que o objetivo de Thoreau, no contexto da moralidade,

não é a reorientação ou reforma da Concord do século XIX, mas que, em vez disso, ele se esforça por superar a sua própria preocupação com a ação política. Há muita ambiguidade na “objecção” de Sócrates à prisão de Leão de Salamina, e Thoreau ampliará essa ambiguidade em “Resistência ao Governo Civil”, “Escravidão em

---

<sup>23</sup> My argument, simply stated, is that Thoreau’s work, particularly his *Journal* and correspondence, demonstrate repeated exercises in philosophical maturation similar to those found in Socratic writings of the later Stoics, and that Thoreau uses his writings to shape a philosophical personality that can withstand the seductions of democratic political participation.

<sup>24</sup> Viver a beira do lago Walden, as caminhadas diárias, a sua visão acerca do trabalho e da vida, enfim, um modo de vida peculiar e fundamentado como um distanciamento eletivo.

<sup>25</sup> This oft-maligned political theory, I argue, is as old as organized political thinking in the West and can, in fact, be traced back to Plato’s *Apology* and Socrates’s famous act of political defiance in refusing to arrest Leon of Salamis: “For that government, with all its power, did not frighten me into doing anything unjust, but when we came out of the rotunda, the other four went to Salamis and arrested Leon, but I simply went home.

Massachusetts” e “Um Apelo ao Capitão John Brown”. Enquanto Sócrates ainda se encontra preso ao conceito de justiça, Thoreau tenta abandonar o conceito e invocar um padrão de escolha pessoal (Idem. P2).<sup>26</sup>

O posicionamento moral de Thoreau, como mencionei anteriormente, é um tanto difícil de conceber ao levarmos em conta o *privatismo*. Lawrence Buell, em *Pensando Desobedientemente*, nos coloca diante da seguinte questão: “até que ponto podemos reconciliar o Thoreau que preferiu a companhia da natureza à sociedade humana com o pensador político e anti-escravatura que sofreu prisão por causa da consciência? (BUELL. 2024. p96)”.

Buell nos sugere uma ação comparativa entre o autor e suas duas principais obras: o Thoreau da Resistência ao Governo Civil e o autor de Walden. Para Buell, a relação entre o político e o poeta naturalista era “tanto uma tensão simbiótica como uma antítese completa (idem. p96)”.

O ponto de encontro, sem forçar um caminho para aproximar, seria o quesito *moralidade*. Thoreau propunha *virar as costas* para a sociedade enquanto direito inalienável de consciência. Por outro lado, foi ativo em pronunciamentos contra a Guerra do México e a ações antiescravistas de John Brown.

O conceito de *desobediência civil* é um dos mais importantes da história do pensamento político. Essa concepção defende que o indivíduo tem o direito de desobedecer às leis injustas. Sócrates e Antígona são dois exemplos clássicos.<sup>27</sup> Em Antígona, a postura moral diante de um decreto é o gerador da tragédia. Antígona se percebe diante do dilema de manter a vida ou afrontar o governo. O fato norteador da postura de Antígona é o decreto que determina que o corpo do irmão seja deixado sem os ritos funerários. O preço a tal afronta a honra do irmão é alto a se pagar, mas necessário do ponto de vista moral de Antígona. A desobediência ao não atender o decreto e providenciar um enterro para o corpo, leva Antígona para a prisão, culminando em sua morte.

O entendimento de Antígona para desobedecer é a crença em uma *lei superior*. Uma lei que isenta as pessoas de questões de menor importância. Ou seja, considerando os ritos

---

<sup>26</sup> Not the reorientation or reform of nineteenth-century Concord, but that he instead strives to overcome his own concern with political action. There is a great deal of ambiguity in Socrates’s “objection” to the arrest of Leon of Salamis, and Thoreau will magnify that ambiguity in “Resistance to Civil Government,” “Slavery in Massachusetts,” and “A Plea for Captain John Brown.” While Socrates finds himself still tied to the concept of justice, Thoreau attempts to abandon the concept and invoke a standard of personal choice.

<sup>27</sup> Retomo este assunto em outras partes do trabalho devido à pertinência das comparações, inclusive sendo estas comparações entre Thoreau, Antígona e Sócrates plataforma de estudos de Hannah Arendt.

simbólicos de um funeral e a relevância que isso adquire dentro de uma dimensão na vida e na morte, um desentendimento de condutas mundanas como a do rei Creonte com Polínicês, não deveria culminar na afronta de negar-lhe o enterro digno de sua honra. Assim, a morte do irmão ordenada pelo rei Creonte não é o fato principal nem o motivo da desobediência. Mas o decreto que nega o enterro é medido como a gravidade que determina a ação desobediente de Antígona.

Ela se vê diante de uma questão que não dá escolha. Há um só caminho: desobedecer o decreto para não viver uma vida desonrosa. E este ímpeto de garantir que sua consciência não seja ferida pela convivência com um ato que entende como grave, é semelhante ao posicionamento moral de Thoreau. Ou seja, em um contexto diferente Thoreau se coloca na mesma situação moral de Antígona, entendendo que o caminho a ser percorrido não lhe permite outra opção.

No caso de Sócrates, a situação se desenrola de maneira um pouco diferente. Mas o princípio é o mesmo: a superioridade da lei da consciência, a lei que sentimos pulsar e entendemos como superior.

A condenação de Sócrates não lhe tirou a dignidade de afirmar que a verdade e a justiça estão em um patamar mais elevado que os equívocos humanos. Porém, diferentemente de Antígona, ele aceita a pena do encarceramento e depois a morte ao considerar que sua recusa colocaria em questão o ordenamento jurídico e social que ele mesmo era parte. Deste modo, negar a construção coletiva de um sistema político e jurídico do qual lhe serviu para viver, seria uma ação com mais dano que sua própria morte.

Os três exemplos de desobediência têm fundamentos semelhantes. As sutis diferenças são que em Antígona a lei divina é superior e determina as mais altas obrigações das pessoas, enquanto que para Sócrates a superioridade está na verdade filosófica e no dever ético, e em Thoreau quem deve determinar a ação é a consciência.

Thoreau argumenta que o indivíduo deve seguir a sua consciência, mesmo que isso signifique desobedecer à lei. Ele acredita que a lei não é sempre justa ou moral, e que o indivíduo deve ter o direito de questioná-la.

Essa recusa em ser conivente com um Estado escravocrata e beligerante, como era os EUA na época de Thoreau, gera um desconforto quando se tenta justificá-la dentro de uma estrita defesa do estado de direito.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup>Há de se pensar hoje a condição dos imigrantes diante do governo Trump, como jornada de trabalho e custo de

(...) uma vez que a teoria da desobediência civil possui conteúdo ideológico de feição naturalmente explosiva e contestatória. Ora, os valores da ordem e da segurança jurídica sempre foram privilegiados pelo pensamento jurídico ocidental, de maneira que a aceitação da desobediência civil como categoria integrante da dogmática tradicional mostra-se, senão paradoxal, ao menos problemática (MOURA. 2014. p. 158).

Neste sentido, a resistência ao governo, quando desacompanhada de uma tomada de consciência que a justifica, passa a ser um embaraço, como ressalta Moura. No entanto, a citação acima é um argumento que ilustra um posicionamento jurídico que referencia um ordenamento. Mas Thoreau não discute a questão jurídica da desobediência. E isso é algo importante a se considerar. Para ele as instituições e os órgãos em um governo relapso devem ser combatidos.

Thoreau não poderia discutir justiça com um governo que ele não reconhece como legítimo. O fato é que se ele reconhecesse o governo teria necessariamente que aceitar a condição de governado e as ações do governo. E é este o ponto fundamental de enfrentamento em Thoreau: ele clama pelo fim *daquele* governo e não por um ajuste fino. O debate contemporâneo acerca do ordenamento jurídico referente a desobediência é anacrônico em relação aos interesses morais de Thoreau.

Mesmo diante de um governo democrático, segundo Thoreau, há uma coerção de vontades. O ser humano, para o filósofo, vê-se obrigado a abrir mão de sua consciência em prol da maioria.

Afinal, a razão prática por que se permite que uma maioria governe, e continue a fazê-lo por um longo tempo, quando o poder finalmente se coloca nas mãos do povo, não é a de que esta maioria esteja provavelmente mais certa, nem a de que isto pareça mais justo para a minoria, mas sim a de que a maioria é fisicamente mais forte. Mas um governo no qual a maioria decida em todos os casos não pode se basear na justiça, nem mesmo na justiça tal qual os homens a entendem. Não poderá existir um governo em que a consciência, e não a maioria, decida virtualmente o que é certo e o que é errado? (THOREAU. p10. 2011).

O questionamento de Thoreau é certamente parte do que Jonathan Mackenzie

---

vida, e, como já citado, a mudança de nome do Golfo do México, bem como o apoio logístico, financeiro e militar ao governo de Israel em conflitos incessantes com a Palestina e o Irã, entre outros.

chama de pensar diferenciado. Novos horizontes para o pensar político são propostos, não pelas respostas que *Resistência ao Governo Civil* nos propõe, mas pela ampla gama de questões que nos fornece.

Ao considerarmos o Estado Americano no século XIX, escravocrata e em guerra com o México, faz o filósofo negar-se aceitar a condição de súdito (sequer cidadão), pois, segundo ele, o Estado não seria mais forte que um único homem pois se dobra diante da vontade deste. A amargura de Thoreau está no fato de ser contrariado no pagamento de impostos devido ao fim que os recursos públicos ganhariam. Sua luta é para que a riqueza do Estado não seja a financiadora da guerra e da escravidão.

Em *Resistência ao Governo Civil*, Thoreau afirma que jamais será conivente com um estado que escraviza e invade outra nação. E, segundo ele, há de se buscar uma outra forma de estado e de governo, cujos homens possam decidir se farão parte ou viverão a parte dele.

Será a democracia, tal como todos a conhecem, o último estágio de desenvolvimento possível em matéria de governo diante do cidadão em sua singularidade moral?<sup>29</sup> Não será possível dar um passo além no sentido do reconhecimento e da organização dos direitos do homem enquanto ser único, de moral inalienável? Esse questionamento feito por Thoreau no final de *Resistência ao Governo Civil* não obteve resposta mesmo ao se considerar a seguinte passagem:

Agrada-me imaginar um Estado que, afinal, possa permitir-se ser justo com todos os homens e tratar o indivíduo com respeito, como um seu semelhante; que consiga até mesmo não achar incompatível com sua própria paz o fato de uns poucos viverem à parte dele, sem intrometer-se com ele, sem serem abarcados por ele, e que cumpram todos os seus deveres como homens e cidadãos. Um Estado que produzisse este tipo de fruto, e que o deixasse cair assim que estivesse maduro, prepararia o caminho para um Estado ainda mais perfeito e glorioso, que também imaginei, mas que ainda não avistei em parte alguma (THOREAU. 2011. p.57).

Quando o autor norte-americano diz que ainda não avistou um *Estado* da forma como ilustra no final de *Resistência ao Governo Civil*, não significa que em sua obra esteja

---

<sup>29</sup>O questionamento que apresentamos aqui de modo retórico, e em Thoreau há muito disso, é para ilustrar o legado de questionamentos acerca da moralidade (consciência inalienável) e da conduta política (resistência ao governo). Para não ser compreendido de modo redundante na questão, basta assinalar que a passagem reforça a ilustração de que, para Thoreau, o posicionamento político é uma postura de moralidade. Defendemos anteriormente, na esteira de especialistas, uma concepção thoreauviana de apreço a democracia, e, com esse questionamento retórico agora, pretendo deixar claro que a existência da democracia pressupõe questões qualificadas como Thoreau a propõe.

ausente a conceituação do que seria um *Estado razoável*<sup>30</sup>, o qual respeitasse o indivíduo e sua conduta moral. “Nenhum homem com gênio para legislar apareceu na América. Eles são raros até na história do mundo” (THOREAU. 2011. p55), diz o filósofo. E como seria este homem? Quais seriam os requisitos para um legislador a altura do pensamento de Thoreau que possa contemplar um Estado com um governo justo diante de um cidadão de moral íntegra?

Logo nas primeiras linhas de *Resistência ao Governo Civil* o autor é enfático ao afirmar que, não havendo modos de fugir do inconveniente de um governo, que se deve buscar construir um governo conveniente com base nos princípios da razoabilidade<sup>31</sup>: “Porém, (...) ao contrário daqueles que chamam a si mesmos de antigovernistas, eu clamo não já por governo nenhum, mas imediatamente por um governo melhor” (THOREAU. 2011. p10).

E qual seria este *governo melhor* ou este princípio de razoabilidade do governo diante da moralidade do cidadão?<sup>32</sup> O autor nos instiga a pensar acerca do ponto em que se reflete um paradoxo: “Se injustamente arrebatei a tábua de salvação a um homem que se afogava, devo devolvê-la a ele mesmo que me afogue (...). Mas aquele que salvasse sua própria vida, em tal caso, acabaria por perdê-la (THOREAU, 2011, p.16).”

A este paradoxo do afogamento, Thoreau afirma que o posicionamento moral do indivíduo é de suma importância. Como os ditados que dizem “*dos males o menor*”, ou, “*que se vão os anéis e fiquem os dedos*”, para Thoreau os ditados são outros, contrários a estes: *que se vão anéis e dedos, ou, doa a quem doer*. Ou seja, não há uma reserva de garantias, não há meio termos para a moralidade em Thoreau. Conforme a citação do que considero o paradoxo moral, se me salvo do afogamento subtraindo para mim o meio de salvação que era de outro, então, mesmo ao me salvar do afogamento estarei me perdendo diante de minhas exigências morais.

Thoreau ilustra a salvação de uma pessoa do afogamento às custas do afogamento de outro, como algo inadmissível. Considera que quem se salva fazendo uso de tal artifício,

---

<sup>30</sup>O tema do Estado Razoável será tratado no último capítulo. Neste momento, utilizo o assunto para ilustrar acerca da conduta moral de Thoreau, seu ímpeto pela busca de possibilidades políticas pautadas pela conduta moral.

<sup>31</sup> O termo *razoabilidade* que utilizo neste trabalho, reafirmo aqui que não está contido explicitamente na obra de Thoreau. O Estado Razoável que busco ilustrar ao considerar a obra, é uma inferência minha que justifico neste trabalho. Nem em Thoreau, tampouco nos principais autores que tratam do tema, constatei o termo *estado razoável*. Assim, minha solitária empreitada será mostrar que, ao resolver pautas urgentes de um governo, o estado, ao olhar de Thoreau não ficaria perfeito, mas já estaria muito além de uma organização opressora e em desacordo com a consciência dos cidadãos.

<sup>32</sup> Retoma aqui um questionamento retórico que ilustra meu propósito no momento para dissertar sobre princípios morais em Thoreau, quando o assunto em si será tratado no último capítulo.

acaba por se perder no limbo da imoralidade. E esta ilustração lhe serve para exemplificar o Estado. Pois, neste sentido, a ação do Estado é semelhante a ação das pessoas. O governo que viver à custa da subtração de outras nações, não tem mais sentido de existência. Garantir o engrandecimento de um Estado através da aniquilação de outro, é o mesmo que decretar a sua própria aniquilação também. Pois, a fundamentação em um Estado onde as exigências morais e os ordenamentos jurídicos deveriam dar a estrutura da vida social, acaba por ser negligenciado e o colapso moral da sociedade é inevitável.

Thoreau esclarece o paradoxo com o argumento de que “este povo deve deixar de ter escravos e de fazer guerra ao México, mesmo que isso lhe custe sua existência como povo”.

A ética contida em *Resistência do Governo Civil* torna-se clara. O homem (enquanto cidadão e enquanto universo singular) é o ponto de partida para a coletividade. Se o homem é o fundamento do Estado, então, sua conduta moral é alicerce das ações de governo em um sistema democrático. Deixar de conduzir a guerra com o México é uma questão de sobrevivência moral para o Estado. Assim, se o empreendimento de guerra e apropriação de territórios não parar, para Thoreau o Estado Americano está perdido em seus próprios fundamentos de liberdade.

Deixar a guerra e terminar com a escravidão ganha uma proporção moral no qual ele afirma que mesmo ao custo de sua própria sobrevivência, no caso o Estado Americano, é de fundamental necessidade. O custo é extremo, e este é o fundamento da moralidade em Thoreau. Não há caminhos no plural para seguir. O que há é apenas um rumo: às exigências morais para o cidadão e o Estado são inegociáveis.

Considerar a moralidade como forma de emancipação do cidadão diante do governo foi o rumo traçado por Thoreau em *Resistência ao Governo Civil* e outros escritos.

No ano de 1838, um ano após sua graduação em Harvard, enquanto trabalhava com o irmão John no projeto de uma escola preparatória na cidade de Concord, o movimento liderado por Garrison realizou uma importante alteração estratégica na pauta da luta antiescravista, recomendando a não participação política pelo voto e concentrando os esforços emancipatórios exclusivamente na esfera moral. Abster-se do direito ao voto era a forma de não-cooperação com as ações violentas do Estado (MEDEIROS. 2019. p.12).

Qual é o papel do consentimento em ações e decisões políticas de governo?  
Abster-se para não tornar a ação individual conivente também não garante necessariamente

um ajuste de posição do governo. Deixar de votar foi uma medida, mas, para Thoreau a pauta é bem maior que para seus contemporâneos abolicionistas. Além desta questão de suma relevância está outra, que faz a ligação entre o posicionamento romântico com o transcendentalista: quais seriam os limites das obrigações políticas ao considerarmos a natureza em primeiro plano?

Estes questionamentos, que tratarei com maior profundidade no terceiro capítulo, se somam ao ponto fundamental de minha pesquisa que são as exigências morais para a participação democrática e, por decorrência, as possibilidades de desobediências.<sup>33</sup>

Na obra de Thoreau, moral e política continuam como ações diversas como na tradição filosófica moderna, porém, a conduta humana para a construção política de um determinado governo, dentro da razoabilidade<sup>34</sup> de um Estado, é uma atitude moral, e nisso também consiste uma diferenciação na abordagem do termo *resistência* e desobediência.

O deslocamento da esfera política para a esfera da persuasão moral é um passo decisivo para compreender as diferenças entre atos de desobediência civil e atos de resistência ao governo civil. De acordo com a influente definição proposta por John Rawls, (...) os atos de desobediência civil estão intrinsecamente vinculados aos processos institucionais de deliberação legislativa, bem como a aceitação da vigência da legislação e de seus efeitos, enquanto que outras formas de dissensão ou resistência política não seriam dependentes da aceitação do pressuposto da justificação da legislação pelo mecanismo de representação subsumido no exercício do voto (MEDEIROS. 2019. p.13).

Assim, deixar de votar seria um dos possíveis caminhos para a não convivência com o Estado, bem como não devolver escravos fugitivos para os estados escravistas do sul. A consciência individual, segundo Thoreau, deveria sempre assumir um lugar de destaque para ações tanto na singularidade de cada indivíduo quanto na esfera de ações coletivas.

Assumir uma postura de *resistência* é uma condição de vida em Thoreau. A moralidade necessária para a afirmação *quanto menos governo melhor* é um preço político a ser pago. Para Buell, “Thoreau enquadra o seu próprio protesto não apenas como uma rejeição não violenta de um regime corrupto que trava uma guerra injusta, a fim de expandir a

---

<sup>33</sup>Estas questões são formuladas por diversos autores com propósitos diversos, com maior ênfase as perguntas levantadas por Bob Pepperman Taylor são temas de pesquisas em abertos.

<sup>34</sup>Cabe enfatizar em diversas passagens dentro deste trabalho que o argumento em minha pesquisa sobre o Estado Razoável em Thoreau é um levantamento que faço para um caminho ainda não trilhado, uma vez que o termo não consta na obra de Thoreau, como já mencionei em outra nota e tampouco foi referência de pesquisas.

instituição injusta da escravatura, mas também, de forma mais combativa, como um ato de resistência justificado pelo direito de revolução no espírito de 1776 (BUELL. 2024. p96)”.<sup>35</sup>

Para Thoreau, a consciência do indivíduo está acima de qualquer constituição. É a partir desta consciência, que reflete toda gama de moralidade, onde está posta a balança que se torna o árbitro das ações: é neste ponto que se determina, em Thoreau, a medida da tolerância da injustiça e seus desdobramentos.

---

<sup>35</sup> In “Civil Disobedience,” however, Thoreau frames his own protest not simply as a nonviolent disavowal of a corrupt regime waging an unjust war in order to expand the unjust institution of slavery, but also, more pugnaciously, as an act of resistance justified by the right of revolution in the spirit of 1776.

### 3. DESOBEDIÊNCIA NOS ESCRITOS FILOSÓFICOS

A desobediência é um conceito historicamente disputado. Talvez seja possível afirmar que, em Thoreau, Sócrates ou Antígona, desobedece-se sem que se justifique previamente o que é desobedecer. Ou seja, a ação precede o conceito e determina o entendimento. No entanto, desde Thoreau o termo *desobediência* ganha rumos levemente diferentes ao se considerar olhá-la em um ângulo *democrático, jurídico, histórico ou filosófico*.

Com a tradução do ensaio Desobediência Civil feita por Mahatma Gandhi, que adaptou o texto às particularidades de sua luta, a obra de Thoreau ganhou novos contornos e justificativas. Como causa nobre, não penso em deturpação, mas os ajustes pontuais em argumentos específicos iniciam uma disputa histórica de definições.

Neste capítulo apresento um panorama cujo objetivo é evidenciar o ponto de partida da *desobediência civil* em Thoreau e como hoje, ao passar por ativistas e filósofos voltamos ao ponto inicial para repensar a obra e a vida de Thoreau como um desobediente.

Assim, não poderia deixar de considerar a definição de John Rawls, por exemplo, acerca da *desobediência civil*, que por mais funcional que pareça, engessa o pensamento thoreauviano sobre o tema. Ou, no pensar de Hannah Arendt, a sugestão de que Thoreau não é um exemplo de desobediência, mesmo tendo sido ele a referência a Tolstói, Gandhi e Martin Luther King entre outros.

De uma ou outra forma, não é possível passarmos do século XIX para o XXI como em um passe de mágica e desconsiderar o importante debate sobre o tema, com visões diferentes que, em certa medida se complementam, e por outro lado acirram disputas sobre o tema.

Uma definição sensata e razoável do termo com sustentação acadêmica hoje está no trabalho de Kimberley Brownlee, que atualmente ocupa uma cátedra de pesquisa em ética no Canadá na University of British Columbia. As afirmações de Brownlee posso sintetizar nos seguintes argumentos: a desobediência civil é uma violação consciente da lei e deve responder a uma injustiça; deve ser praticada com parcimônia e como último recurso, e é defensável por motivos de necessidade; a desobediência é uma rara virtude, que comunica nosso descontentamento com a política institucional como nosso desejo por mudanças duradouras. A desobediência deve ser entendida como uma violação limitada e comunicativa da lei.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup>Definição que ajustei conforme meu propósito e está contida em *Conscience and Conviction – The Case for*

Desta forma, a professora Brownlee ameniza a disputa conceitual e nos faz dedicarmos atenção a *consciência* para o ato da desobediência sem estarmos presos em uma esfera jurídica ou de definição democrática. Evidentemente que a questão jurídica e democrática, como trarei adiante, é de suma importância para se considerar a *desobediência*. Uma definição sensata e academicamente sustentada do termo atualmente pode ser encontrada no trabalho de Kimberley Brownlee, justamente por situar o termo além do enquadramento bastante delimitado que, de certa forma, foi trabalhado na obra de notáveis autores como mostrarei a seguir.

### 3.1 Definição e conceito em Bobbio

Norberto Bobbio referencia a noite em que Thoreau esteve na prisão e lhe rendeu um dos mais notáveis ensaios políticos da história. Bobbio não se detém, ao abordar o tema da “desobediência civil”, em estabelecer relações como a prisão de Sócrates e a noite relativamente tranquila que Thoreau passou no cárcere – episódio que alterou os rumos do enfrentamento político e da resistência ao governo. Poucas manifestações de desobediência ao governo tiveram tanto êxito e perduraram na história como o ensaio *Resistência ao Governo Civil*, e Bobbio faz referência de modo breve para conceituar e definir o termo em seu Dicionário Político.

Mas, *resistir*, ou *desobedecer*, apesar de ser em Thoreau que os termos ganham notoriedade política e filosófica com maior amplitude, é algo que perpassa o autor. Se em Sócrates, Hobbes, Locke e Rousseau, a filosofia política trata da obediência e do direito, em Antígona, Thoreau, Gandhi e Martin Luther King, a política se amplifica para a desobediência civil.<sup>37</sup>

A questão norteadora que, segundo Ernan A. Ortiz Rivas, é a raiz de toda reflexão jurídica e filosófica, a do porque temos que obedecer às leis, perpassa séculos.

---

Civil Disobedience, de Kimberley Brownlee o qual referencio devidamente no final deste trabalho.

<sup>37</sup> Menciono aqui indiretamente como referência Ernan A. Ortiz Rivas, em Obediência ao Direito, Desobediência Civil e Objeção de Consciência, o qual citarei ao longo deste trabalho.

O termo em si é mencionado pela primeira vez, segundo Marcos Rohling no ensaio *A Justificação Moral da Desobediência Civil em Rawls*, por Etienne La Boétie, no *Discurso Sobre a Servidão Voluntária*.

Após Henry David Thoreau, Norberto Bobbio, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, John Rawls e Ronald Dworkin, cada qual a seu modo trouxeram à pauta o ensaio de referência *Resistência ao Governo Civil*.

Em Bobbio, diferente dos autores que citei, não temos um debate em aberto nem a pretensão de exaurir o tema. A forma sucinta que o autor trata propositalmente do tema é esclarecedora e traz um norte seguro para a compreensão.

A Desobediência civil é uma forma particular de desobediência, na medida em que é executada com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça da lei e com o fim mediato de induzir o legislador a mudá-la. Como tal é acompanhada por parte de quem a cumpre de justificativas com a pretensão de que seja considerada não apenas como lícita mas como obrigatória e seja tolerada pelas autoridades públicas diferentemente de quaisquer outras transgressões (BOBBIO. 1998. p.335).

A definição de Norberto Bobbio é mais conciliadora que a dos demais autores que abordo neste trabalho como mencionei. Bobbio faz uma diferenciação importante sobre *desobediência* em geral e *desobediência civil* e sintetiza com clareza. Segundo ele, desobedecer sem ter o interesse em melhorar a Lei, ou ajustar o sistema jurídico, restringe-se a um ato de crime. Porém, a desobediência quando carrega a intenção de denunciar injustiça, torna-se uma ferramenta democrática. Para tal, é fundamental que o ato da desobediência seja público, e “acompanhada por parte de quem a cumpre de justificativas com a pretensão de que seja considerada não apenas como lícita mas como obrigatória e seja tolerada pelas autoridades públicas diferentemente de quaisquer outras transgressões (BOBBIO.1998. p.335).

Desobedecer sem interesse de denunciar uma lei injusta, para Bobbio, *desintegra* o ordenamento jurídico; a *desobediência civil*, assim, é mais construtiva do que destrutiva, porque a transgressão da lei, em última instância, é um dever de cidadão.<sup>38</sup> Também é notável em Bobbio que a definição de *civil* está diretamente ligada a *civilidade*, ações humanas de caráter premeditado que ao desobedecer carrega consigo um alto grau de justificações e respeito ao sistema.

---

<sup>38</sup> Esta afirmação sobre a *desobediência* não é compartilhada, como veremos, do mesmo modo por diversos autores contemporâneos.

As possibilidades de *desobediência*, em Bobbio, se justificam por três situações: lei injusta; lei ilegítima; e lei inconstitucional. O principal argumento de quem se apodera da *desobediência civil*, segundo Bobbio<sup>39</sup>, está no dever moral de obedecer à lei em paridade com o dever do legislador em propor leis justas e constitucionais.

Cabe ressaltar que Bobbio traz o conceito de *desobediência civil* e discute relações com a justiça. Mesmo ao mencionar Thoreau como o autor de referência para o uso contemporâneo do termo, Bobbio não discute *resistência e desobediência* em Henry David Thoreau, diferentemente de Arendt.<sup>40</sup>

A questão que Bobbio assinala como tradicional se desdobra em situações que instigam o debate atual: se é lícito desobedecer; em quais situações; dentro de quais limites, e por quem?<sup>41</sup>

Com a precisão da definição de Bobbio, “a Desobediência civil é apenas uma das situações em que a violação da lei é considerada como eticamente justificada por quem a cumpre ou dela faz propaganda (BOBBIO.1998. p.336). Objeção de consciência, resistência passiva e resistência ativa seriam outros modos de violação que conceitualmente podem se aproximar. Na esfera jurídica, a *desobediência* deve ser ilegal, porém, no campo da moralidade a *desobediência* tende a ser fundamentada em “princípios éticos superiores (Idem)”.

O direito de resistência, segundo Bobbio, encontra-se em uma escala de critérios de *desobediência*<sup>42</sup> na prática: deixar de fazer o que é considerado obrigação, como é o caso do serviço militar obrigatório, por exemplo; conduzir uma ação que é considerada proibida, como o caso de um negro sentar em banco reservado a pessoas brancas, como foi fato histórico; desobediência individual, como é o caso da *objeção de consciência*, e desobediência coletiva, que é quando um grupo compartilha de ideais semelhantes, como o

---

<sup>39</sup>Bobbio escreve em terceira pessoa. Para ele, os desobedientes e os legisladores, em seu dicionário de política, estão a uma certa distância de sua observação (ou descrição).

<sup>40</sup>São propostas diferentes entre a abordagem de Bobbio e Arendt. O interesse aqui é trazer Bobbio para ilustrar definições e conceitos. Em Arendt e Rawls e outros autores que mencionei, o tema ganha outras proporções.

<sup>41</sup>Em Bobbio, no Dicionário. P.336.

<sup>42</sup>Aqui os termos resistência e desobediência podem parecer confusos devido a proximidade no texto. É desta forma que está contido na obra referenciada de Bobbio. A resistência ganha um significado mais amplo de possibilidades de relações com o Estado o Governo, enquanto que *desobediência* estaria encerrado em uma definição mais precisa e objetiva de se recusar ao cumprimento de uma lei em específico. Esta linha de raciocínio, de modo geral, não tem relação com a nomenclatura que usei neste trabalho para ilustrar o título *Resistência ao Governo Civil* ao de *Desobediência Civil*: como fiz mencionei na introdução, a questão contida lá é de outra natureza.

caso de Gandhi em ação pela libertação da Índia; atentados públicos, quando anunciado, como em ocupações de fábricas por trabalhadores, ou clandestinas, quando procedidos na surpresa - como em um ataque anárquico; pacífica, como em greves, ou violenta, como um confronto direto com a polícia.<sup>43</sup>

Em síntese, como parte substancial da *desobediência civil* há o fator de aceite da punição enquanto desobediente, o que reconhece no Estado o poder de impor obrigações ao indivíduo, e o desobediente que não aceita a punição, pois não reconhece a legitimidade da lei.

A distinção entre *desobediência civil* de outras formas de resistência convém assinalar, na definição de Bobbio, duas situações:

Típico ato de resistência individual é a objeção de consciência (pelo menos na maior parte dos casos em que a recusa de servir às Forças Armadas não é feita em nome da militância em uma seita religiosa, como a dos Mórmons ou dos Testemunhas de Jeová) ou o caso hipotético aventado por Hobbes daquele que se rebela contra o soberano que o condena à morte e lhe impõe que se mate. A desobediência é individual mesmo quando apela para a consciência de outros cidadãos, como é o caso de Thoreau em não pagar as taxas. Individual também o caso extremo de resistência à opressão, o tiranicídio. A segunda característica — a da não violência — serve para distinguir a Desobediência civil da maior parte das formas de resistência de grupo, que diferentemente das individuais (geralmente não violentas) deram lugar a manifestações de violência onde quer que foram realizadas (desde o motim à rebelião, e desde a revolução à guerrilha) (BOBBIO.1998. p.336).

Enfim, a *desobediência* necessita se constituir em uma ação contrária a lei. Porém, não se restringe a contestação, pois, segundo Bobbio, o contrário de desobedecer é a obediência e, o da contestação é a aceitação. Neste sentido, quem aceita, obedece, mas, pode obedecer sem aceitar: “na verdade a maior parte dos cidadãos obedece por força de inércia, por hábito ou por imitação ou ainda por um vago medo das consequências de uma eventual infração, sem entretanto ficar convencida de que o sistema a que obedece seja o melhor dos sistemas possíveis (Idem. p337)”.

---

<sup>43</sup> Esta passagem é uma síntese contida em Norberto Bobbio no Dicionário de Política. P.336.

### 3.2 A desobediência civil em Hannah Arendt

Em *Crises da República*, Hannah Arendt nos apresenta situações de grande relevância para se pensar a desobediência civil. Para o propósito deste trabalho, nos aproximaremos da autora para ilustrar a relevância do tema no campo da filosofia política atual.

O ponto central é a desobediência enquanto ação política não violenta para contestar leis injustas com o propósito de uma mudança social e política. Ao considerar o regime democrático de governo, Arendt considera a desobediência como uma prática legítima e fundamental quando liberdade e justiça estão ameaçadas.

Arendt assinala que o argumento da desobediência para testar a constitucionalidade da lei e onde o desobediente aceita a punição, ou melhor, almeja a punição, é algo sem fundamento. Segundo a autora, nenhum desobediente se prestaria a testar as leis pura e simplesmente nos moldes como o governo entende que seria razoável a desobediência; tampouco haveria um desobediente com anseio de punição, ou, um advogado afirmando o desejo de seu cliente que desobedeceu uma lei, clamando por punição. Nas palavras de Arendt,

O problema é que a condição de contestador civil não tem qualquer analogia com qualquer um dos casos, pela simples razão de que ele nunca existe como um único indivíduo; ele só pode funcionar e sobreviver como membro de um grupo. Raramente isto é admitido, e mesmo nestes raros exemplos só é mencionado de passagem. É improvável que desobediência civil praticada por um único elemento tenha algum efeito. Ele será encarado como um excêntrico mais interessante de observar do que de suprimir (ARENDR. 2013. p.55)

Nota-se em Arendt o sentido de coletividade quando se trata de desobediência. A ação individual, justificada pela consciência, segundo a autora, não se aplica a desobediência civil. É o que ela chama de *filosofia subjetiva*, uma tentativa “não apenas difícil, mas impossível de justificar”. A linha de raciocínio que investiga se Sócrates e Thoreau são exemplos de desobedientes, e as linhas que separam a desobediência civil e a desobediência criminosa, são peças fundamentais no trabalho de Arendt. No entanto, ao alinharmos o propósito deste trabalho com as definições da autora, cabe ressaltar o contexto e os propósitos.

Neste viés, segundo Vital Francisco Celestino Alves, em *Hannah Arendt e a Desobediência Civil*, “ela alude pretendendo, amiúde, valer-se deles (Sócrates e Thoreau)

como uma espécie de arrimo teórico para confrontar o problema, ou tão somente ambicionando ilustrar a gravidade do que ela se dispôs a analisar (ALVES. 2021. p.396)”.

Arendt trata a desobediência como um problema filosófico, o que, em 1970, era ainda uma novidade. Até então, o tema era visto pela ótica do direito e das ciências sociais. Para Alves, “Hannah Arendt inicia sua análise sobre a “desobediência civil” defendendo que o referido fenômeno não deve ser compreendido estritamente como um problema de “natureza moral ou legal”, pois o que se encontra em jogo é a questão do poder, não da consciência moral ou da regulamentação das leis (Idem. p.397)”.

Esta linha que segue Arendt adentra no debate da conceitualização e justificativa da desobediência civil.<sup>44</sup> Para ela, Sócrates e Thoreau não são os melhores exemplos de desobediência. O que mais pesa, para ambos, segundo Arendt, é uma ação moral de cunho individual, nem pública, nem coletiva, às quais seriam condições primordiais para caracterizar a *desobediência civil*.

Arendt ressalta que o *tornar público* é peça fundamental para uma ação de desobediência. O desobediente, segundo ela, não quer acabar com o sistema político, uma vez que faz parte dele, mas quer ajustes necessários e resiste conforme sua pretensão. A esta parte, Arendt segue uma esteira da filosofia política mais tradicional, ao qual, Helton Adverse afirma que a autora, “está ciente de que esse fundamento torna a desobediência civil alvo das mesmas críticas dirigidas às teorias contratualistas, especialmente aquelas que denunciam o caráter fictício do contrato original (ADVERSE. 2012. p428)”.

Para sintetizar o argumento de Arendt acerca da *desobediência civil*, seguimos na esteira de Helton Adverse, o qual pontua que:

Do ponto de vista de Arendt, a desobediência civil é um fenômeno político que, por referir-se aos princípios fundadores do corpo político, precisa ser incluído em seu aparato constitucional. Não para que seu impacto possa ser melhor absorvido de modo a evitar as crises políticas, mas porque é a existência política de um povo que deve ser constantemente colocada à prova de modo a revigorá-lo (Idem. p.428).

Para Hannah Arendt, a *desobediência civil* é uma ferramenta democrática para consolidar a estrutura de poder. É uma ação política que pode ser instrumento de garantias de

---

<sup>44</sup> Aqui Thoreau entra como um personagem a ser analisado por Arendt. Não é o caso da obra *Resistência ao Governo Civil*, mas o próprio Thoreau é investigado por Arendt para discutir sobre a desobediência. Tratarei no próximo capítulo a motivação, ou obrigação moral que Henry David Thoreau assume em resistir e desobedecer.

liberdades, reorganização e ajustes no estado republicano. O desobediente, segundo a autora, assume a total preocupação coletiva em ação com propósito de transformar publicamente determinadas situações que sejam de apreço coletivo e para o melhor ajuste em um regime democrático.

Além de considerações gerais sobre a *desobediência civil*, Arendt pondera a necessidade de ajustes em governos que desviam do caminho e não trazem respostas satisfatórias para a sociedade. Ou seja, mesmo diante do fato de que em um governo democrático a mudança ocorre pelo governo eleito e legítimo, quando este mesmo governo se torna ineficiente e não consegue responder aos anseios da população, a solução é desobedecer. Esta desobediência funciona como um remédio para o governo que já não atende mais os princípios de legalidade e constitucionalidade.

O ensaio de Arendt, assim como o de Thoreau, possui uma atualidade tal que, se não considerássemos as datas, poderíamos confundir situações da década de 1970 com as do século XIX, ou com pronunciamentos recentes do atual presidente Americano.

Há inúmeros exemplos: sete anos de guerra não declarados no Vietnã; a crescente influência secreta nos negócios públicos; ameaças abertas ou ligeiramente veladas às liberdades garantidas pela Primeira Emenda; tentativas de privar o Senado de seus poderes constitucionais seguidas da invasão do presidente ao Camboja em aberto menosprezo a Constituição que exige explicitamente aprovação do Congresso para desencadear guerra...(ARENDR, p. 68. 2013).

O argumento que norteia o trabalho de Hannah Arendt neste ensaio é o governo americano. Para a autora, os Estados Unidos são plataforma perfeita para se pensar o caso da *desobediência civil*. O que não significa que a *desobediência* seja uma pauta política com aceitação unânime. Ao contrário, o ato de *desobedecer* é carregado de sentidos e divide opiniões. Arendt aproxima o termo de uma velada apologia ao tempo em que torna distante *desobediência civil* de uma ação criminosa.

Assim, a *desobediência* em Arendt pode resgatar situações imprescindíveis para o *estado de direito* quanto pode trilhar um caminho de proposições em mudanças desejáveis para o melhor funcionamento do *estado*.

### 3.3 John Rawls, Jürgen Habermas e Ronald Dworkin e o ponto de convergência da desobediência civil

Mesmo ao tratar de forma breve autores com ênfases diferenciadas no tema proposto, há pontos de convergências a serem assinalados em Jürgen Habermas, John Rawls e Ronald Dworkin. O principal deles é o reconhecimento da *desobediência civil* como um mecanismo legítimo contra um sistema jurídico/político injusto. Em Rawls, a desobediência consiste em um *direito de defesa*; para Habermas, como um direito originário do soberano; Dworkin assinala o direito a desobediência como um princípio constitucional mais elevado.

Mas, assim como em Arendt, o assunto não está posto sem debate e controvérsia. O posicionamento argumentativo de Rawls, Habermas e Dworkin nos sugere um caminho relativamente longo a se percorrer quando o assunto é *desobediência civil*. Para fins de propósito neste trabalho, abrevio o trajeto seguindo o caminho já desbravado do professor da UFSC Dilamar Volpato Dutra, que estuda a desobediência civil em Rawls, Habermas e Arendt. Ainda, a professora da Universidade de Lisboa, Silvia Alves, no caminho da *seriedade da desobediência* em Dworkin.

A necessidade de justificação pública da desobediência é condição primordial e ponto de convergência nestes autores. A publicidade e o engajamento público é fundamento para o ato ser considerado dentro dos limites da justiça de uma determinada ação desobediente.

Em *Uma Teoria da Justiça*, mais precisamente em sua segunda parte, Rawls resume o propósito da desobediência civil da seguinte forma:

En concreto, se hace un examen del problema de la desobediencia civil, conectado con el problema de la regla de la mayoría, y los motivos de la obediencia a leyes injustas. Se contrasta la desobediencia civil con otras formas de incumplimiento, tales como la objeción de conciencia, a fin de destacar su papel especial en la estabilización de un régimen democrático casi justo (RAWLS.2006. 180).<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Especificamente, o problema da desobediência civil é examinado em conexão com o problema da regra da maioria, e os motivos para obedecer a leis injustas são explorados. A desobediência civil é contrastada com outras formas de não conformidade, como a objeção de consciência, a fim de destacar seu papel especial na estabilização de um regime democrático quase justo.

O argumento da *desobediência* em Rawls vem fundamentado a partir de outros argumentos, como o da equidade, a relevância de instituições públicas, os princípios da justiça e os supostos consensos na posição original. Tais argumentos são fundamentais para se pensar o dever, e, por consequência, a obediência. E é a partir desta obediência que Rawls ressalta a possibilidade de leis injustas, cujo remédio estaria contido em atos de *desobediência*.

Há um conjunto de situações pelas quais a sociedade, segundo Rawls, deve garantir uma igualdade de oportunidades sociais, sendo empreendidos esforços coletivos principalmente aos menos favorecidos. Quando isso não acontece, pode haver indícios de lei injusta. E assim a desobediência se torna um caminho para remediar o mal que assola a sociedade.

A formulação da questão da *desobediência* considera em primeiro lugar os limites da imposição da maioria. Ao considerar a injustiça de uma determinada lei, que fere a constituição, até que ponto cabe a obediência? A formulação da questão levantada por Rawls não vem abreviada da forma como reproduzo aqui. No entanto, em síntese é exatamente isso: há um dever em se opôr a injustiça.

É dentro de limites estreitos que Rawls descreve as possibilidades de desobediência. Ao desobedecer, é de fundamental importância o reconhecimento e consideração ao sistema democrático; ainda, é imprescindível situar a *desobediência civil* nas diferenciações com atos de desobediência criminosa; e, por fim, é relevante pensar a desobediência como modo de protesto e transformação e suas relações constitucionais em uma sociedade de direitos.

A definição de Rawls é uma síntese na forma de se pensar as relações sociais e jurídicas na sociedade contemporânea. Certamente há uma dificuldade em deixar de lado tal definição quando pensamos a *desobediência civil* como uma ferramenta em sociedades democráticas. É certo que Rawls encerra a *desobediência* em limites jurídicos e condições específicas, o que torna os atos dos desobedientes limitados. No entanto, a definição diz respeito a relações institucionais em um estado de direito, conduzindo o argumento por um campo diverso ao que propôs Thoreau em sua desobediência de virar as costas ao Estado.

Em Rawls, a *desobediência* é “*un acto público, no violento, consciente y político, contrario a la ley, cometido habitualmente con el propósito de ocasionar un cambio en la ley o en los programas del gobierno* (RAWLS, p. 333. 1995)”.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Um ato público, não violento, consciente e político, contrário à lei, geralmente cometido com o propósito de provocar uma mudança na lei ou nos programas governamentais.

Em Teoria da Justiça o autor reconhece que a definição é estreita, encerrada em limites e diferente da proposta de ação em Thoreau. Rawls referencia explicitamente a amplitude da *desobediência* em Thoreau e pauta seu argumento dentro de possibilidades jurídicas em um ordenamento democrático, sólido e quase justo.

Assim, a *desobediência civil* em Rawls tem uma função de resgatar um direito de minoria em face de uma maioria. Este resgate acontece com o ato de desobedecer e fazer com que a maioria se sensibilize diante de uma injustiça com a minoria. A publicidade, para este fim se faz fundamental. Os atos desobedientes que tendem a chamar a atenção da maioria por um senso de justiça comum necessitam ser públicos, não somente na esfera pública, contrários dos privados, mas públicos de publicidade e de propaganda.

Outro fator de suma importância na concepção de Rawls é a de não violência. Para o autor, a violência é um ato extremo e conclusivo, não se ajustando ao caráter mediativo da *desobediência* que se propõe a construir coletivamente situações que conduzirão ao senso de justiça da maioria.

Diante de uma lei injusta, o cidadão tem basicamente dois caminhos: a submissão ou a desobediência. Ao se submeter a uma lei injusta o cidadão é conivente com uma situação prejudicial a democracia. O caminho para construção justa em uma sociedade democrática, neste sentido, é a desobediência. A não violência é fundamental para garantir que nenhum direito individual seja violado, pois, de modo violento, além de tornar a desobediência um extremo e não um meio, dificilmente não acabe por violar o direito individual do cidadão.

Deste modo, o ato público e não violento é fundamental para a transformação do senso da maioria e construção coletiva de justiça. Aceitar que a transgressão da lei pode implicar, e na maioria dos casos deve aceitar, a punição, é um reconhecimento de respeito a lei e ao ordenamento jurídico. Este argumento, de aceitar a punição, é um ponto que gera polêmica, pois, ao reconhecer a *desobediência civil* como um direito do cidadão, não se pode presumir penalidades, pois, não deve haver penas para ações de acordo com direitos.<sup>47</sup>

A objeção de consciência em Rawls é uma *desobediência* mais ou menos direta. Pode ser a recusa em serviço militar ou um atendimento médico devido a uma crença religiosa. A diferença básica entre objeção e desobediência está no propósito final. A objeção de consciência não tem propósitos de alterar uma lei específica; não clama por uma mudança na

---

<sup>47</sup> O trabalho do professor Dilamar Volpato Dutra, que referencio no final, é de fundamental importância para compreender o dilema da argumentação de Rawls diante de um debate atual.

sociedade com especificidade em um direito violado. Ou seja, ao objetor de consciência que recusa o serviço militar, não há um clamor necessário pelo fim da guerra, tampouco uma ação para pôr fim ao alistamento obrigatório. A linha que divide a objeção de consciência de desobediência civil é tênue. Em muitos casos, confunde-se uma com outra. No mencionado fato da recusa ao serviço militar, a notável objeção de consciência pode carregar consigo a desobediência civil caso o objetor manifeste-se pelo fim da guerra, fazendo um apelo público para a injustiça do conflito. Porém, mesmo que em partes o objetor possa ser considerado um desobediente, para Rawls a *desobediência civil* em si é um ato carregado de propósitos políticos e com fins peculiares de mudanças em leis específicas.

Desobedecer, em Rawls, é um remédio para combater a quebra de um direito natural de justiça diante dos vínculos políticos em uma sociedade constitucional. Porém, há limites para desobedecer. O remédio da desobediência necessita ser administrado na dose correta. Se houver dose desproporcional, o direito social e individual dos membros da sociedade podem ser violados. Uma minoria ao reivindicar equidade não deve suprimir direitos básicos de outras minorias. Assim, ao desobedecer determinada lei injusta, o desobediente deve considerar sua posição dentro da sociedade, seu pacto com outros indivíduos e o sistema no qual está associado.

Para abordar a *desobediência civil* em Habermans devemos ter em consideração a ligeira aproximação com a *desobediência* em Rawls. Portanto, não há necessidade de um novo tópico, uma vez que Habermas ajusta ligeiramente o conceito de desobediência civil, transpondo-o de uma visão liberal, como a de Rawls, para uma perspectiva metafísica, intrínseca à pessoa e anterior a qualquer convenção, ou seja, a liberdade precede a democracia. E é neste ponto de precedência da liberdade sobre a democracia que se alicerça a visão de Habermans sobre a *desobediência civil*, não se opondo propriamente ao que disse Rawls mas, pontuando ressalvas em situações como a liberdade preceder convenções e contratos.

Ao considerar a sociedade como um conjunto associativo que institucionaliza discurso, Habermas traz para o cenário a coletividade não institucionalizada de movimentos e associações não econômicas ou formalizadas, como locais mais ou menos espontâneos de construção social e sujeitos de possibilidades, incluindo a de *desobediência civil*. A ação legítima por parte desses atores sociais carrega consigo possibilidades de transformação social

ao se mesclar no campo social e produzir fatos capazes de fomentar movimentações no campo jurídico dos direitos.

A *desobediência* para Habermas é o movimento que pretende comunicar através da pressão e do manifesto uma legitimidade de pauta acerca de determinada questão. Tal movimento não se encontra completamente dentro da institucionalidade social, porém, ao surgir, reclama com protestos e por caminhos de escaladas um espaço dentro da esfera pública na pauta política formal.

Nesta escalada para a pauta política formal, o movimento desobediente tende como princípio a reclamação moral. O ordenamento jurídico é objeto de contestação moral, que como referimos, para Habermas precede o direito institucionalizado.

Ao proceder na pauta moral, os desobedientes apelam para a consciência da maioria, oportunizando um clamor para transformação da opinião pública em relação a uma lei ou política injusta. Neste sentido, o movimento desobediente tende a mostrar que a lei, por mais formal e institucional que seja, carregando consigo a legitimidade do Estado ou do governo, pode não ser moral. A escravidão foi um exemplo de lei legítima em muitos locais, mas considerada não moral por abolicionistas.

Do movimento democrático desobediente com fim de ajustes no sistema político e de governo em Habermas, a *desobediência* ganha um caráter de direito individual em Ronald Dworkin. O judiciário passa a ocupar um papel central ao julgar os desobedientes considerando motivações morais pelas quais os desobedientes contrariaram uma determinada lei.

Em Dworkin, a integridade individual é o que motiva a *desobediência*. Diferentemente de Habermas, cujo fato da *desobediência* é o caráter político, Dworkin conduz o argumento para o lado jurídico. É certo que o autor considera a *desobediência* pessoal ou política, porém, a integridade moral em princípios jurídicos prevalecem. Desobedecer, é fazer algo que a maioria possa, porventura, entender como errado mas, mesmo assim ter o direito de fazer. Para Dworkin, se o governo, em dado momento, pode não levar os direitos dos cidadãos a sério, também pode não levar as leis a sério. E nisso se encontra a possibilidade de desobediência.

No centro do argumento de Ronald Dworkin está que os direitos individuais não podem ser suprimidos pelos direitos da maioria. A sociedade não pode entender, para sua manutenção, como concorrente dos direitos individuais. O dever absoluto em obediência a lei

não se justifica em sociedades de direito onde obedecer e desobedecer são fundamentos democráticos e de direitos para a justiça.

E neste argumento há um ponto de encontro, ou melhor dizendo, uma proximidade entre os autores que abordo neste trabalho.

Desta forma, em síntese, a interpretação de uma sociedade quase justa como palco para ajustes por meio de desobediências, é alicerce para nossos autores. Além de Dworkin, ao supor que existam leis *quase* justas, Rawls considera a desobediência uma ferramenta de minorias com fundamental importância para os regimes democráticos. Entre Arendt, Rawls, Habermas e Dworkin, há diferenças sutis tanto nos propósitos quanto nos fundamentos da *desobediência civil*, ao que podemos ler no artigo de Delamar Volpato Dutra, a seguinte diferenciação:

Arendt tem uma defesa do direito à desobediência civil com base na Constituição americana, no caso, alicerçada no direito ao dissenso, não no direito de livre expressão, já que a conduta seria endêmica para a desobediência civil. (...) Rawls, sabidamente, sustenta que a desobediência civil é um direito liberal de defesa, inclusive, com uma certa conexão com a liberdade de expressão. Presumivelmente, no primeiro princípio de justiça estariam incluídos os direitos referentes à igual liberdade, bem como os direitos políticos. Pois bem, há uma tensão entre ambos, sendo que Rawls parece dar uma espécie de prioridade aos primeiros em relação aos segundos. Habermas, por seu turno, tem uma formulação própria do direito à desobediência civil que é distinta da de Rawls e, talvez, com alguma proximidade a Arendt, a saber, como compondo um dos direitos originários do soberano (DUTRA. 2023. p130).

A sutileza dos diferentes caminhos em Arendt, Rawls e Habermas parece ganhar um ponto de não convergência no quesito moralidade em Ronald Dworkin. A conduta moral e a defesa desta como um princípio básico do direito humano é a linha argumentativa em Dworkin. Para Silvia Alves, em Dworkin “os cidadãos têm direitos morais contra o governo. Não possuem portanto somente os direitos (jurídicos) que a lei lhes outorga. Defender semelhante perspectiva significaria na realidade que não possuiriam direito algum (ALVES. Silvia. 2015. p05)”.

O direito de ser contra o governo e demonstrar isso, mesmo quando a maioria se opõe, é o que fundamenta a legalidade da *desobediência civil* em Dworkin. Para o autor, o que entendemos por *direito* é algo bastante amplo. Segundo ele, podemos ter o direito, inclusive, de fazer algo errado, como é o caso do direito de julgar. Por outro lado, pode ser o caso de não

termos o direito de fazer algo que é certo, como “no caso de um soldado capturado que tenta sua fuga (Idem p.06).

Em síntese, em Dworkin o direito é conduzido ao extremo e é definido como um viés para a moralidade política. A *desobediência civil*, está em Dworkin, Arendt, Rawls e Habermas, como um alicerce para governos democráticos, e mesmo diante de caminhos sutilmente diferentes, os autores convergem para o fato do desobediente ser um elo entre a injustiça e a construção de um sistema justo.

## 4. RESISTIR A UM GOVERNO INCONVENIENTE

### 4.1 A natureza como plataforma de resistências

A recusa em pagar um imposto levou Henry David Thoreau à prisão por uma noite. Este fato, que retomo constantemente neste trabalho, não tem a intenção de ser repetitivo, mas sim de demonstrar como o episódio do encarceramento resultou em uma notável contribuição para o debate político. Não há dúvidas que as poucas horas em que Thoreau permaneceu preso lhe rendeu a fama de desobediente e ficou notável enquanto pensador político após a publicação de *Resistência ao Governo Civil*, em 1849.<sup>48</sup>

A Lei do Estado de Massachusetts com a cobrança da *Poll Tax* para todo homem acima de 20 anos, era de um valor quase irrisório mesmo para a época de Thoreau. Os US\$ 1,50 estava na conta de Thoreau como valor que não contribuiria com a escravidão e o financiamento da guerra com o México. “Nunca tão pouco dinheiro fez tanta diferença para a história da filosofia política. E nenhum outro episódio da vida de Thoreau foi merecedor de tamanha atenção pública quanto a sua noite na prisão, gerando um sem número de lendas urbanas e alimentando a imaginação moral e política de gerações (MEDEIROS. 2019. p4)”.

Para Thoreau, a liberdade e a recusa à convivência com práticas escravistas e beligerantes, características marcantes da América em meados do século XIX, eram valores demasiado altos para serem negociados sem consciência.

A desobediência em Thoreau não está desvinculada de suas vivências incomuns. A proximidade com a natureza, a influência de Emerson e os dois anos na cabana à beira do lago Walden revelam muito sobre sua determinação em resistir ao governo. Ou melhor, esses fatores contam muito sobre o posicionamento moral de Thoreau e o que ele pensa sobre o governo americano.

O ato de caminhar por várias horas todos os dias exemplifica a proposta de vida de Thoreau. Em *Caminhada*, o autor justifica sua prática diária e esclarece suas diferenças em

---

<sup>48</sup>A publicação de *Resistência ao Governo Civil* foi um passo importante para Thoreau enquanto autor de conteúdo político. Porém, somente com Stanley Cavell que Thoreau deixou de ser estudado exclusivamente nas disciplinas de *Estudos Americanos e Literatura* e passa para a grade dos filósofos em Harvard.

relação aos seus vizinhos. “Sentimos que quase apenas nós aqui nas cercanias praticamos esta nobre arte; muito embora, para usar de franqueza, a maioria dos cidadãos, a julgar pelo que afirmam, gostariam de, como faço, caminhar de vez em quando, mas não podem. Nenhuma fortuna pode comprar os requisitos lazer, liberdade e independência, essenciais a esta profissão (THOREAU. 2011. p11)”.

O *caminhar* está intimamente ligado a liberdade e independência para Thoreau. A proposta de vida está definida dentro de limites estreitos. Abrir mão do lazer ou da liberdade e independência seriam condições extremas e motivos para *resistir*.

Vários de meus concidadãos, é certo, podem se lembrar de algumas caminhadas que me descrevem, feitas dez anos atrás, nas quais tiveram a benção de se perderem por uma meia hora na floresta; mas sei muito bem que se bitolaram pela estrada principal desde então, quaisquer que fossem as suas pretensões de pertencer a esta classe seleta. Não há dúvida de que se entusiasmaram por um momento pelas reminiscências atávicas, quando até eles eram habitantes das florestas e contraventores (Idem. p11).

Quando Thoreau remete a lembranças de concidadãos que tiveram a benção de se perder há dez anos atrás por, pelo menos meia hora na floresta, fica claro a afirmação do autor de que *somos parte da natureza*. No quesito *bitolar* na estrada principal, Thoreau faz referência a um distanciamento da própria natureza. Seguir a estrada principal, segundo ele, é o descaminho da vida; a pessoa ao se *afinar ou se bitolar* na estrada principal, deixa de lado a imensidão de outros caminhos pela floresta, ou pela vida, como alegoricamente é possível afirmar.

A vida de Thoreau voltada para a natureza como fundamento de sua conduta, pode ser resumida nas palavras de Leticia Ferreira Lamha, como um homem e sua musa; não há uma vida, propriamente dita, se não considerar a relação com a natureza.

Uma pessoa apaixonada por sua Musa é capaz de ir a qualquer parte para se aproximar do nascedouro de sua inspiração. Caminhando pelos sendeiros do manto primordial, Thoreau foi iniciado em variados campos do saber: para o andarilho norte-americano, saber o que fosse era saber um pouco mais sobre sua Musa. Por conseguinte, devemos ter em mente, desde o princípio, que, em meio à diversidade, o elo umbilical que dá vida às reflexões multidisciplinares e multilinguísticas do autor é seu amor piedoso pela Natureza, relação na qual ele encontrava sua fonte de adoração e de aprimoramento espiritual (LAMHA. 2023 p10).

A relação de Thoreau com a *caminhada* diária e sua proposta de vivência como parte da natureza não é, de forma alguma, paliativa. Caminhar não tem o significado de se exercitar

para ele; a vivência com a natureza e as caminhadas diárias são fundamentos de vida, são perspectivas para o pensar e agir na vida. Essa proximidade com a natureza, segundo Thoreau, é o meio de elevar a vida a um patamar de relevância. “Estamos sempre colados à terra - é tão raro nos elevarmos! Creio que poderíamos nos colocar num nível um pouco superior. Poderíamos ao menos subir numa árvore (THOREAU. 1984 p113)”<sup>49</sup>.

Caminhar livremente é quase como sustentar a metáfora de *andar* na contramão do Estado; é deixá-lo a distância e seguir rumo a vivências que realmente valem a pena. Em geral, a *resistência* de Thoreau está centrada em uma proposta de vida cuja sujeição às práticas sociais da maioria é inviável. “Vamos pensar sobre a maneira que vivemos nossas vidas. Este mundo é um império dos negócios. Que agitação interminável! Quase toda noite sou acordado pelo chiado da locomotiva. Meus sonhos são interrompidos. Os dias de descanso simplesmente não existem (Idem. 57)”<sup>50</sup>. A profetização de Thoreau é algo de suma importância. Esta fala, de meados do século XIX, pode descrever muito a vida atual, com suas relações de trabalho e consumo.

É na proposta de vida que se faz o enfrentamento. *Resistir*, um verbo no infinitivo, para a vivência de Thoreau pode-se conjugar no imperativo: *resista*. Não é apenas deixar de pagar uma taxa. Certamente é muito mais que isso: é viver de acordo com uma consciência inalienável. Não basta dizer. Fazer é fundamental no caso de *Resistência ao Governo Civil*.

Existem milhares de pessoas que se opõe teoricamente à escravidão e à guerra, e que, no entanto, efetivamente nada fazem para dar-lhes um fim; que, considerando-se filhos de Washington e Franklin, sentam-se com as mãos nos bolsos e dizem não saber o que fazer, e nada fazem; que chegam a postergar a questão da liberdade em nome da questão do livre comércio, e, serenamente, após o jantar, leem as listas com as cotações de preços junto com as últimas notícias do México, possivelmente dormindo sobre ambas (THOREAU. 2011 p18).

A ação consciente é uma proposta de vida fundamental, segundo Thoreau. Se opôr teoricamente não significa nada. Rejeitar a guerra e a escravidão, sem no entanto, desobedecer à lei e resistir ao governo, é como assumir parte das ações na guerra e na escravidão. Neste sentido, o enfrentamento não acontece somente na esfera governamental. É algo pessoal, é uma oposição, segundo Thoreau, aos próprios conterrâneos. Pois, se nos Estados do Sul se faz a guerra e escraviza, é através dos Estados no Norte que a convivência se torna legitimadora

---

<sup>49</sup> Em *Caminhando*. Optei aqui por usar uma passagem de uma edição contida em *Desobedecendo*, como referenciado, diferentemente da citação anterior do livro *Caminhada*.

<sup>50</sup> Em *A Vida Sem Princípio*.

dos fatos. Em *Resistência ao Governo Civil*, Thoreau diz que “não brigo com inimigos distantes mas com aqueles que, aqui perto, cooperam com os que estão longe e cumprem suas ordens, e sem os quais os últimos seriam inofensivos (Idem. P17)”.

#### 4.2 Thoreau e o Capitão John Brown contra a Lei do Escravo Fugitivo

A Lei do Escravo Fugitivo, de 1850, foi um divisor de águas para *Resistência ao Governo Civil*. Devolver os escravos que fugiam para o Norte foi uma afronta ao movimento abolicionista. Um contrassenso em garantir aos proprietários de escravos do Sul, a devolução de uma propriedade, e com propósito de penalizar quem ajudasse o escravo fugitivo. A Lei representou uma afronta aos abolicionistas, que, no caso de Thoreau, defendeu publicamente ações do Capitão John Brown. Tanto a invasão ao México e diante de uma lei injusta como a Lei do Escravo Fugitivo, Thoreau alega que não há a quem recorrer. Para qual caminho se dirigir ao tentar mudar as coisas, uma vez que quem tem poder de mudar são os mesmos que legitimam as leis injustas. O mesmo sistema de justiça que garante a devolução de escravos para os Estados do Sul é que também se coloca a disposição para o cidadão reivindicar direitos. Ou seja, se a Lei é injusta e o sistema de justiça é conivente, o que resta é *resistir*.

Em específico esta Lei do Escravo Fugitivo foi de tamanha polêmica que contribuiu em muito para a Guerra da Secessão, entre 1861 a 1865, a qual Thoreau já indicava uma divisão no povo americano mas não chegou a presenciar tamanhas atrocidades do conflito.

A escravidão vinha causando estigmas na sociedade há tempos. Desde o século XVIII os Estados Unidos já vinham se dividindo entre sul e norte em relação a manutenção da escravidão e estados abolicionistas.

Escravos que fugiam dos Estados do Sul buscavam o caminho do Norte para chegar ao Canadá, auxiliados por abolicionistas em uma rede clandestina de estradas.

Desde 1793 os Estados Unidos tinham leis para garantir a propriedade do escravo e facilitar a caça de escravos fugitivos. Porém, em 1850, A Lei do Escravo Fugitivo fechou o

cerco, garantindo a devolução dos escravos mesmo que se encontrassem em território livre, como eram os Estados do Norte. Esta Lei representava uma afronta não somente às pessoas negras que fugiam das atrocidades da escravidão, mas também aos cidadãos que prestassem qualquer tipo de auxílio. A Lei colocava todos na mesma plataforma de crime, o escravo e qualquer que fosse que lhes auxiliasse, inclusive com prisão e multa. Ainda, como não bastasse, a Lei retirava do escravo a possibilidade de testemunhar em sua própria defesa.

Ao tempo em que a Lei endureceu as penas e fechou o cerco, também fortaleceu e motivou ainda mais o movimento abolicionista, gerando a tensão social que culminou com a guerra civil.

O objetivo da Lei do Escravo Fugitivo foi uma tentativa de manter a escravidão funcionando dentro de estados abolicionistas. Porém, o custo moral de tal manutenção foi aos poucos culminando com a violência de uma guerra.

Para Brown<sup>51</sup>, a abolição era um processo necessário. A libertação da escravidão devia acontecer independentemente da forma como fosse conduzida. A violência era justificável para o Capitão. A defesa dos atos de John Brown foi um dos episódios mais notáveis da luta abolicionista na história dos Estados Unidos. No discurso *A Plea for Captain John Brown* e na conferência *A escravidão em Massachusetts*, Henry David Thoreau justifica ações necessárias que, no caso da violência, embora duramente trágica se propõe ao enfrentamento direto e com resultados relativamente satisfatórios.

Em Jack Turner, temos um relato detalhado sobre o posicionamento de Thoreau e a ação que levou a captura de Brown.

Na noite de domingo, 16 de outubro de 1859, John Brown e dezoito de seus seguidores invadiram Harpers Ferry, Virgínia, e assumiram o controle do arsenal federal. Na esperança de desencadear uma insurreição de escravos que se espalharia por todo o Sul, Brown pretendia usar o arsenal de armas para armar escravos amotinados e brancos dissidentes numa guerra de guerrilha de libertação. Contudo, quando chegou a altura do ataque, Brown sobrestimou o apoio que receberia dos escravos no norte da Virgínia e subestimou a velocidade com que as autoridades governamentais se mobilizariam contra a insurreição. A milícia local tomou o controle da cidade de Brown ao meio-dia de segunda-feira. Preso no arsenal, Brown tentou negociar sua saída. (...) Depois que Brown rejeitou a ordem final de rendição de Lee, os fuzileiros navais derrubaram a porta e invadiram o arsenal, matando dois tenentes de Brown, mas levando Brown vivo (TURNER. 2009. p151)<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> A defesa pública de John Brown aconteceu após sua captura.

<sup>52</sup> On Sunday night, October 16, 1859, John Brown and eighteen of his followers invaded Harpers Ferry, Virginia, and seized control of the federal armory. Hoping to ignite a slave insurrection that would spread throughout the South, Brown intended to use the arsenal's weapons to arm both mutinous slaves and dissident

O episódio histórico da prisão e do julgamento de Brown tornou ainda mais efervescente a luta abolicionista. Porém, o viés de enfrentamento não foi propriamente pelo meio político. A descrença de Thoreau nos modos convencionais está contida em sua obra e sua vida. Os meios pelos quais se fundamenta a escravidão, ou seja, o sistema de justiça, não pode ser o mesmo usado na luta pela abolição.

As ações de John Brown despertaram em Thoreau a imaginação para o que poderia ser a vitalidade do povo americano. Brown se tornou “uma personificação da ação baseada em princípios que os cidadãos americanos fariam bem em imitar (Idem. p.153)”.<sup>53</sup> A interpretação de Thoreau acerca da conduta de Brown é resultado de diversos fatores, que, segundo Turner, “consciência, caráter e ação no pensamento político” do autor. Porém, a visão acerca de Brown cultivada por Thoreau pode não ser de grande fidelidade; o conhecimento imperfeito que Thoreau tinha de Brown pode ter despertado a imaginação acerca de muitos aspectos no que se refere a conduta do Capitão: a brutalidade de algumas ações conduzidas por Brown podem não ter sido devidamente consideradas ao que Turner chamou de *conhecimento imperfeito*:

Thoreau não sabia ou não confiava na história completa das ações de Brown em “Bleeding Kansas” em 1856. Enquanto colonos escravistas e de estados livres aterrorizavam uns aos outros no recém inaugurado território do Kansas, Brown supervisionou pessoalmente o massacre de cinco simpatizantes do sul em retaliação por um massacre anterior de seis homens do estado livre. Walter Harding insiste que se Thoreau soubesse do massacre de Pottawatomie ele nunca o teria apoiado e poderia ter sido convencido de sua insanidade (TURNER. 2009. p153, 154)<sup>54</sup>.

É de notável importância pensar acerca da consciência em Thoreau e das relações de defesa que estabeleceu sobre a ação de John Brown. Para o pensamento político thoreauviano a ação é peça fundamental e resistir é um verbo que pede conjugação no imperativo.

---

whites in a guerrilla war of liberation. When it came time for the raid, however, Brown both overestimated the support he would receive from slaves in northern Virginia and underestimated the speed with which government authorities would mobilize against the insurrection. Local militia wrested control of the town from Brown by midday Monday. Trapped in the armory, Brown tried to negotiate his way out. (...) After Brown rejected Lee’s final order to surrender, the marines battered down the door and stormed the armory, killing two of Brown’s lieutenants but taking Brown alive.

<sup>53</sup> A personification of principled action that American citizens would do well to emulate.

<sup>54</sup> Thoreau either did not know or did not trust the full story of Brown’s actions in “Bleeding Kansas” in 1856. As slave- and free-state settlers terrorized each other in the newly opened Kansas territory, Brown personally supervised the massacre of five southern sympathizers in retaliation for an earlier massacre of six free-state men. Walter Harding insists that had Thoreau known of Brown’s participation in the massacre at Pottawatomie, “he might never have endorsed him and might [even] have been convinced of his insanity.”

A classe política possui, segundo Thoreau, muitas limitações. A escravidão e a Guerra contra o México é um fator de dano para a América. Buscar e defender ações enérgicas é um meio de garantir uma prática de vida que considera a consciência como peça fundamental. Ao justificar a violência na defesa de John Brown, Thoreau ressalta a necessidade de ações capazes de resultados concretos. Em *A escravidão em Massachusetts*, o autor pondera duras críticas às práticas convencionais da política.

As pessoas criadas na escola da política não conseguem enfrentar os fatos, nem agora nem nunca. Suas providências são semiprovidências, nada mais do que artifícios da conveniência. Vão adiando indefinidamente a solução, e a dívida vai se acumulando. Embora nesse comício não se tenha discutido a Lei dos Escravos Fugidos, fique sabendo que meus concidadãos finalmente tomaram uma pérfida decisão, numa reunião que acabou suspensa: “Portanto, ... a Lei dos Escravos Fugidos de 1850 tem que ser repelida”. (...) O que os políticos encaram é o fato muito simplório de que os ladrões são menos honrados do que se supunha, e não o fato de que eles são ladrões (THOREAU. 1984. p120, 121).<sup>55</sup>

O movimento abolicionista na época de Thoreau agira conforme o lema de *não resistência*. Deixar de votar e adotar um posicionamento de discordância ao governo eram ações do movimento.

A família de Thoreau foi amplamente engajada com o movimento abolicionistas, inclusive, sendo sua mãe a gerente de pensão (pois sua casa servia de pensionato para ampliar a renda familiar) de notáveis contatos com lideranças do movimento. Não é um fato fácil de mostrar até que ponto ele esteve comprometido com o movimento, porém, ao seu modo conduziu suas próprias pautas cujo tema “escravidão” foi uma das mais notáveis.

Qualquer grupo devidamente organizado e com uma agenda formal de lutas era visto por Thoreau como reformista e, em determinadas situações, incapaz de promover mudanças significativas para a vida das pessoas. Há registros que apontam a participação dele em reuniões do movimento e, inclusive, no apoio e condução de escravos fugidos para locais seguros no caminho ao Canadá. Porém, isso por si só não significa um comprometimento com o movimento, pelo menos não de modo formal.

Mesmo sendo inquestionável a pauta abolicionista por parte de Thoreau, os modos empregados para o empreendimento da luta são diferentes.

William Lloyd Garrison era uma das mais expressivas lideranças do movimento abolicionistas, tendo a família de Thoreau grande simpatia por ele. Na luta, a *não resistência*

---

<sup>55</sup> Em *A escravidão em Massachusetts*.

era peça fundamental de conquistas para Garrison. A fundamentação religiosa da *paz* em primeiro lugar e o desejo constante para que as pessoas se sensibilizassem pelo fim da escravidão foram fundamentos do movimento. Mãe, irmãs e tias de Thoreau eram totalmente simpáticas a este preceito de Garrison, sempre tendo como estandarte, lemas cristãos evangélicos. Segundo o movimento de *não resistência* a abordagem era no sentido de convencer aos apelos para a consciência das pessoas, que a prática da escravidão feria gravemente os valores cristãos.

Neste sentido Thoreau segue caminho diverso ao de Garrison. Sua proposta é de ação, de resistir. A *não resistência* para Thoreau teria algumas limitações diante das atrocidades cometidas pela escravidão, enquanto que o ato de *resistir*, estaria em um patamar de enfrentamento prático. Entre Garrison e Thoreau há muitos pontos de encontro, mas, o diferencial em propor a *resistência* como enfrentamento nas pautas conduz Thoreau por um caminho levemente diferente e o torna singular enquanto autor que perdura por mais de um século.<sup>56</sup>

Thoreau contesta de modo veemente o papel da justiça como definidora do direito de posse de um escravo. Além da pauta abolicionista está o questionamento de Thoreau acerca da *justiça*. Para ele, é um circo total a ação da justiça em se propor a julgar ações desta natureza, principalmente, ao final, reconhecer a propriedade de um ser humano como pertencente a outro e obrigá-lo a cumprir a Lei da Devolução do Escravo Fugitivo.

*Resistência ao Governo Civil* pode ser compreendido como clamor para desobedecer. No entanto, é de fundamental importância tomarmos nota acerca da visão de Thoreau em relação a democracia, como já mencionamos neste trabalho. Se ele clama por *resistência* e faz a denúncia do governo americano como relapso, certamente que a ideia de justiça em Thoreau não é a mesma do sentido clássico do termo, tampouco como observado em Rawls.

O primeiro ponto fundamental no pensamento de Thoreau sobre o sistema democrático de governo é que tudo não passa de um jogo.<sup>57</sup> Com isso ele não se torna *antidemocrático*, mas pontua situações urgentes do debate político do século XIX que perduram até hoje.

---

<sup>56</sup>O tema *abolicionismo* no contexto dos escritos de Thoreau é amplo e aqui faço menção conforme ilustrações sobre resistir ao governo. Estabeleço limites de abordagem do tema devido a uma questão didática que proponho, cujo objetivo é mostrar a motivação de Thoreau em relação a *resistência ao governo*.

<sup>57</sup>Traremos novamente mas por vias ligeiramente diferente o tema na pauta do capítulo quatro, acerca de um estado razoável. Ajustar a democracia para que respeite a consciência do indivíduo será ponto de partida para um governo razoável. Por ora, nosso propósito aqui segue outro rumo específico.

Toda pessoa que vai até uma urna para escolher seus representantes, antes mesmo de fazer a escolha já tem em mente que seu voto pode eleger o seu candidato ou pode não eleger. Neste sentido, a eleição é um jogo que fundamenta a democracia. Se minha vontade pode ser validade com meu voto também devo aceitar que minha vontade não escolha os representantes do estado, ou seja, o governo.

Assim, a política constrói uma legitimidade partindo de um caminho derivada de si mesma, e não de uma lógica que traz consigo.<sup>58</sup> Mas, apesar de seu empenho em se contrapor ao governo, Thoreau está longe dos que clamam por governo nenhum, como veremos no capítulo quatro.

O fundamento da ação dos contemporâneos de Thoreau, segundo sua crítica ferrenha, é que, mesmo ao discordarem do governo em assuntos cruciais como a escravidão, acabam por financiá-lo. Pior ainda, muitos dos que se dizem abolicionistas estão ganhando dinheiro com a relação estabelecida com negócios lucrativos com o sul escravista.

A contestação thoreauviana da legitimidade da justiça está em igual proporção com o ímpeto americano de ocupar território estrangeiro e ser protagonista de guerra. A manutenção da invasão do território mexicano faz com que, assim como a questão da escravidão, Thoreau resista a ser parte de um Estado como o que está diante de si. Desobedecer é um princípio para viver.

*Resistir* ao governo que invade o México é mais um recurso de retórica de Thoreau do que uma pauta urgente em sua ação. Isso mostra o quanto ele foi habilidoso enquanto autor político. Quando deixou de pagar impostos não havia começado a guerra entre Estados Unidos e México. Ao tempo do ensaio ser publicado, a guerra já havia acabado.

É certo que neste meio tempo a invasão americana ao território do México rendeu muito assunto para se pensar. E Thoreau aproveitou a oportunidade com afincos e se tornou a mais expressiva voz da desobediência civil.

Denunciar a falta de legitimidade do governo diante das atrocidades da guerra e do escravismo que assolou a nação, fez com que viesse a tona os inconvenientes do governo democrático americano.

Isso, contudo, não impede que Henry David Thoreau seja considerado, como revelam com firmeza os estudos recentes, um pensador do campo político democrata-liberal. Em Leigh Kathryn Jenco com *A Crítica da Democracia de Thoreau*, percebe-se o destaque de

---

<sup>58</sup>Ver argumento de Bob Perpperman Taylor, em Thoreau e a Desobediência Civil.

que “Há boas razões para isso: Thoreau encarna mais notoriamente do que qualquer escritor americano o espírito de liberdade e individualismo que parece animar a democracia liberal, e o seu ato de “desobediência civil” continua a inspirar os ativistas políticos modernos a uma atividade consciente e de espírito público, numa afirmação do modo de vida democrático (JENCO. 2009. p68)<sup>59</sup>.

Compreender Thoreau como um *democrata liberal* é fundamental para o entendimento das críticas ferrenhas que ele pondera contra o sistema.<sup>60</sup> No extremo de seu pensamento, a inconveniência dos governos desperta o clamor para o que menos governa, uma vez que o ideal de *nenhum* governo estaria longe ou impossível de se concretizar: “O governo em si, que é apenas a maneira escolhida pelo povo para executar sua vontade, está igualmente sujeito ao abuso e à perversão antes que o povo possa agir por meio dele (THOREAU. 2011. p.08)”.

### 4.3 Estado, Governo, Instituições e ações injustas

A instituição tem um papel fundamental no pensamento de Thoreau. O que ele chama de governo, um conjunto de regras políticas e administrativas, exerce poder sobre o povo, sem que este possa usá-lo para viver de acordo com sua consciência e liberdade.

A *resistência* é a ação necessária, segundo Thoreau, quando o governo exige subordinação a suas próprias injustiças. Ou seja, justifica-se a *resistência* ao governo quando este determina cumplicidade para ações consideradas injustas.<sup>61</sup>No primeiro capítulo

---

<sup>59</sup>There are good reasons for this: Thoreau embodies more famously than any American writer the spirit of freedom and individualism that seems to animate liberal democracy, and his act of “civil disobedience” continues to inspire modern-day political activists to conscientious, public-spirited activity in an affirmation of the democratic way of life.

<sup>60</sup>O sistema como um todo, desde a conduta de seus próprios vizinhos, como seres escravizados pelo trabalho em vidas miseráveis, até mesmo o sistema judiciário e a burocracia do governo.

<sup>61</sup>Lawrence Buell desenvolve um argumento semelhante em obra que referencio no final deste trabalho.

mostramos *as exigência morais* para resistir, e ao retomar o argumento de tais exigências nos deparamos com a *consciência*.

É na individualidade da *consciência* que encontramos mais que justificativas para *resistir*. Ao considerar nossa *consciência* nos deparamos com o árbitro que determina o justo e o injusto, e, é através de um exame de *consciência* que podemos perceber os limites do que pode se tolerar em questões de injustiça.

Há uma linha tênue dessa tolerância, mas que ultrapassá-la sem o devido árbitro da *consciência* é incorrer em erro grave contra a própria natureza. Neste sentido, a justiça está em em segundo plano, pois, a vida coletiva deve passar necessariamente pelos exames de consciência de cada pessoa.

À primeira vista o argumento de Thoreau parece totalmente estranho e insustentável, beirando o insano do profundo egoísmo. No entanto, para que serve uma *consciência* em cada indivíduo se não for possível usá-la? Este questionamento feito por Thoreau em *Desobediência Civil* não nos permite negar o egoísmo do autor referente a este tema, mas justifica sua postura diante do argumento. Abrir mão da *consciência* em prol de um contrato e permitir que o Estado seja governado com leis injustas exige medidas drásticas. É neste sentido que Thoreau afirma que a *consciência* conduz a melhor análise sobre a justiça, e a consequência de uma boa análise pode não ser outra conduta senão a *resistência* ao governo.

Ser fiel aos próprios princípios é o método de vida de Thoreau e o preceito para conduzir sua vida social. Essa fidelidade é, em seu entendimento, a garantia pessoal de justiça. A *resistência* que surge da tomada de posição *consciente* é a conduta desejável a qualquer cidadão.

A individualidade das ações ilustra o argumento thoreauviano “da maioria de um” para uma democracia representativa verdadeira.

Esta “maioria de um” soa como um argumento frouxo, sem relações com realidade alguma. Porém, no entendimento de Thoreau, qualquer pessoa que, após uma análise de *consciência* tomar a medida de se dissociar do governo, rompendo relações com este por princípios de justiça, aboliria a escravidão. Assim, a dissociação de um governo que escraviza e assassina vizinhos de outra nação, poderia libertar o cidadão e construiria, a partir disso, uma verdadeira sociedade democrática.

A ideia de governo democrático, de representatividade, é algo elogiável para Thoreau na medida específica em que a compreende como uma forma viável de organização

provisória, até que se pense algo melhor ou com ajustes mais adequados que deem conta de um sistema justo. Mas, o uso do aparelho governamental para fazer cumprir a vontade de um e outro, é um descaminho que precisa ser ajustado em busca dessa organização mais justa. “A maioria dos homens serve ao Estado dese modo, não como homens propriamente, mas como máquinas, com seus corpos (Idem. p.12)”. É este é o sentido de *resistir* para o autor; uma medida drástica de negar ao governo o direito de fazer do Estado um mostro que cerceia as liberdades.

O apelo de Thoreau e seu alcance enquanto militante foi limitado em sua época. Mas isso não representa um fracasso para as causas que defende. Ao contrário, foi proposital falar diretamente a seus conterrâneos, uma vez que sendo os estados do norte abolicionista, poderiam colocar em prática o lema da *resistência ao governo*. Este é o lado da esperança de Thoreau, falar com seus vizinhos e clamar por mudanças.

O outro lado é o do rancor. Sendo que os cidadãos de Massachussets tinham grande responsabilidades na manutenção da escravidão devido ao fato de manterem relações comerciais com escravistas do sul e legitimarem o governo com impostos. Ainda, devolverem escravos fugitivos como se isso não pesasse em suas consciências.

É neste ambiente que Thoreau traz a democracia em questionamentos e a postura de cada cidadão, que, segundo ele, deveriam ouvir primeiramente suas próprias consciências para somente depois pensarem enquanto cidadãos.

Para Thoreau, é inconcebível a lealdade ao Estado perante determinadas situações.<sup>62</sup> O Estado para Thoreau, primeiramente, é o governo federal, mas também Massachussets devido ao fato de dar apoio na sustentação desse governo, inclusive enviando tropas para o México, e o cidadão, que no entender democrático carregaria em si a plenitude e a soberania de uma nação.<sup>63</sup> É neste caminho que ele pontua o *direito de recusar lealdade* ao governo, como já assinalamos e conclama seus vizinhos para este empreendimento<sup>64</sup>.

A justificativa não é simplória: se opôr ao governo, resistir, é o direito a revolução reconhecido por todas as pessoas.

---

<sup>62</sup>No caso em questão é a escravidão e a guerra no México. Porém, não se restringe a isso.

<sup>63</sup>O conceito aqui pode soar um tanto estranho e, para muitos críticos da obra de Thoreau, uma fantasia desmedida.

<sup>64</sup>Thoreau falava ao seus próprios vizinhos ao escrever e proferir palestras. O alcance de seu pensamento só foi ampliado com Gandhi e King Jr. na prática da desobediência e com Cavell no campo filosófico político.

O ponto crucial desta justificativa está no que podemos chamar de *limites*. Há um conjunto de situações que, se não ideais, ao menos podem ser toleradas. Porém, quando este limite extrapola, a medida cabível é a resistência<sup>65</sup>.

Pagar impostos não é um problema para Thoreau. Algumas taxas são importantes para o bom funcionamento do Estado, segundo ele, como é o caso de manutenção de rodovias ou estrutura de escolas. Porém, quando o Estado se torna relapso e subtrai a dignidade da consciência do indivíduo, a tomada de posição para a resistência é inevitável.

Alegoricamente Thoreau cita o exemplo do atrito de peças em uma máquina. Até certo ponto este atrito não atrapalha o funcionamento. Mas, quando o atrito adquire proporções elevadas e compromete o funcionamento da própria máquina, então há de se tomar providências:

Quando um sexto da população de uma nação que se comprometeu a ser o abrigo da liberdade é formado por escravos, e um país inteiro é injustamente invadido e conquistado por um exército estrangeiro e submetido à lei militar, penso que não é demasiado cedo para os homens honestos se rebelarem e darem início a uma revolução. O que torna esse dever ainda mais urgente é o fato de que o país invadido não é o nosso mas é nosso o exército invasor (THOREAU. 2011. p14).

A perspectiva da *resistência* em Thoreau está na conduta singular. Segundo ele, as mudanças necessárias em muitas situações começam pela própria postura diante da sociedade. Os opositores de uma reforma em Massachusetts não são os políticos do sul, mas, a própria população do norte, como ele escreveu em *Resistência ao Governo Civil*. A proporção do enfrentamento se engrandeceria com a tomada de posição local; o progresso é lento, segundo ele, pelo fato de que a maioria “não é substancialmente mais sábia ou melhor que a minoria (Idem. p.18)”.

Nesta visão de que cada um exerce um papel fundamental diante de toda a sociedade, Thoreau marca seu posicionamento enquanto dever de *resistir* ao governo. As peculiaridades dos acontecimentos que marcaram sua vida, principalmente o fato de sua prisão, é sempre um ponto de partida para se compreender sua filosofia política.

A descrição da cena do encarceramento é repleta de fatos que merecem atenção para se compreender a *resistência ao governo civil*. O ar de camaradagem do carcereiro junto aos encarcerados, conforme relato de *Resistência*, mostra que o local da prisão de Thoreau não era

---

<sup>65</sup>Este limite é determinado pela análise de consciência de cada cidadão. Este ponto foi bastante criticado por Arendt por perceber que em Thoreau a desobediência não ganha u

de todo ruim. Inclusive, ele chega a pronunciar que, para uma pessoa que não abre mão de sua liberdade de consciência, o único lugar para se estar realmente livre na cidade é por ali.

Thoreau foi preso no caminho da sapataria onde buscava um calçado do conserto. Ao sair, na manhã seguinte, concluiu o trajeto e voltou com o sapato. O cárcere, segundo ele, não foi local de pena, mas, de aprendizagem: “tirei o máximo que pude de meu companheiro de cela”, disse ele sobre a ânsia de conversar. Thoreau prestou atenção aos versos escritos na parede que jamais seriam publicados; a limpeza do local como “um dos cômodos mais asseados da cidade”; a batida do relógio e “os sons noturnos da vila”.

A experiência da prisão trouxe reflexões duradouras para Thoreau. Após alguém efetuar o pagamento do imposto sem o seu consentimento, ele deixa a prisão, com uma sensação de grande aprendizado mas sem nenhuma marca profunda, como alguém que entrasse jovem e saísse de lá com idade avançada. Em *Resistência ao Governo Civil*, Thoreau nos diz o seguinte:

Aos meus olhos, ocorreria uma mudança no cenário - na cidade, no estado, no país -, uma mudança maior do que qualquer outra que pudesse ser efetuada pela mera passagem do tempo. Enxerguei ainda mais claramente o Estado em que vivia. Vi até que ponto podia confiar, como bons vizinhos e amigos, nas pessoas entre as quais vivia. Vi que sua amizade valia apenas para o tempo bom, que eles não se propunham muito a praticar o bem. Vi que eram uma raça diferente da minha, (...) em seus sacrifícios pela humanidade, não colocavam nada em risco, nem mesmo seu patrimônio (THOREAU. 2011. p44).

Esperar que amigos, vizinhos ou quaisquer outros se somassem a resistência pareceu desolador para ele. A valorização de uma imagem social, do patrimônio e a convivência com os desmandos do Estado foram motivos da crítica de Thoreau ao deixar a prisão.

Não foi por pagar imposto que Thoreau desobedeceu, como já assinalamos. Segundo ele, nunca houve recusa em pagar o imposto rodoviário e agir como educador para contribuir com a escola. Não há um ponto em específico na lista de impostos que torne Thoreau um desobediente. O que impera é o desejo de recusar “sujeição ao Estado”; estar sujeito ao Estado pode ter, segundo ele, efeitos bastante danosos para a consciência e para a sociedade em geral. Essa sujeição, convivência ou comprometimento com o Estado é o motivo de *desobedecer*.

Os estados escravistas do sul, a Lei do Escravo Fugitivo sem a devida resistência no Norte, a supressão de quase metade do México, tudo isso, para Thoreau é algo que fere a dignidade: “La prepotencia imperialista de su patria contra un país vecino y prefiere ir a la

cárcel antes que pagar el impuesto basado en ella, por considerarlo injusto y contrario a su conciencia. Esta conducta la apellida "desobediencia civil", como "deber" moral, cívico, contra la injusticia, así se halle establecida por norma legal (RIVAS. 1998.p15)".<sup>66</sup>

A influência de Thoreau se estende pela história e consagra nomes em um cenário global. Gandhi, King e Tolstoi estão na conta dos que foram profundamente influenciados por Henry David Thoreau. No artigo “*Resistência ou Desobediência?*”, Medeiros enfatiza o alcance da obra de Thoreau, principalmente no que se refere ao enfrentamento ao governo: “O ensaio de Thoreau serviu como referência para movimentos tão variados quanto o fabianismo socialista britânico, para os anarquistas na Rússia, para Martin Luther King e Mahatma Gandhi, para a resistência dinamarquesa na Segunda Guerra Mundial e a luta do Apartheid na África do Sul (MEDEIROS. 2019. p08).

#### **4.4 Martin Luther King e Mahatma Gandhi**

Martin Luther King Jr. assimilou o ímpeto de desobediência presente em Thoreau. Desobedecer tornou-se uma ferramenta de luta social, e o imperativo thoreauviano, *desobedeça*, alicerçou marchas em busca de liberdade e pelo fim da segregação racial. Qualquer um que aceitasse a condição da população negra nos Estados Unidos, segundo Martin Luther King, estaria sujeito a não agir de modo ético. Assim, a luta contra a segregação racial, causando um desmonte jurídico com um método de resistência pacífico, legou ao povo americano, desde a década de 1950, um novo rumo para os direitos sociais.

Pastor de uma congregação Batista, ativista e um dos mais notáveis líderes do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, King Jr. não foi uma liderança

---

<sup>66</sup> Ele desafia a arrogância imperialista de seu país contra uma nação vizinha e prefere ir para a prisão a pagar o imposto que lhe é imposto, considerando-o injusto e contrário à sua consciência. Ele chama essa conduta de "desobediência civil", um "dever" moral e cívico contra a injustiça, mesmo quando estabelecida por lei.

política no sentido tradicional do termo. Antes disso, foi um líder espiritual e pacifista. Extraordinário orador, seu discurso mais famoso foi “I Have a Dream”, faz um apelo poderoso pela igualdade racial e justiça social. Exorta a nação a cumprir suas promessas fundadoras de liberdade e igualdade para todos os cidadãos, independentemente da cor da pele. Em 1964, aos 35 anos, ele ganhou o Prêmio Nobel da Paz e ainda hoje King é referência e símbolo pela igualdade entre as pessoas. King foi assassinado em 4 de abril de 1968, em Memphis, Tennessee.

Além da luta pelo fim da segregação racial, sua luta foi para garantir que os cidadãos negros, especialmente dos Estados do Sul, pudessem votar sem a barreira de taxas (poll taxes) ou testes de alfabetização. No final de sua vida, a pauta de lutas foi ampliada para combater também a desigualdade econômica, na qual ele foi líder da Campanha dos Pobres, ou Poor People's Campaign, em 1968.

O ativismo de King se concretizou em três grandes campanhas que ecoam historicamente ainda hoje: o boicote aos Ônibus de Montgomery, em 1955 a 1956. King liderou o boicote após a prisão de Rosa Parks e a campanha durou 381 dias e acabou com a segregação nos ônibus da cidade. A Marcha sobre Washington, em 1963, onde King proferiu “I Have a Dream” para mais de 250 mil pessoas, pressionando o governo a aprovar leis de direitos civis. E as Marchas de Selma a Montgomery, em 1965, que tiveram como pauta garantir o direito ao voto e resultaram na aprovação da Lei do Direito ao Voto.

Cabe considerar que, na época em que King viveu, os Estados Unidos não eram apenas segregacionistas. O tratamento dado ao povo negro estava envolto em violência. O tratamento desumano e degradante foram partes consideráveis da história americana diante da população negra. Ainda, o contexto internacional da Guerra Fria foi crucial. Os Estados Unidos no qual viveu Martin Luther King se apresentava como uma nação de liberdades na qual prevalecia o sistema democrático contra a União Soviética. A luta por direitos civis na plataforma pacifista de King expunha o lado sombrio americano, mostrando, assim como Thoreau também o fez, o lado opressor da nação contra seus próprios cidadãos.

Foi em Thoreau que Martin Luther King vislumbrou o exemplo de resistência. A partir da leitura em Thoreau, ele travou combates<sup>67</sup> que desmobilizaram moralmente a sociedade segregacionista. Quando King relatou à imprensa sobre o movimento que liderava,

---

<sup>67</sup>Enfrentamento não violento. Marchas que reuniram milhares de pessoas e que culminaram em mudanças estruturais nas pautas de direitos sociais.

considerou a exaustão do tratamento degradante que a população negra enfrentava, e lembrou do senso pessoal de dignidade e autorrespeito que cada qual trazia em si. Este senso pessoal, segundo ele, é o motor que dá partida às diversas formas de resistência, inclusive o ato de se negar a deixar o banco de ônibus reservado somente a pessoas brancas. King pontuou que Rosa Parks<sup>68</sup> foi vítima tanto da história quanto do destino, o que lhe fez tomar providências diante da ordem para ceder um banco de ônibus reservado a pessoa branca. Rosa foi presa e a partir de sua resistência, um movimento de grande envergadura surgiu. King considera a filosofia de Thoreau sua base teórica da luta social, e como base prática, foi em Gandhi que ele buscou fundamento.

Duas décadas antes da luta segregacionista nos Estados Unidos, Gandhi conduziu a marcha do sal, uma caminhada de 400 quilômetros em direção ao mar que afrontou autoridades britânicas e mobilizou milhões em uma causa coletiva.

Mohandas Karamchand Gandhi nasceu em 1869 e era conhecido como Mahatma, que significa Grande Alma. Foi arquiteto do movimento de independência da Índia do domínio britânico. Gandhi foi um advogado que se tornou um líder moral, usando métodos revolucionários de resistência baseados no que chamava de Satya, a verdade, e adepto da não-violência, ao que chamava de Ahimsa.

Sua prática filosófica de desobediência civil pacífica inspirou não apenas a Índia, mas movimentos por direitos civis e liberdade em todo o mundo, incluindo Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela.

Gandhi foi assassinado em 30 de janeiro de 1948. Além do propósito firme na independência da Índia, cuja pauta imediata foi a expulsão dos britânicos e o estabelecimento de um governo indiano, Gandhi viviam intensamente o método da desobediência civil, da não-violência e não-cooperação.

A Não-Violência, Ahimsa, foi o princípio fundamental e poderoso de seu empreendimento de luta. Gandhi acreditava que a não-violência não era covardia, mas a maior forma de coragem. Esta forma envolvia desobedecer ativamente a leis injustas, mas aceitar pacificamente a punição, sem retaliar. Para esta forma, Gandhi utilizava a desobediência civil.

---

<sup>68</sup>Mulher negra que após uma longa jornada de trabalho pegou um ônibus lotado e sentou em um banco reservado a pessoas brancas. Ao receber a ordem de deixar o local reservado, Rosa recusou e foi presa por este motivo. O ato desencadeou um boicote ao transporte público e se somou na construção de outras realidades, se tornando fundamental para o fim do segregacionismo.

O ato de desobedecer consistia em recusar coletivamente a cooperação com um sistema considerado imoral.

A não-cooperação consistia em boicotar produtos, instituições e honrarias britânicas.

A Satyagraha, o seu conceito mais famoso, significa *a Força da Verdade* ou *Firmeza na Verdade*. Foi uma prática de insistir na verdade através da desobediência não-violenta, com o objetivo de converter o oponente, não de derrotá-lo.

A luta de Gandhi foi incansável pela união entre hindus e muçulmanos, vendo a divisão religiosa como um grande obstáculo para a independência da Índia. Gandhi também incentivou o boicote a produtos britânicos, especialmente tecidos, e promoveu a fiação caseira com o *charkha*, roda de fiar, como um símbolo de independência econômica e trabalho manual digno. Sua principal campanha foi em 1930, Marcha do Sal. Uma caminhada de cerca de 400 km até o mar para produzir sal, em protesto contra o monopólio britânico sobre o produto. Foi um ato simbólico de desobediência civil que marcou a nação e atraiu atenção mundial.

Em 1942 ganhou notoriedade o movimento *Quit India*, deixem a Índia, um chamado decisivo para que os britânicos partissem imediatamente, levando a grandes protestos e à prisão de toda a liderança do Congresso Nacional Indiano.

Em síntese, a ferramenta mais poderosa dele foi a não-violência. Para Gandhi, recusar impostos e leis injustas eram questões norteadoras de sua pauta de lutas sociais.

A leitura e a tradução do ensaio *Resistência ao Governo Civil*, foi a ferramenta mais poderosa do empreendimento de Gandhi contra o imperialismo colonial e a supressão de direitos civis da população indiana em relação a direitos básicos.

No tempo em que viveu Gandhi, os britânicos controlavam a economia, a administração, o exército e os recursos do país. As políticas econômicas britânicas arruinavam artesãos e camponeses locais, e a fome era frequente, pois as terras eram usadas para cultivos para exportação, como foi o caso do algodão, em vez de alimentos para subsistência do povo indiano.

É fato que o Congresso Nacional Indiano já existia na época de Gandhi, mas era inicialmente um grupo de elite que pedia reformas, não independência. Foi com Gandhi o início do movimento de massas para transformações profundas, envolvendo milhões de camponeses, trabalhadores e mulheres.

O governo britânico fazia-se com força brutal. O Massacre de Jallianwala Bagh em 1919, onde tropas britânicas atiraram contra uma multidão desarmada, matando centenas, foi um ponto de virada que convenceu Gandhi de que a cooperação com o Império era impossível.

A luta de Gandhi levou a nação indiana à independência em 1947. Porém, a vitória foi difícil, construída gradualmente e a um alto custo. Para evitar uma guerra civil, os líderes aceitaram a divisão do subcontinente em dois países: a Índia, de maioria hindu e o Paquistão, de maioria muçulmana. A divisão desencadeou uma violência com milhões de deslocados e centenas de milhares de mortos. Gandhi considerou isso um grande fracasso de sua missão de unidade e nas práticas da não-violência.

O ensaio de Thoreau, quando Gandhi foi estudante de direito em Londres, foi o propulsor de uma visão moral de tamanha clareza que projetou esta resistência indiana a um patamar singular de luta.

Deve-se em grande medida a ampla disseminação do ensaio *Resistência ao Governo Civil* as lutas de Gandhi e King. Através de ações que transformaram o mundo, o ensaio de Thoreau, considerando principalmente a conduta moral no sentido de *dever em resistir*, tornou-se fundamental para se pensar as lutas sociais e a construção coletiva dos direitos sociais.

Para além dos meios convencionais, como representatividade política eleitoral, a desobediência é a forma concreta de construir mudanças gradativas de ajustes no Estado. Referenciados principalmente em Henry David Thoreau, volumosos trabalhos são produzidos dando conta da eficiência e necessidade da desobediência, ligada a diversos fatores que na atualidade são de grande valia para regimes democráticos: *desobediência e movimentos sociais; desobediência como resistência a opressão; desobediência como um paradoxo para o direito; desobediência como estabilizador de garantias...*

Independentemente da forma como a *desobediência* é praticada atualmente e dos debates e estudos que essa prática tem gerado, o ato de desobedecer consolida-se como uma ferramenta para as democracias contemporâneas e como um modo de exercício da cidadania.

O debate sobre a constitucionalidade jurídica, a aceitação de penalidade ou os modos pelos quais se pratica a desobediência, é um caminho ainda longo a se percorrer.

Em *Resistência ao Governo Civil*, temos uma prática da desobediência e um convite a desobedecer, ao passo que seu fundamento e justificativa, para além da consciência individual, devem ser edificados em uma construção coletiva e gradual da resistência ao governo.

## 5. A RAZOABILIDADE DO ESTADO

### 5.1 Conveniências como marcas de governos ruins

Neste capítulo, desenvolvo o argumento de um possível *Estado Razoável* na perspectiva thoreauviana. Digo possível porque não há na obra de Thoreau uma menção direta que descreva um *Estado Razoável*. Inclusive, tomo a liberdade, neste trabalho, de utilizar a palavra razoável e ressalto a inexistência do termo tanto em *Desobediência Civil* quanto em *Walden*<sup>69</sup>.

O motivo pelo qual me proponho a argumentar sobre um possível Estado Razoável – uma vez que o termo não está contido na obra de Thoreau, tampouco algum intérprete de meu conhecimento se debruçou sobre o tema – é a urgência de repensarmos sua obra considerando as pautas da desobediência civil e da resistência ao governo para além do contexto do século XIX.

Com frequência, grupos de militantes enfrentam governos democráticos com uma pauta específica, mas deixam de questionar a existência do próprio governo em relação às injustiças que os levam a se manifestar. Nesse sentido, o pensamento desobediente de Thoreau pode lançar luz sobre caminhos possíveis para o enfrentamento de governos injustos. Porém, é importante ressaltar que, além de não tratar especificamente de um Estado Razoável, a obra de Thoreau contém inúmeros apontamentos sobre o quanto o governo e as instituições do Estado podem ser danosos para um indivíduo.

Em busca desse *Estado Razoável* em Thoreau, deparamo-nos com um Estado menos inconveniente, o qual é tratado em *Resistência ao Governo Civil* com detalhes. Porém, conveniência não é sinônimo de razoabilidade, mas pode ser útil pensarmos a relação entre esses dois termos para o propósito deste trabalho.

---

<sup>69</sup> Faço referência aqui da palavra *razoável* como condição de Estado, e não o termo específico ou utilizado em outro sentido na obra de Thoreau.

As conveniências podem, em algum sentido, situar-se em um patamar de razoabilidade do Estado, mas, segundo Thoreau, por não serem morais, não são desejáveis como objetivo do cidadão em relação ao governo. Ou seja, um governo *conveniente*, não é propriamente um governo bom, mas, pode ser um ponto de partida para se pensar o bom governo.

Atitudes governamentais que determinam, por exemplo, por qual lado da rua se deve trafegar são ações de conveniência. Tais ações são fundamentais para o funcionamento da máquina social, porém não se situam no mesmo patamar da moralidade que define o envolvimento em guerras ou a manutenção da escravidão. Ou seja, as *conveniências* até certa medida fazem parte da organização de um Estado, mas não podem definir as ações do Estado em situações que envolvem justiça.

Com muito esforço, segundo Thoreau, a nação americana poderia até ter um governo conveniente – realidade que poderia se estender a outros governos. Mas, em diversas situações de extrema relevância, os Estados, e em específico os Estados Unidos, nem sequer atingem esse patamar de conveniência.

Pensar as ações de Estado em termos consequencialistas é situar-se apenas no patamar da conveniência. Este, para Thoreau, é o nível máximo que o governo americano é capaz de alcançar. Porém, a resistência deve situar-se no patamar da moralidade, buscando ações que conduzam a avanços significativos para além das questões de conveniência. E não é apenas o governo de um determinado Estado que situa suas ações dentro desses limites; os cidadãos também, na visão de Thoreau, agem dessa forma. Ao censurar a escravidão e, ao mesmo tempo, manter relações econômicas com escravistas, Estado e cidadãos agem puramente por *conveniência*.

Ao agir a partir de um cálculo de probabilidades estratégicas ou de ganho financeiro, como na invasão do México, o Estado americano considerou o empreendimento conveniente. Porém, o alto custo moral para uma nação democrática que prega a liberdade representa, nas palavras de Thoreau, o pior dos cenários e exige resistência. Este é o sentido prático de uma conveniência indesejável em um governo.

## 5.2 Resistir como primeiro passo para um governo razoável

Diversas questões pode-se levantar na reflexão acerca do deixar as conveniências e dar um passo além na busca por respostas com tons morais. Resistir ao governo, é certamente no entender de Thoreau, o primeiro passo para um Estado Razoável. Mesmo sem ser leviano em pensar que tudo se resolve apenas deixando de ser conivente com o governo, é fato que a *resistência* está como condição inicial do caminho. Desta forma, *resistir* torna-se o prelúdio de uma possibilidade na esfera da razoabilidade.

Mas resistir em Thoreau não é apenas o ato de manifestar, protestar ou de movimento social e político na forma como consideramos contemporaneamente. Ele não é reformista. Ao contrário, pequenos ajustes lhe desagradam. As exigências morais para *resistir* em Thoreau são atos de transformações amplas e irrestritas da conjuntura. Assim, poderíamos pensar ao modo contemporâneo, que o protesto pelo fim da guerra com o México ou o fim da escravidão nos estados do sul ajustariam as questões e trariam melhoras a sociedade. Porém, as exigências morais para Thoreau devem conduzir a conjuntura a outro patamar. Enquanto o governo não parar de imediato com a guerra e por um ponto final na escravidão, deve-se negar-lhe sujeição.

É deste modo que ele não busca um ajuste fino no governo americano. Ele quer o fim “daquele” governo em específico. E sua condição de vida, que é o agir moral incondicional diante de pautas fundamentais, tendo a natureza como pano de fundo, traz a exigência moral de *resistir* com condição primordial da vida em sociedade.

As *exigências morais* neste sentido não formam um conjunto específico de normas de condutas, mas, situações reais que pautam o dia a dia humano em suas relações com a sociedade e o governo. Ou seja, *as exigências morais* são princípios inalienáveis de não conivência com injustiças que determinam em certa medida atos de *resistências*.

Ao assumir, segundo Thoreau, *as exigências* de sua consciência, a resistência ao governo pode fomentar ou formular um modelo de Estado razoável. A cada enfrentamento contido no ato de resistência, uma nova perspectiva surge e incorpora na construção da ideia de tal Estado.

Assim, ouvir o som da consciência diante de leis e ações injustas de governos e considerar a resistência como uma exigência moral, é o indicativo que um Estado razoável pode estar a caminho.

Mesmo diante de limitações ao definir por completo características importantes para esta razoabilidade do Estado, as inferências a partir daquilo que este Estado carrega consigo e que o caracteriza como injusto, traz para a cena luzes acerca de outras possibilidades. É deste modo que um Estado razoável que inferimos da filosofia de Thoreau surge das exigências morais de cada cidadão através da resistência ao governo. A partir do momento em que sabemos que a condição de Estado escravista é cruel e degradante, então um estado não escravista é uma condição para se tornar razoável. Porém, a plataforma para a construção desta razoabilidade considerando as exigências morais para resistir, deve-se levar em conta como já mencionei, a consciência inalienável do sujeito.

Protestos, movimentos e desobediências por si só podem não funcionar quando se busca mais que reforma. No exemplo de Thoreau, não basta ser contra a escravidão nos estados do sul e continuar fazendo negócios com os proprietários de escravos. As exigências morais para resistência ao governo são prelúdios de um Estado razoável, no entanto, a consciência inalienável é peça fundamental para o fundamento deste intuito.

Tais exigências perduram até hoje. Medidas adotadas pelo governo americano para taxar produtos de outras nações, são exemplos claros de conveniência, o que é discutível na esfera moral se é certo ou errado, e inclusive na esfera econômica, com a diminuição de oferta e por consequência elevação de preços ao consumidor.

Ainda, é pertinente hoje ao partirmos da leitura de Thoreau em se tratando de conveniências, perguntarmos sobre os negócios multibilionários de venda de armas e equipamentos para o Estado de Israel e ocupação do território Palestino. A conveniência dos negócios de Estado se sobressaem a qualquer postura moral diante da invasão de territórios estrangeiros e os infanticídios no oriente médio.

Posicionar navios de guerra na costa da Venezuela pode até ser conveniente ao Estado Americano que considera, para seus empreendimentos, o custo do barril de petróleo como fundamento de ações bélicas, mas com um custo moral incalculável ao considerarmos a leitura em Thoreau.

Bombardear instalações Iranianas de enriquecimento de urânio foi conveniente aos Estados Unidos, mas, da mesma forma que a invasão ao México no século XIX, o preço

moral é alto demais para ser pago por uma nação que preza pela liberdade e a inviolabilidade de seus direitos.

As conveniências que permitem a diversas nações censurarem guerras e ocupações estrangeiras, mas manterem seus laços econômicos no estabelecimento de negócios que movimentam as economias globais, são o que Thoreau chama de governos sem dignidades. Ao passo que uma nação declara publicamente ser contra o genocídio na Faixa de Gaza mas que mantém negócios em altos valores econômicos com quem comete o genocídio, está, de uma forma ou outra, sendo financiador de tais atrocidades.

Os negócios, quando tratados como prioridade de governo – como foi o caso da continuidade da escravidão nos Estados Unidos, denunciada por Thoreau, situam-se na esfera das conveniências, da mesma forma que ocorre atualmente com a questão dos imigrantes, ilustrando o envolvimento do Estado americano para além de seus empreendimentos bélicos em diversas partes do mundo.

A conduta humana, que, segundo Thoreau, deveria pautar-se por boas relações sociais e respeito à natureza, está sufocada por empreendimentos políticos cujas conveniências se tornaram planos de governo.

### **5.3 A resistência como método de construção do governo razoável**

É certo que os Estados não funcionariam sem um mínimo de conveniências, as quais podem integrar a estrutura social na busca por eficiência. Porém, em Thoreau, as questões morais são de natureza distinta, e é nesse diferencial qualitativo que deve pautar-se a resistência e, no argumento deste trabalho, a compreensão do que pode ser um Estado Razoável. Assim, reforço uma relação de não equivalência entre razoável e conveniente, sendo o primeiro um termo de ordem *lógica* e o segundo, de ordem *favorável*.

Ao partir do que Thoreau não rejeita do *conveniente* como situação corriqueira de gestão pública, abro caminho para o *razoável*, considerando um Estado *desejável*, não na

esfera do ideal, que Thoreau jamais propôs, mas dentro do espectro do aceitável. Este Estado Razoável, como mostrarei adiante, não está explicitado no que Thoreau disse sobre o Estado, mas pode ser inferido a partir da análise dos antônimos presentes em suas palavras, principalmente no ensaio *Resistência ao Governo Civil*.

O *Estado Razoável*, para Thoreau, não deve pautar ações de conveniência em esferas onde devem imperar condutas morais. Este pode ser, para nós, o ponto de partida para outros apontamentos acerca desse espectro de razoabilidade em um Estado.

Mesmo ao delimitar um caminho a percorrer em direção a uma melhor compreensão desse Estado, a principal dificuldade reside no fato de que Thoreau busca incessantemente uma certa pureza contida na natureza e, deliberadamente, constrói, na medida do possível, um distanciamento social. Nesse sentido, não é tarefa fácil discernir o que ele considera melhor ou pior para a vida individual e social.<sup>70</sup>

A busca pela natureza na mesma proporção do distanciamento da civilização não significa, grosso modo, um homem em isolamento. O que Thoreau busca é vivenciar a natureza e a vida, o que, para tal, exige afastar-se do ritmo incansável de trabalho, da busca por patrimônio e de ações supérfluas. Neste sentido, Eduardo Vicentini de Medeiros afirma que “para aqueles que imaginam Thoreau completamente isolado, uma espécie de eremita desconectado das urgências políticas de sua época, talvez fosse interessante lembrar que ele proferiu pelo menos setenta e cinco palestras ao longo de sua curta vida de escritor, vinte e seis delas em Concord (MEDEIROS. 2019. p.6)”.

O envolvimento de Thoreau com as questões em pauta em sua época revela um homem de comprometimento público. Porém, a moralidade, ao colocar a consciência à frente de tudo, fez com que ele assumisse posições singulares perante a pequena cidade de Concord.

Em *A Fundação Americana de Thoreau*, Bob Pepperman Taylor nos conduz a situações que ilustram o comprometimento de Thoreau com a reflexão sobre fatos sociais e históricos.

Thoreau mergulha na história colonial americana, investigando especificamente a relação entre colonizadores indianos e europeus. Longe de nos encorajar a fugir do nosso passado, a desligar-nos dos nossos legados sociais e de fatos determinantes de

---

<sup>70</sup>Neste ponto inicio um parêntese que ilustra novamente uma forma de Thoreau observar e agir no mundo. Sem esta ilustração, o trabalho pode ser deslocado de um nexos com a realidade, uma vez que a proposta de se pensar um *estado razoável* em Thoreau é considerar seus pontos de vistas em relações locais de amizades, e relações mais amplas de convívio, para se chegar a um entendimento acerca do Estado em si.

nossas vidas coletivas, Thoreau nos fornece uma visão dura e reveladora dos eventos históricos, das condições e das lutas que deram origem à sociedade americana contemporânea. Quando Thoreau e seu irmão viajam pelos rios Concord e Merrimack, a natureza não lhes dá “o universo virgem”. Pelo contrário, encontram nesta natureza um mundo social repleto de crime, violência, heroísmo e da tragédia resultante do conflito de ordens sociais diferentes (TAYLOR. 2019 p.101).<sup>71</sup>

Pensar a sociedade da sua época, a América escravista e em guerra, e refletir sobre filosofia e literatura clássica foram pautas duradouras na vida breve de Thoreau. No capítulo *Leituras*, de Walden, ele diz que “com um pouco mais de deliberação na escolha de seus objetivos, todos os homens talvez se tornassem em essência estudantes e observadores (THOREAU. 2019 p.89). É neste *tornar-se* que enquadrámos Thoreau. Um observador, estudante, desobediente e muito mais que tudo o que possamos definir como adjetivo para ele, quando na busca de ilustrar sua visão acerca de um possível *Estado razoável*.

Se ele sabia o que não queria e via o Estado como seu inimigo, é certo que tinha um argumento para um posicionamento contrário. Ao afirmar que o Estado é inconveniente, mesmo reconhecendo a conveniência de fazer parte de um, Thoreau sugere que a América está imersa em um desgoverno que compromete moralmente a nação. Este é, certamente, um ponto importante do que concebemos como Estado Razoável em Thoreau: um Estado pacífico e sem escravidão.

O fim da escravidão e a retirada das tropas do México constituíram a pauta política mais notável para Thoreau. Os requisitos mínimos para o respeito ao Estado, mesmo em sua retórica, estão fundamentados no abolicionismo e na desocupação do território vizinho.

Como veremos, um governo precisa percorrer um longo caminho para tornar uma nação razoável. No entanto, a guerra e a escravidão são impedimentos evidentes à soberania nacional. Thoreau trata desses dois temas com clareza. Sua vida cotidiana é um preceito de luta, cujos argumentos se fundamentam em uma visão de mundo alimentada pelos clássicos da literatura e da filosofia.

---

<sup>71</sup>In this work Thoreau immerses himself in American colonial history, specifically investigating the relationship between Indian and European settlers. Far from encouraging us to escape our past, to cut ourselves off from our social legacies and the determinative facts of our collective lives, Thoreau provides us with a tough, revealing look at the historical events and conditions and struggles that gave birth to contemporary American society. When Thoreau and his brother travel up the Concord and Merrimack rivers, nature does not give them “the universe a virgin.” On the contrary, they find a social world within this nature that is filled with crime, violence, heroism, and the tragedy resulting from the conflict of dissimilar social orders.

É nos clássicos que ele busca o fundamento para sua vivência<sup>72</sup>, e por mais difícil que pareça justificar em meados do século XIX, quando o ritmo do trabalho é o que dita a regra da vida, a literatura e a filosofia são fundamentos para se ver o mundo: “o mais antigo filósofo egípcio ou hindu, ergueu uma ponta do véu da estátua da divindade; e o pano trêmulo ainda permanece erguido, e contemplo a glória viva que ele contemplou, pois era eu dentro dele quem ousava, e agora é ele dentro de mim quem revê a própria visão (Idem. P89)”.

Para Taylor, compreender Thoreau no contexto de sua obra e de seu tempo pode ampliar nossas possibilidades diante da filosofia política e em sua visão de Estado: “Uma vez que estejamos em condições de avaliar até que ponto Thoreau, ao contrário de Emerson, aceita a necessidade de localizar as nossas escolhas e liberdades dentro dos contextos sociais e do tempo histórico, demos o primeiro passo em direção a uma reavaliação da qualidade e do significado da vida no pensamento político de Thoreau como um todo (TAYLOR. 2019 p.101)”<sup>73</sup>.

Para se chegar a uma concepção de Estado, é preciso refletir sobre o cidadão. Quem é o personagem que habita o Estado? A pergunta é retórica e pode parecer óbvia, mas está repleta de significado. O mundo como está e o papel de cada um dentro dele são o ponto de partida para se pensar a vida. “Este mundo é um império dos negócios. Que agitação interminável!”, diz Thoreau em *A Vida sem Princípio*, e acrescenta: “A maioria dos homens se consideraria insultada se recebesse uma proposta para se ocupar de atirar pedras por cima de um muro e, depois, atirá-la de volta ao lugar de origem, apenas para ganhar seu salário. No entanto, há muitos homens que atualmente não têm empregos mais úteis do que esse (THOREAU. 1984. p58)”.

O fundamento do Estado, principalmente no que tange à economia, envolve situações de ampla convivência entre governo e população. A estrutura social e o ritmo na esfera do trabalho, ao mesmo tempo que constroem socialmente, podem também tornar-se perdições, tanto para um quanto para o outro. Ainda em *A Vida Sem Princípio*, Thoreau diz que “com pouquíssimas exceções, as formas de ganhar dinheiro são todas degradantes. Se você fez alguma coisa pela qual recebeu apenas dinheiro, aí então você foi vadio de verdade, ou algo

---

<sup>72</sup>Neste capítulo estou a constantemente a inferir acerca da vida de Thoreau em fatos específicos para mostrar sua possível interpretação em relação ao Estado para além do que ele escreveu.

<sup>73</sup>Once we are in a position to appreciate the degree to which Thoreau, unlike Emerson, accepts the necessity of locating our choices and freedoms within social contexts and historical time, we have taken the first step toward a reevaluation of the quality and significance of Thoreau’s political thought as a whole.

pior ainda. Se o trabalhador recebe nada mais que dinheiro pago pelo empregador, ele é esbulhado, ele se esbulha (Idem. P59)”. É nesse sentido que chegamos a mais uma inferência acerca de um Estado Razoável: a relação entre trabalho e capital precisa ser reformulada, considerando sobretudo a vivência individual e suas relações com a natureza.

O trabalho, tal como ainda é concebido nas sociedades capitalistas, cujo objetivo primordial é gerar riquezas e, conseqüentemente, desigualdades, deve ser reestruturado, colocando a vida das pessoas e suas relações com a natureza em primeiro plano. A alegoria proposta por Thoreau, na qual um trabalhador joga pedras por cima de um muro e depois as recoloca no lugar de origem, ilustra um trabalho degradante, cujo propósito não contribui para a vida. Pouco importa a profissão: quantos trabalhos carecem de sentido, assim como nesta ilustração de Thoreau?

Em Walden ele desenvolve um raciocínio com cálculo relativamente útil para uma pessoa desempenhar uma função que lhe garanta a vida plena. Em sua conta, ele mostra que algumas semanas por ano, aproximadamente seis, seriam suficientes para uma pessoa viver por um ano. Nesse empreendimento contábil, Thoreau não pretende oferecer uma receita sobre quanto trabalhar ou como gerenciar recursos para viver plenamente. Seu objetivo, sem sombra de dúvida, é demonstrar quão ancestrais são as necessidades humanas de calor e abrigo.

A cabana à beira do lago, construída com materiais reaproveitados e alguns troncos de pinheiro, a um baixo custo, é um exemplo de abrigo a serviço da vida. A construção feita por ele mesmo, considerando o período de sua permanência na beira do lago de dois anos, foi um experimento de como resolver a demanda ancestral por abrigo. Sem financiamento, sem dívidas e sem trabalho excessivo, ele demonstra como obter um abrigo de modo prático e consistente.

Assim como a construção da cabana, Walden também aborda outra demanda ancestral: a busca por calor. O consumo de alimentos para a sobrevivência humana constitui outra necessidade fundamental.

No experimento à beira do lago, Thoreau cultivou uma pequena quantidade de feijão e legumes. Trocou parte de sua produção por ingredientes de que necessitava, cultivou suas leveduras para a fermentação do pão e, assim, garantiu as calorias necessárias para uma vida plena. Ao ressaltar a importância da diminuição de consumo de proteínas, considerando o custo e o empenho para uma dieta proteica, Thoreau mostra em Walden os rumos para se

manter aquecido ingerindo somente o necessário de alimentos e um abrigo digno de vivência e boas histórias em sua cabana artesanal.

Ao considerar que toda demanda de trabalho e a condição enfrentada pela sociedade passam necessariamente pela garantia de calor e abrigo, um Estado Razoável deve ajustar as condições e a jornada de trabalho, de modo a garantir que essas necessidades vitais não custem ao ser humano uma vida degradante e servil.

O fundamento da individualidade é estrutura para a construção de um Estado. O defeito em um também pode denotar o defeito em outro. A condição de relapso, neste caso, pressupõe a condição de convivência.

Não desejo brigar com nenhum homem ou nação. Não quero entrar em minúcias desnecessárias, nem fazer distinções sutis, nem pretendo parecer melhor do que meus semelhantes. Ao contrário, posso dizer que até mesmo procuro uma desculpa para conformar-me com as leis da terra. Estou mesmo pronto a conformar-me com elas. Na verdade, tenho razões para suspeitar de mim mesmo quanto a este assunto. E todo ano, quando reaparece o coletor de impostos, vejo-me disposto a rever os atos e a posição do governo geral e do Estado, e o espírito do povo, para descobrir um pretexto para a conformidade (THOREAU. 2011 p.49, 50)".

Nessa passagem de *Resistência ao Governo Civil* há em Thoreau um misto de vontade e esperança diante do povo e do Estado. As relações humanas com a economia e o governo são temas centrais na obra de Thoreau, que perpassa os séculos. O questionamento de Stacey Vanek Smith, em *Dolittle's Rebellion*, acerca da relação entre a dívida hipotecária e o sentido da vida, e o que a elevação do preço da farinha tem em relação com a essência da existência, nos parece uma questão enfadonha e desmedida. No entanto, o que mais se ouve hoje em noticiários nas pautas de economia é sobre a elevação dos preços dos alimentos e a dívida da casa própria.

Essas questões ilustram, como Thoreau faz no capítulo "Economia" de *Walden*, práticas fundamentais e relevantes a serem pensadas.

Já em meados do século XIX, as questões de sobrevivência econômica assolavam a sociedade, pois começavam a se afastar do tangível para um processo de mercado mais abstrato. Thoreau levanta questões de suma importância e nos oferece indícios de como uma pessoa pode sobreviver mantendo boas relações com vizinhos e com o Estado.

Mas o que o financiamento da casa própria e o preço da farinha têm a ver com o Estado Razoável em Thoreau?

O Estado determina muito daquilo que faz parte de nossas vidas. Evidentemente, Thoreau é a prova de que é possível virar as costas parcialmente ao Estado, mas não se ausentar dele por completo. O sistema tributário é alicerce do Estado, e a política monetária certamente afeta o preço de itens alimentícios básicos.

Stacey Vanek Smith oferece uma boa ambientação para a questão de uma gestão econômica voltada para a vida e, por consequência, para um Estado gestor que se enquadre nos princípios da *razoabilidade*.

O que Thoreau viu claramente quando tinha trinta anos, e o que passei a compreender depois de quinze anos cobrindo negócios e economia, é que Economia não tem a ver com empresas, mercados financeiros ou mesmo dinheiro. Em sua essência, a economia trata de relacionamentos. É uma forma de interagir com as pessoas e com o mundo que nos rodeia. A economia coloca constantemente a questão: Que valor potencial está contido nesta terra/pessoa/emprego/coisa? Vale a pena gastar meu tempo/energia/esforços aqui? Esta terra é boa para o cultivo? Essa pessoa é uma fonte potencial de trabalho, dinheiro ou status? Este é um bom preço para a farinha? Há ouro naquelas colinas? A economia é nada menos que uma lente através da qual olhamos tudo e está sempre à procura de mais, melhor e maior (SMITH. 2021 p291).<sup>74</sup>

As questões pontuadas por Smith dimensionam a reflexão de Thoreau sobre os propósitos do indivíduo em relação ao Estado. Ele tinha clareza quanto à necessidade das relações, que, em geral, foram conflituosas; porém, para além dos conflitos inerentes à relação indivíduo/Estado, Thoreau se propunha a pensá-la. Em *Resistência ao Governo Civil*, ele trata com determinação de temas pertinentes em todas as épocas, relacionando liberdade, política, economia e justiça. Mas é evidente que essas relações não são tão óbvias quanto em *Walden*, pois em *Resistência* o propósito é a manifestação, o trazer à pauta situações urgentes. Outra inferência sobre o Estado Razoável que levantamos aqui é a de que a economia, em um Estado Razoável, deve fundamentar a vida e construir relações.

O olhar do indivíduo sobre o governo pode denunciar as inconveniências do Estado e, por outro lado, apontar caminhos para uma organização razoável. Quando Thoreau fala sobre os operadores do governo, que tratam a política como profissão, ele mostra o quanto

---

<sup>74</sup>What Thoreau saw clearly as a thirty-year-old man, and what I have come to understand after fifteen years of covering business and economics, is that Economy isn't about companies or financial markets or even money. At its core, economics is about relationship. It is a way of interacting with people and the world around us. Economy constantly asks the question: What potential value is contained in this land/person/job/thing? Is it worth it for me to spend my time/energy/efforts here? Is this land good for growing crops? Is this person a potential source of work or money or status? Is this a good price for flour? Is there gold in them thar hills? Economy is no less than a lens through which we look at everything, and it is always hunting for more, better, bigger.

esses agentes políticos estão imersos na própria instituição e acabam se tornando parte dos problemas existentes no governo. Eles vivem do lado de dentro do governo, tanto estadistas quanto legisladores, e “nunca contemplam nítida e abertamente” a problemática do Estado porque fazem parte desses mesmos problemas.

Essa visão embaçada do governo por parte de seus próprios operadores não é uma característica restrita ao século XIX. A falta de uma visão ampliada do sistema por quem faz parte dele é um problema que perpassa o tempo. Logo, Thoreau aponta situações embaraçosas para os gestores do Estado; portanto, uma organização razoável e menos inconveniente também dependeria de uma reorganização do coletivo governamental. O repensar o papel dos estadistas e legisladores e retirá-los da condição problemática que estão, como envolvidos nos próprios problemas do Estado, é um caminho viável desde a época de Thoreau.

O procedimento pode ser relativamente simples, seguindo a ótica de Thoreau, no sentido de que, se algo não vai bem, então necessita de ajustes e mudanças: este é o ponto chave da questão, a dinâmica do movimento que traz os ajustes necessários para a construção coletiva e gradativa de um Estado mais justo, “perfeito e glorioso, que também imaginei, mas que ainda não avistei em parte alguma (THOREAU. 2011. p57)”.

“Nenhum homem com gênio para legislar apareceu na América. Eles são raros até na história do mundo”, disse Thoreau em *Resistência ao Governo Civil*. Mas qual é o perfil do homem com gênio a que Thoreau se refere? A questão não é tautológica e requer atenção. Todavia, saber o que não se quer já é um passo para se pensar o que se quer. Se temos um perfil de homens que contribuem para as inconveniências do Estado, então pode-se saber qual o perfil que tornaria o *Estado razoável*: um “interlocutor capaz de resolver as questões mais discutidas do momento (Idem. p55)”. O interlocutor a que se refere Thoreau é o coletivo de gestores, legisladores, operadores da justiça e assim por diante. Esse interlocutor certamente não fará, por conta e risco, o Estado Razoável, mas será peça fundamental para se chegar a ele. Nesse Estado Razoável, segundo assinala Thoreau, haverá “o livre comércio e a liberdade, a união e a retidão, para uma nação”, situações parcialmente ausentes nos legisladores, que, para o autor, “ainda não aprenderam o valor comparativo” dessas questões.

Se Thoreau nos diz o quanto um governo é ruim, certamente dá indícios do que pode ser melhor: “A despeito de sua notável agudeza e capacidade, ele é incapaz de isolar um fato de suas relações meramente políticas e contemplá-las em termos absolutos, como convém ao intelecto considerá-lo - por exemplo, o que cabe a um homem fazer hoje, na América, com

relação à escravidão (Idem. p.53, 54)”. Este pode ser o ponto mais importante das inferências acerca de um Estado Razoável em Thoreau: os operadores do Estado devem ter habilidade comprovada e senso de justiça no trato com a coisa pública. Posso ir além nesta inferência e sustentar, com base no argumento de Bob Pepperman Taylor, que o *Estado Razoável*, e talvez ideal, seria uma espécie de gestão pública neutra ou apartidária.<sup>75</sup>

É evidente que, nesse ponto, caímos em um abismo que nos faz perder o fôlego ao tentar justificar tanto o que seriam essas habilidades quanto o nível de senso de justiça. Mas, ao mesmo tempo em que o desafio é superlativo, há uma questão notável em aberto. O fato de sabermos que, tanto na época de Thoreau quanto hoje, há operadores do Estado sem habilidade nem senso de justiça nos coloca na condição de perceber que, desde Thoreau, um *Estado Razoável* ainda está por se construir em muitas situações. A constatação de Thoreau de que nenhum homem com grandiosidade para governar pisou na América ainda se aplica hoje.

A convivência entre governo e cidadãos, como já tratei neste trabalho como uma questão de consciência, traz outra inferência: um Estado Razoável não pode admitir a convivência do cidadão com um governo de ações injustas, e isso é um princípio de resistência.

Em síntese, para Thoreau, o foco principal de um Estado Razoável está em propor um governo que torne a vida mais valiosa, que seja justo e se sustente no consentimento dos cidadãos.

O tema está posto em Resistência. Os exemplos do que não funciona são abordados com clareza, e Thoreau não se exime de pontuar questões norteadoras para o pensamento político. Certamente a retórica, algo bastante comum no autor, é usada novamente aqui: “o que cabe a um homem fazer hoje em relação à escravidão?” Ele sabe a resposta e dá a entender que todos sabemos, exceto os agentes públicos que conduzem a América. E isso é um ponto a ser mudado com base na desobediência. O Estado Razoável passa necessariamente pela resolução dessas questões.

Thoreau enfatiza o encargo do povo na construção de um governo melhor:

Se nos deixássemos guiar exclusivamente pela palavrosa sabedoria dos legisladores do Congresso, sem que esta fosse corrigida pela oportuna experiência e pelas efetivas reclamações do povo, os Estados Unidos não sustentariam por muito tempo o lugar que ocupam entre as nações. Há mil e oitocentos anos, embora eu talvez não

---

<sup>75</sup>Inferência de Taylor no capítulo desobediência civil e filosofia política na obra *Desobediência Civil em Thoreau*, onde faz uma relação estreita entre Marx e Thoreau, com a crítica ao capital e conclusões diferentes sobre problemas sociais.

tenha o direito de dizê-lo, o Novo Testamento foi escrito. E, no entanto, onde está o legislador com sabedoria e talento prático bastante para tirar proveito da luz que ele lança sobre a ciência da legislação?(THOREAU. 2011. p.56).

A pergunta feita por Thoreau não se responde totalmente mesmo com o passar dos anos. Evidentemente, toda nação, em sua época específica e na singularidade de suas condições, deve buscar respostas razoáveis. O legislador com sabedoria exige um indivíduo, como parte desse Estado, que pautue suas ações pela sua consciência mais profunda.

Assim, o *Estado razoável* deve “reconhecer o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual deriva todo seu próprio poder e autoridade, e o trate da maneira adequada (Idem. p57)”. O Estado livre e esclarecido, conforme assinala Thoreau, na medida em que caminha para se tornar uma organização razoável, deve ver no indivíduo livre a sua própria fundamentação.

Jeffrey S. Cramer, em *The Quotable Thoreau*, apresenta uma coletânea de termos sobre uma gama de assuntos abordados por Thoreau, cuja publicação se aproxima de um dicionário e, no termo *expectativa*, percebemos o misto de esperança e anseio que brotam do pensamento de Thoreau em relação a vida e ao futuro: “A maioria dos homens consegue ter um cavalo ou manter um certo estilo de vida moderno, mas poucos conseguem manter grandes expectativas. (...) Não posso, por expectativa, afetar as revoluções da natureza e reservar um dia para trazer algo novo? (CRAMER. 2011. p.78)”<sup>76</sup>.

A citação acima chama a atenção por apresentar dois rumos: uma afirmação e uma pergunta. A afirmação constata a visão thoreauviana das limitações dos homens, propositais ou não, mas com severas consequências. O que significa manter um cavalo ou um estilo de vida, e não uma grande expectativa?

Thoreau lida com o fato duradouro do perfil acomodado que beira o desleixo em grande parte das pessoas. As limitações, e aqui limitações não tem propriamente conotação financeira, encerram pessoas em um mundo cujas restrições podem comprometer uma vida plena. Por outro lado, quando na citação surge o questionamento de Thoreau – “afetar as revoluções da natureza” e “trazer algo novo” –, mostra-se seu otimismo em relação à vida; a vontade de transcender o óbvio que se apresenta, em busca de algo a ser construído. E Cramer nos apresenta mais citações sobre as expectativas em Thoreau: “O relato mais verdadeiro do

---

<sup>76</sup> Most men can keep a horse or keep up a certain fashionable style of living, but few indeed can keep up great expectations. (...) Can I not by expectation affect the revolutions of nature—make a day to bring forth something new?

céu é o mais justo que eu aceitarei exceto nenhum que decepcione as expectativas. É mais glorioso esperar o melhor do que desfrutar do pior. (...) Devemos aprender a despertar e a manter-nos acordados, não por ajudas mecânicas, mas por uma expectativa infinita do amanhecer, que não nos abandona no sono mais profundo (Idem. P79)”<sup>77</sup>.

Thoreau ainda tem muito a nos sugerir hoje. Pensar sobre o governo que queremos evidentemente não é uma novidade. Porém, considerar a possibilidade de um governo razoável ao modo de Thoreau é, no mínimo, interessante. A habilidade do autor faz com que a forma de governo que ele acredita ser razoável não esteja contida em um conjunto de preceitos perecíveis com o tempo. Mas, que o que ele acredita ser razoável nos faz questionar considerando situações que perpassam o tempo.

Estas citações organizadas por Jeffrey Cramer trazem a dimensão dos anseios que o autor de *Resistência ao Governo Civil* emprega nas vivências. Thoreau não desfruta do pior certamente. Viveu e escreveu esperando o melhor. Acordar para o amanhã com o esplendor de uma vida plena é fundamento para se viver, e, por decorrência *resistir*, e em meio a tudo isso, *desobedecer*.

---

<sup>77</sup> The truest account of heaven is the fairest & I will accept none which disappoints expectation. It is more glorious to expect a better, than to enjoy a worse. (...) We must learn to reawaken and keep ourselves awake, not by mechanical aids, but by an infinite expectation of the dawn, which does not forsake us in our soundest sleep.

## CONCLUSÃO

*As exigências morais para a resistência ao governo* parecem algo simples quando se considera o dever cívico do cidadão. Porém, em Thoreau, quando a condição de cidadão é questionada, a simplicidade das relações torna-se opaca e desaparece. A complexidade do pensamento político em Thoreau, por estar contida em escritos sobre a natureza ou temas literários, além dos específicos sobre política, como é o caso do ensaio que me serviu de base neste trabalho, torna o empreendimento do estudo um desafio superlativo.

A vivência cotidiana em Thoreau, alicerçada na minuciosa análise de consciência, foi outro fator de dificuldade, pois, ao tratar de mostrar que, em determinadas circunstâncias para Thoreau, *a resistência era uma exigência moral*, aceitei o risco de parecer redundante. A consciência, em Thoreau, é peça fundamental para a conduta. Desse modo, a ação em Thoreau é sempre uma exigência carregada de moralidade.

Resistir ao governo enquanto este for relapso é ponto fundamental para a vida e para a conduta moral. Foi nesse sentido que meu trabalho considerou as vivências de Thoreau para ilustrar a moralidade contida em sua obra. A vida como pauta filosófica e política em Walden, Desobediência Civil e outros escritos de Thoreau fundamentou meus argumentos acerca da moralidade neste trabalho. Tornou-se claro, ao considerar autores contemporâneos a exemplo de Bob Pepperman Taylor, William Scheuerman e Kimberley Browlee, a relevância de Thoreau para estudos de filosofia política e moral. Para estes autores contemporâneos, a vida e a obra de Thoreau são indissociáveis e estão encerradas em um contexto de moralidade.

A vivência de Thoreau à beira do lago Walden e a relação com o movimento transcendentalista foram o norte em minha empreitada. Assim como a vida em geral, aspectos da relação familiar e comunitária, a experiência no lago e a pauta transcendentalista alicerçaram este trabalho.

Após tratar das vivências de Thoreau em contextos morais e ilustrar a relação com a *resistência ao governo*, trouxe autores fundamentais atuais para se pensar a política, os quais trataram, direta ou indiretamente, do tema da *desobediência* em Thoreau.

Esses autores, que muito se aproximam em diversas situações quando se trata de *desobediência civil*, também têm pontos nítidos de afastamento. Meu interesse neste trabalho foi mostrar que, desde Thoreau, o tema tem a maior amplitude na filosofia política e no meio jurídico. Tomando Rawls como exemplo, a desobediência está encerrada em um caráter jurídico que impõe um conjunto de condições ao desobediente. Mesmo sendo imprescindível em sociedades razoavelmente livres, a desobediência só é aceitável em determinadas situações. Assim ocorre com Habermas e Arendt. Mas em Thoreau não é assim. Deixei claro em meu trabalho que Thoreau não encerra a resistência ao governo nos limites estreitos do funcionamento do Estado. Para ele, que é um antirreformista, é o Estado que deve se pautar pela liberdade do cidadão, e não o contrário. No entanto, os referidos autores contemporâneos trazem notáveis contribuições ao pensamento humano, principalmente por sintetizarem a desobediência civil em um viés jurídico e democrático.

O interesse principal em trazer autores contemporâneos foi mostrar o elo do pensamento sobre *desobediência civil* atual com a resistência ao governo na época de Thoreau e com os desobedientes clássicos, como Antígona e Sócrates. Além disso, os autores contemporâneos, ao referenciar Thoreau, buscam mostrar que a pauta thoreauviana da desobediência é atual e inesgotável.

As ações do governo americano atuais, além das de diversos outros governos, são profundamente semelhantes em essência às ações censuráveis por Thoreau no século XIX. Discursos com pequenos ajustes em questões pontuais mostram que o ato de resistência em Thoreau e sua pauta de reivindicação política são basicamente os mesmos.

Se a pauta da escravidão for substituída pela condição dos imigrantes nos Estados Unidos e se mantiver a questão bélica de invasão a outras nações ou de financiamento e apoio a guerras, então teremos uma leitura de Thoreau atualizada e com condições de multiplicar os argumentos da *resistência ao governo civil*.

Mostrei que, para Thoreau, resistir ao governo é uma exigência moral e uma condição de consciência. Também mostrei que algumas questões perpassam o tempo: qual é a legitimidade de uma nação invadir o território de outra com o intuito de mudar o sistema político? Essa pergunta está posta nos principais veículos de comunicação do mundo, no argumento retórico dos Estados Unidos em relação ao apoio incondicional aos ataques de Israel contra o Irã, à destruição do território palestino e ao genocídio em Gaza, entre outros.

Ao ouvir pronunciamentos e acompanhar ações do governo Trump sobre o Golfo do México, exigindo mudança de nome para Golfo da América, em uma clara usurpação – a “Operação Rough Rider” (março–maio de 2025), com ataques aéreos e navais contra posições Houthi no Iêmen, operações contra grupos como o ISIS e al-Shabaab, com bombardeios e apoio a forças locais em Puntland e na região de Kismayo, na Somália, manutenção de tropas na Síria e no Iraque, e operações em Djibouti, Níger, Chade, Quênia e Líbia, que envolvem treinamento, inteligência e combate ao Islã –, entre outras diversas ações.

A obra de Thoreau mostrou que o ímpeto americano por invadir nações torna-se cada vez mais forte. A resistência de Thoreau é peça fundamental para pensarmos o mundo atual, considerando a resistência civil como instrumento de transformação social.

O que estamos presenciando hoje nos conflitos mundiais e no posicionamento de governos requer uma releitura militante de Thoreau.

Minha proposta de pautar as exigências morais para a resistência ao governo civil foi uma introdução ao tema, que ganha cada vez mais pertinência no debate político contemporâneo. Porém, mesmo diante da amplitude do tema, não deixei de contribuir com minha definição específica de tais exigências: “as exigências morais para resistir ao governo em Thoreau são atos de transformações amplas e irrestritas da conjuntura”. Nesse contexto, fui além: “as exigências morais são princípios inalienáveis de não convivência com injustiças que determinam, em certa medida, atos de resistência ao governo”.

Certamente, a resistência ao governo e a desobediência civil são ferramentas poderosas para construirmos possibilidades de um mundo menos conflituoso e com governantes mais sensatos.

Assim, adentrei a questão principal de minha pesquisa e respondi preliminarmente da seguinte forma: *as exigências morais ditadas pela consciência* sugerem a resistência ao governo como plataforma para fomentar um modelo de Estado Razoável.

Nessa perspectiva, mostrei o papel da consciência em Thoreau e a determinação moral para resistir. Também pontuei a possibilidade de um *Estado Razoável* em Thoreau. Este ponto do trabalho, ainda que de forma singela, foi uma contribuição original de autoria e pesquisa em um tema ainda não proposto pela comunidade acadêmica. No empreendimento, me vi sob o risco de não dar conta do propósito, uma vez que ninguém havia ousado inferir um Estado Razoável em Thoreau; no entanto, estou satisfeito com a clareza com que tratei do tema e com as situações que pontuei e que corroboraram meus argumentos. Posso pontuar, em

síntese, aonde cheguei com esta pesquisa: o Estado Razoável para Thoreau não deve pautar ações de conveniência em plataformas onde devem imperar condutas morais; é pacífico e sem escravidão; a relação entre trabalho e capital necessita ser reformulada, considerando principalmente a vivência individual e suas relações com a natureza; a economia em um Estado Razoável deve fundamentar a vida e construir relações; os operadores do Estado devem ter habilidade comprovada e senso de justiça no trato com a coisa pública; o *Estado Razoável*, e talvez ideal, seria uma espécie de gestão pública neutra ou apartidária; o *Estado Razoável* deve “reconhecer o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual deriva todo seu próprio poder e autoridade, e tratá-lo da maneira adequada.

Nesses temas, evidentemente, percebi a amplitude dos assuntos e as demandas que exigem mais atenção e trabalho futuro.

Foi imprescindível perceber um autor vivo, cujas pautas estão abertas para pensarmos o mundo atual. Thoreau mostra-se fundamental para mantermos esperanças e perspectivas diante de um mundo bélico e conturbado.

Apresentei autores especialistas em Thoreau e grandes pensadores no campo da desobediência civil, com destaque para Bob Pepperman Taylor e Kimberley Brownlee, pesquisadores notáveis nesse tema. Dos autores nacionais, Eduardo Vicentini de Medeiros, com seu trabalho intitulado *Moralidade em Primeira Pessoa*, foi fundamental para o avanço de minha pesquisa.

Entre *as exigências morais, a resistência e o Estado Razoável*, oscilei propositalmente nos temas, como acontece na obra de Thoreau. A princípio, pode parecer um desconforto retomar um tema, como, por exemplo, a cena da prisão de Thoreau, mas garanto que foi fundamental para a construção gradual do argumento que desenvolvi neste trabalho.

Também não foi possível, mesmo delimitando claramente os capítulos, deixar de retomar assuntos que já havia tratado ou antecipar, em algumas situações, temas abordados em outras partes. Como disse, não foi acidental. Fez parte do trabalho o projeto de argumentar e retomar os assuntos sempre que pertinentes, independentemente da ordem temática.

Por fim, o trabalho mostrou a necessidade histórica de pensarmos a resistência ao governo como um preceito moral e de assumir, como conduta, a busca por um Estado Razoável, tendo as indicações de Thoreau acerca de caminhos possíveis.

## REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Elton. **Democracia e a Desobediência Civil**. Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 105 | pp. 409-434 | jul./dez. 2012
- COSTA, Jaime Becerra. **A vida sem princípios, de Henry David Thoreau**. Revista Agora, Vol. 34, nº 2: 87-109. Universidade do Minho. 2015
- ALVES, Sílvia. **Levando a Desobediência a Sério**. Caderno de Relações Internacionais, vol. 6, nº 10, jan-jun. 2015.
- ALVES, Vital Francisco Celestino. **Hannah Arendt e a Desobediência Civil**. In: Revista Dialectus. Ano 10 n. 23 - p. 395-414. Maio -Agosto 2021.
- ANDRADE, Clodomir de. **Thoreau, por um pensamento selvagem**. In: Oscar Federico Bauchwitz; Dax Moraes; Edrisi Fernandes – organizadores. O homem e o espaço - PPGFIL UFRN. 2017.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São paulo: Editora Perspectiva. 2013.
- BATES, Stanley. **O sim de Thoreau para o mundo**. In: IHU - Nº 509 - Entrevista e tradução: Eduardo Vicentini de Medeiros | Edição: Ricardo Machado. 2017
- BERTHOUIEU, Marie. MAKKI, Laura El. **Henry David Thoreau**. LPM. 2019.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: EDU – UNB, 1998.
- BUELL, Lawrence. **Thinking Disobediently**. Oxford University Press 2024.
- CRAMER, Jeffrey S. **The Quotable Thoreau**. Published by Princeton University Press. 2011.
- DUMM, Thomas L. **A Solidão de Thoreau**. In: TURNER, Jack - org. A Political Companion To Henry David Thoreau. University Press of Kentucky. 2009.
- DUTRA, Dilamar Volpato. **Habermas, Rawls e Arendt: sobre a desobediência civil**. In: Dissertatio - Volume Suplementar 13 | 128-151. 2023.
- FURTAK, Rick Anthony. **Henry David Thoreau**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/thoreau/>>. Acesso em 2025.
- JEFFREY, Cramer. **A revolução do "não"**. In: Eduardo Vicentini de Medeiros - org. IHU On

line - Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 509, ano XVII, 21 agosto 2017. p. 35-38. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao509.pdf>. Acesso em 2024.

JENCO, Leigh Kathryn. **A Crítica da Democracia de Thoreau**. In: TURNER, Jack. A Political Companion To Enry David Thoreau. University Press of Kentucky. 2009.

JOLLEY, Kelly Dean. **O minimalismo existencial como forma de vida**. In: IHU - N° 509 - Entrevista e tradução: Eduardo Vicentini de Medeiros | Edição: Ricardo Machado. 2017.

LEMHA, Leticia Ferreira. **Henry David Thoreau e as Linguagens da Natureza**. Dissertação Universidade Federal de Juiz de Fora. 2023.

MCKENZIE, Jonathan. **Privatism and the Practice of Philosophy**. By The University Press of Kentucky. 2016.

MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Resistindo à desobediência**. In PONTEL, Evandro; TAUCHEN, Jair; REITER, Ricardo Luis (Orgs.). **Democracia e Desobediência civil**, Vol 1 / Evandro Pontel; Jair Tauchen; Ricardo Luis Reiter (Orgs.), Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2019

MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Thoreau: Moralidade em primeira pessoa**. Pelotas: NEPFIL Online. (Série Dissertatio Filosofia), 2018.

MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Thoreau: resistência ou desobediência?** Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v. 3 n. 1, Dossiê Desobediência Civil, Campinas, 1. semestre 2019. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/teoriacritica/article/view/3577/3042>. Acesso em 2024.

MOONEY, Edward. **Enxovalhando Thoreau**. In: IHU - N° 509 - Entrevista e tradução: Eduardo Vicentini de Medeiros | Edição: Ricardo Machado. 2017.

MOURA, Anditayas Soares de; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Entre consciência individual e autoridade estatal: breves reflexões sobre a desobediência civil no estado democrático de direito. **RFD - Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 38, n. 2, p. 149 -176, julho/dezembro, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/16280/18196>. Acesso em: 10 outubro 2023.

OLIVEIRA, Mário Sergio de. Para além do legalismo: Hannah Arendt e a desobediência civil. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa - BA, v. 20, n. 3, p. 284-294, outubro 2020. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1940/1147>. Acesso em 2025.

RAWLS, John. **Teoría de La Justicia**. Fondo de Cultura Económica. México. 2006.

RIVAS, Hernán A. Ortiz. **Obediencia al Derecho, Desobediencia Civil e Objeción de Conciencia**. Editorial Temis. 1998.

RODRIGUES, Daniel Felismino Lopes Alves. **A Investigação da Política em Walden**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciência Política, 2017.

ROSEMBLUM, Nancy L. **Thoreau e a Democracia**. In: TURNER, Jack. *A Political Companion To Enry David Thoreau*. University Press of Kentucky. 2009.

SMITH, Stacey Vanek. **Dolittle's Rebellion**. In: Blauner, Andrew, editor - *Now Comes Good Sailing - Writers Reflect on Henry David Thoreau*. 2021.

STANLEY, Cavell. **The Senses Of Walden**. The University Of Chicago Press. 1984.

TABORDES, Isadora. **A arte do despertar: uma introdução ao pensamento de Thoreau**. In: Revista Seara Filosófica. Número 19, pp. 292-304 ISSN 2177- 86984 - Verão/2019

TAYLOR, Bob Pepperman. **A Fundação Americana de Thoreau**. In: TURNER, Jack. *A Political Companion To Enry David Thoreau*. University Press of Kentucky. 2009.

TAYLOR, Bob Pepperman. **Thoreau's Civil Disobedience**. The Routledge Guidebook To. 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Martins Fontes. Trad. Eduardo Brandão. 2004.

THOREAU, Henry David. **Caminhada**. Ed. Dracaena. Trad. Davi Araújo. 2011.

THOREAU, Henry David. **Desobedecendo**. Ed. Rocco. Trad. José Augusto Drummond. 1984.

THOREAU, Henry David. **Walden**. Edipro. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. 2019.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. LPM. Trad. Sérgio Karam. 2011.

TURNER, Jack. **A Political Companion To Henry David Thoreau**. University Press of Kentucky. 2009.